ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

CURSO DE PREPARAÇÃO

AS GRANDES REGIÕES NATURAIS

Tenente Coronel QEMA FIDELIS CHAVES SILVEIRA

1969

SUMÁRIO

GRANDE REGIÃO NORTE

GRANDE REGIÃO NORDESTE

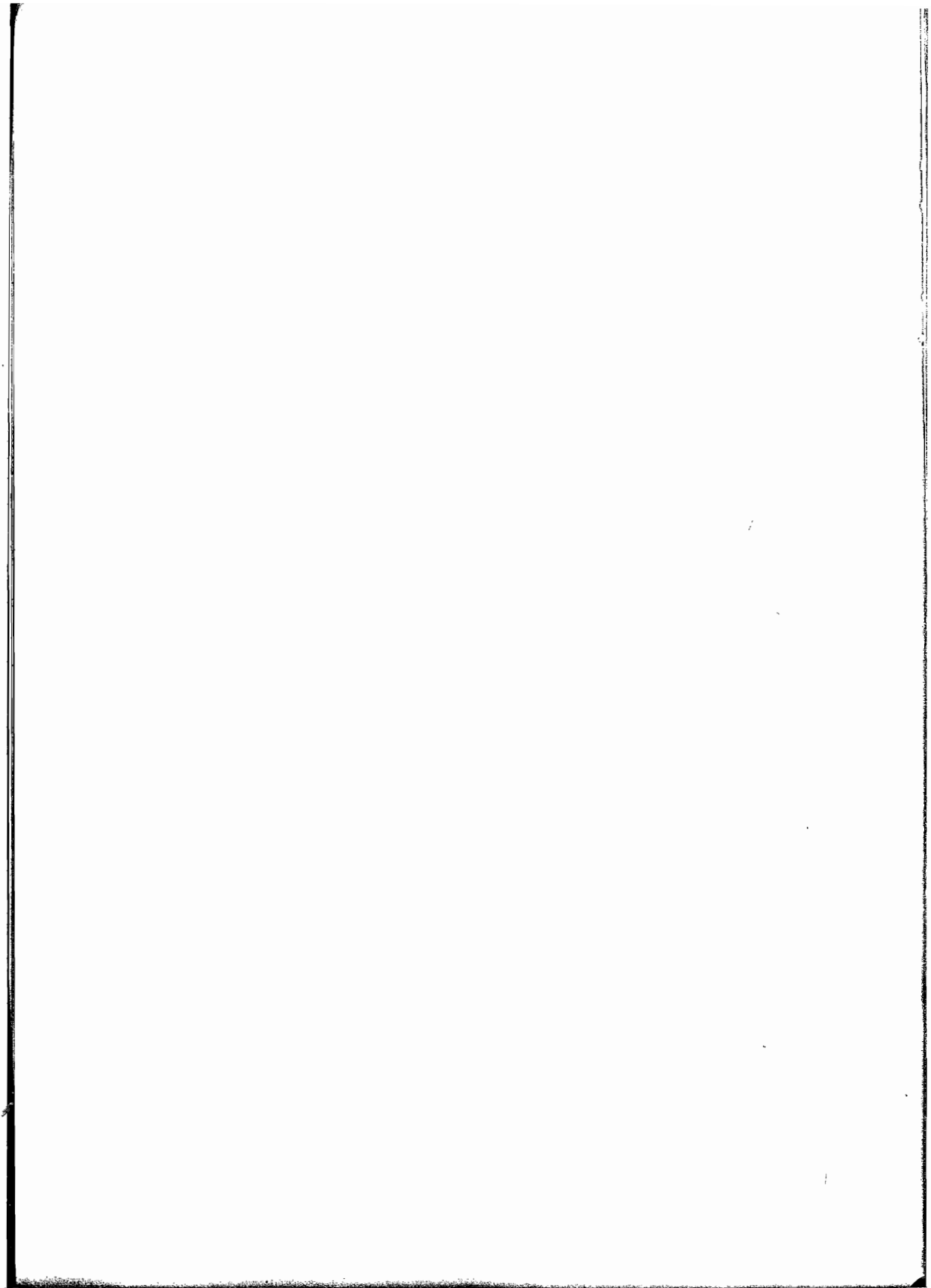
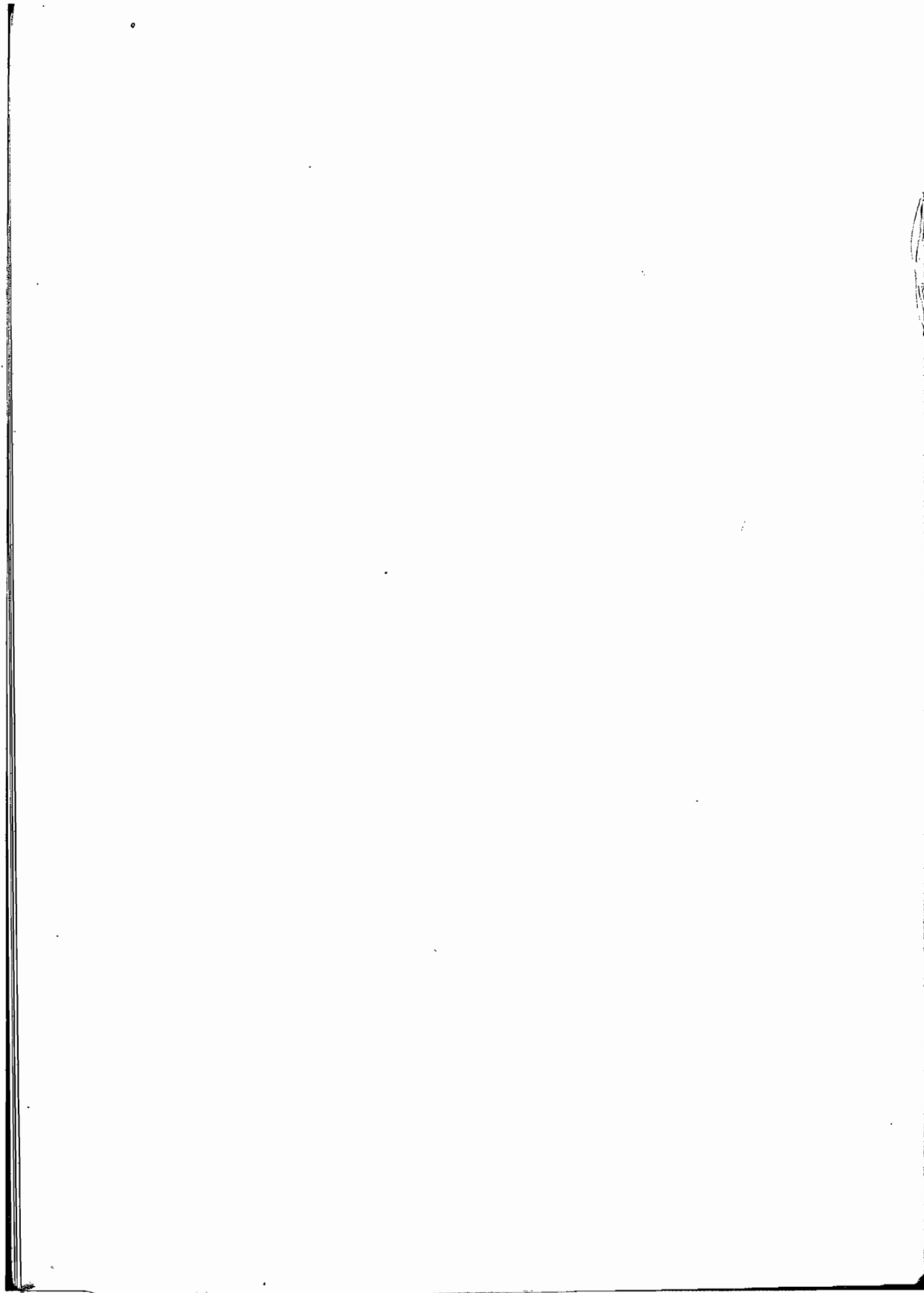
GRANDE REGIÃO LESTE

GRANDE REGIÃO CENTRO-OESTE

GRANDE REGIÃO SUL

I — CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA
II — FATÔRES FISIOGRÁFICOS
III — FATÔRES PSICOSSOCIAIS
IV — FATÔRES ECONÔMICOS
V — FATÔRES POLÍTICOS
VI — CONCLUSÃO

O estudo dêste assunto deve ser acompanhado no mapa do Brasil e complementado com consultas na geografia do Brasil, do IBGE.

AS GRANDES REGIÕES NATURAIS

REGIÃO NORTE

GRANDE REGIÃO NORTE

I — CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

1. Definição

Do ponto de vista político, compreende a Grande Região Norte, os territórios dos Estados do Amazonas, do Pará e Acre e os dos Territórios de Amapá, Roraima e Rondônia. Do ponto de vista físico, será necessário agregar-lhe mais os territórios do noroeste dos Estados de Maranhão e Mato Grosso e o extremo norte de Goiás.

Seu limite sul foi traçado segundo uma linha média entre a que marca as primeiras cachoeiras dos tributários da margem direita do rio Amazonas (no sentido da descida dos rios) e a que estabelece o limite entre a floresta amazônica e os campos cerrados. O limite oriental é o rio Mearim, no Estado do Maranhão, levando-se em conta as características fisiográficas diferentes das duas margens dêste rio.

2. Superfície

— 3.581.180 km², correspondendo a 42,07% da do Brasil.

— Os Estados do Amazonas e do Pará detêm 78,77% da superfície da Grande Região

Há 2.680 km² de território litigioso entre os Estados do Pará e o do Amazonas.

3. População

Em 1960: 2.601.519 hab, correspondendo a 3,67% da população do Brasil. Densidade 0,72 hab/km². Foi superada pela região Centro-Oeste, tornando-se a última em população. Os Estados do Pará e Amazonas reúnem mais de 87% da população da área, sendo que a população do Estado do Pará (1.550.935) é duas vêzes maior do que a do Estado do Amazonas. As cidades de Belém e Manaus reúnem 22% de tôda a população da área, sendo a densidade em Belém de 470 hab/k² em Manaus de 130 hab/k².

Em 1969 estima-se que a Região atinja 3.403.000 hab o que corresponderá ainda a apenas, 3,73% da do País, a densidade populacional será de 0,95 hab/km².

4. Forma

É a de um paralelogramo, alongado no sentido dos paralelos.

5. Posição

Situa-se na parte setentrional do Brasil. Atravessada pelo Equador tem suas terras compreendidas entre 10º de latitude sul e 5º de latitude norte. O Equador passa pelas cidades de Macapá, na foz do Amazonas e Uaupés, no rio Negro, dividindo desigualmente a Grande Região; deixa 3/4 partes da área no hemisfério sul.

Limita-se ao norte com a Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela; a N.O. com a Colômbia; a O. com o Peru; a S.O. com a Bolívia; ao S. com o Estado de Mato Grosso; a L, com Goiás, Maranhão e Atlântico.

II — FATÔRES FISIOGRÁFICOS

1. Geologia

Na região onde se localiza a atual planície amazônica, existiu um braço de mar que separava, nos tempos primitivos, os "escudos" guiano e brasileiro.

Com o levantamento dos Andes e mediante a deposição de sedimentos trazidos pelos rios, das partes altas fortemente trabalhadas pela erosão, formou-se a imensa planície sedimentar, cujos terrenos são principalmente terciários e quaternários cobertos de depósitos marinhos ou continentais das eras primária e secundária.

Os embasamentos cristalinos dos escudos guiano e sul-amazônico enquadram as estreitas faixas sedimentares do cambro-ordoviciano, siluriano, devoniano, carbonífero, terciário e quaternário que se sucedem para formar a planície amazônica.

2. Relêvo

É representado em sua maior parte pela extensa planície amazônica que, de oeste para leste, se estreita e se inclina suavemente, com poucas escarpas e colinas. Entretanto, numa análise mais precisa, distinguem-se nela três níveis: a planície pròpriamene dita, os "tesos" e as "terras-firmes".

O primeiro nível citado ocupa a área baixa e inundável durante as cheias periódicas.

Chamam-se "tesos" os níveis pouco elevados (de 6 a 15 m) que se mantêm emersos durante as inundações, representando, por isto, importante papel econômico.

As "terras-firmes", mais elevadas (acima de 20m), são constituídas na sua maior parte, por areias consolidadas do período terciário; apresentam-se às margens dos rios sob a forma de "barrancos" ou em elevações isoladas que, por seu destaque na região, recebem o nome de "serras" como as de Almerim, Alenquer, Monte Alegre, Óbidos etc., com formato tabular.

Ao N. e ao S. da grande planície, situam-se os planaltos "guiano" e "brasileiro", respectivamente, ambos de origem arqueana.

A limitação entre a planície amazônica e os planaltos que a cercam, pode ser obtida pela localização das primeiras corredeiras e cachoeiras dos afluentes do rio Amazonas, na sua descida para a planície.

3. Hidrografia

Os rios da região formam a maior bacia do mundo, em que a artéria principal é o rio Amazonas. Os seus afluentes não apresentam curso homogêneo em tôda extensão.

Descem dos planaltos através de rápidos e cachoeiras, porém o baixo curso é suave, regular e apresenta formações meândricas. O fato de receber afluentes de ambos os lados do Equador se reflete no regime do rio Amazonas.

Quando os rios da margem direita começam a baixar, os da esquerda atingem a sua maior altura. A declividade do Amazonas em território brasileiro é fraquíssima, porém o rio é muito largo e profundo, o que permite a navegabilidade na extensão de 3.000 km.

O potencial hidrelétrico na Bacia do Amazonas é o primeiro do Brasil, mas de difícil aproveitamento.

Embora as inundações provoquem um elevado índice de fertilidade nas terras marginais, a maior importância dos rios da região reside na sua navegabilidade.

São típicos rios de planície: Amazonas, Negro, Japurá, Juruá, Purus, Madeira etc., e de planalto: Tapajós, Xingu, Tocantins.

4. Clima

Estando a região situada de ambos os lados do Equador, se caracteriza pela alta temperatura aliada a pequenas oscilações térmicas anuais, além da intensa umidade resultante da forte pluviosidade.

A região acreana é tida como a mais quente, a mais úmida e a mais insalubre e a do alto rio Branco, como a mais fresca e mais adequada à colonização.

O clima predominante na Região é do tipo quente, úmido e regular; todavia, ao contrário do que muitos pensam, não chega a ser tórrido, nem incondicionalmente insalubre.

Fenômeno climático, interessante e curioso, ocorre nas terras marginais do rio Amazonas e é conhecido pelo nome de friagem. Consiste na queda brusca da temperatura talvez por efeito de um vento que, durante alguns dias do ano, sopra do oeste para leste.

5. Vegetação

Predomina a floresta fechada, que constitui a Hiléia, como a denominou o sábio Humboldt, devido às relações entre o clima e a vegetação, a grande pluviosidade e altas temperaturas.

É constituída de espécies diferentes, desordenadamente misturadas, o que torna difícil a sua exploração econômica.

Apesar das numerosíssimas espécies vegetais, distinguem-se nela dois aspectos principais, como conseqüência das diferenciações de ambiente.

— a mata de terra firme (Caá-eté) que é a verdadeira floresta virgem, não sujeita às inundações e onde dominam o castanheiro, o caucho e o guaraná;

— a mata inundável (Caá-igapó) que se acha localizada nas partes baixas, sujeitas às inundações periódicas e onde dominam a seringueira e o cacaueiro.

A Região, todavia, não é exclusivamente do domínio da Hiléia e das selvas, pois possui também campinas nas várzeas e campos nativos de grande extensão.

Há campos sujeitos às inundações e mesmo inundáveis como os que se acham situados na grande ilha de Marajó; outros, porém, mais elevados, não são inundáveis como os do baixo Amazonas (Monte Alegre, Prainha, Alenquer, Faro, etc.).

Os mais afamados, porém, são os campos do Alto Rio Branco, onde a criação extensiva de bovinos tem boas perspectivas de desenvolvimento.

No Território de Rondônia, há uma larga faixa transversal, interrompendo a floresta, onde, dominam campos cerrados, comparáveis aos existentes no Planalto Central.

6. Litoral

Estende-se tanto no sentido dos meridianos como nos dos paralelos, num ângulo geral de 45º com ambos.

Aspecto geral: costa baixa, formando mangues, pouco recortado, salientando-se a foz do Amazonas.

Sua importância é considerável não só por constituir a porta de entrada da Amazônia, acesso ao Peru, Colômbia e Bolívia, mas também pela proximidade do Canal do Panamá, e dos Estados Unidos. Salientam-se por sua importância o pôrto de Macapá, ponto obrigatório de escoamento do minério do Amapá, e Belém, escoadouro e ponto-chave da vida econômica da Região.

A nossa fronteira marítima nesta Região estende-se por 1.160 km.

7. Apreciação

Na Região Norte predomina a imensa planice coberta de floresta equatorial, dotada de apreciável regularidade climática e de uma extensa e inigualável rêde de grandes rios navegáveis, que constituem as vias de comunicações naturais do vasto, prodigioso e original complexo fitológico constituído pela Hiléia.

Sua constituição geológica apresenta perspectivas promissoras quanto à existência de petróleo.

A imensa rêde fluvial do Amazonas, com cêrca de 25.000 km. constitui a única via de penetração e de circulação de que dispõe a região. Marca a individualidade fisiográfica da região, e exerce tirânica pressão sôbre todos os aspectos da vida Amazônica.

O regime do rio Amazonas é curioso porque recebe águas dos dois hemisférios. Correndo em planície, é notável a sua navegabilidade, bem como a de vários de seus afluentes.

Até Iquitos chegam navios de 6.000 toneladas.

A vegetação é constituída de espécies diferentes, desordenadamente misturadas, o que torna difícil a sua exploração econômica.

O domínio da foz do Amazonas é a garantia para o acesso ao interior da bacia, e aos países por ela servidos.

III — FATÔRES PSICOSSOCIAIS

1. Antecedentes

Com a exceção de estreita faixa situada a E. da linha Belém — confluência do Araguaia com o Tocantins, a Região Norte resultou da expansão portuguêsa a O. do meridiano de Tordesilhas.

Na fase da conquista, a corrente portuguêsa que partiu da foz levou a melhor, repelindo a espanhola que descia das nascentes do rio Amazonas.

As missões religiosas, a partir do século XVII, iniciaram a catequese dos índios; no século XVIII, as "tropas de resgate"

e os "droguistas do sertão", também concorreram para o devassamento da Grande Região Norte. Os primeiros eram expedições semelhantes às do Bandeirismo, que subiam os rios amazônicos em busca de índios destinados à escravidão e os segundos se aventuravam pela selva à procura de especiarias (cacau, canela, cravo, baunilha, plantas oleoginosas e aromáticas).

Com a expulsão dos jesuítas, teve início a "colonização militar".

Muitas cidades da Amazônia surgiram nos séculos XVII e XVIII, quer de núcleos de catequese, quer de lugares fortificados, tais como: Alenquer, Santarém.

O povoamento da Região foi acelerado em virtude do desenvolvimento da indústria extrativa da borracha, principalmente entre 1869 e 1912, período áureo dessa atividade, quando levas de nordestinos se dirigiram para a Amazônia. A colonização do Acre foi conseqüência dessa migração.

O último movimento migratório para a Grande Região, ocorreu por ocasião da "batalha da borracha" (1942-45), quando novas levas de nordestinos foram encaminhados para a Amazônia.

Em tôda a conquista e o desbravamento da Amazônia, os rios representaram, tal como hoje ainda se verifica, relevante papel, pois foram as únicas vias de penetração e de contactos, às margens dos quais se ergueram todos os núcleos de povoamento.

Deve-se, assim, aos portuguêses a colonização da Região Norte, e, modernamente, aos nordestinos que foram atraídos para a exploração da borracha.

O atual Govêrno, concretizando uma aspiração nacional, lançou-se à grande tarefa de integração e ocupação da Amazônia. Para isto, dividiu a Região em duas sub-regiões diversificadas por suas infra-estruturas e estimula, na Amazônia Oriental, a implantação de um parque industrial com seguras condições de sustentação e expansão em tôrno do grande pólo de desenvolvimento que é Belém.

Na Amazônia Ocidental, as perspectivas imediatas para o estabelecimento de atividades de impacto econômico, eram menos atraentes. A distância dos centros de maior densidade de consumo, aliada à incipiência do mercado doméstico, determinaram e justificaram o tratamento especial dispensado à subregião com a criação da Zona Franca de Manaus.

Estimulados êstes dois grandes centros irradiadores de cultura e atrações econômicas, imaginou-se o aproveitamento de outras concentrações populacionais da área e a criação de outros pólos de desenvolvimento para estimular o povoamento e a integração de tôda a Amazônia, através de: instrumentos econô-

micos para a aceleração do desenvolvimento; rêde fixa de transporte e comunicações; e ação de apoio logístico e desbravamento pioneiro a cargo das Fôrças Armadas.

Dentro dessa diretriz, foram selecionadas as seguintes áreas prioritárias para receberem empreendimentos e estímulos das iniciativas governamentais, por representarem instrumentos de capital importância quanto aos projetos de ocupação e povoamento e à circulação regular e eficaz na Região:

a) **Área Prioritária nº I,** no Território Federal de Rondônia, no segmento da BR-364, entre as cidades de Ariquemes e Rondônia, abrangendo uma faixa de 6 (seis) quilômetros de cada lado, da citada rodovia;

b) **Área Prioritária nº II,** na região limítrofe dos Estados do Amazonas e do Acre e do Território Federal de Rondônia, abrangida pelas cidades de Pôrto Velho, Abunã, Rio Branco, Boca do Acre, Lábrea e Humaitá, tendo como centro de apoio a cidade de Pôrto Velho;

c) **Área Prioritária nº III,** no Território de Roraima, configurada pela cidade de Boa Vista e localidades de Coronel Dilermando, Maracanã e Bonfim, tendo como centro a cidade de Boa Vista;

d) **Área Prioritária nº IV,** compreendida na região Tefé-Guimarães, à margem direita do rio Solimões, tendo como centro a cidade de Tefé.

Será concedida prioridade à realização de empreendimentos ou à concessão de estímulos que interessem à ocupação, povoamento e desenvolvimento econômico-social das zonas de fronteiras, abrangidas pelas cidades e localidades de Guajará-Mirim, Brasiléia, Cruzeiro do Sul, Benjamin Constant, Tabatinga, Cucuí, Tapuruquara, Asoenangka, Tiriós e Talimã.

2. **Estudo da População**

No conjunto dos habitantes, predomina o índigena, pois, segundo estimativa, cêrca de 150.000 índios ainda vivem na região, dos quais pequena parte mantém contacto com a civilização através da Fundação Nacional do Índio.

Do elemento africano quase nenhum vestígio existe, enquanto os elementos brancos existentes na Região, são descendentes de portuguêses ou de nordestinos, principalmente.

Entre os tipos regionais, destacam-se:

— o "caboclo", com traços ameríndios, que vive nas margens dos rios, dedicando-se à pesca do jacaré, pirarucu, tartarugas, etc.;

— o "seringueiro", cuja atividade é imitada pelo nordestino que para a Região imigra, principalmente quando ocorre a sêca no Nordeste;

— o "vaqueiro", que atua particularmente nos campos do rio Branco e ilha do Marajó.

A rêde hidrográfica não facilitou apenas a penetração do homem. Ela constitui, ainda hoje, o meio de transporte mais importante e orientou dêste modo a distribuição do elemento branco, dando uma característica marcante — distribuição linear, bem visível no mapa da População da Grande Região Norte.

O quadro abaixo mostra a população das unidades que compõem a Região, de acôrdo com o IBGE-1968:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA TERRESTRE	POPULAÇÃO RECENSEADA (em 1960)			ESTIMATIVA (1969)	
		TOTAL	% URBANA	DENSIDADE	POPULAÇÃO	DENSIDADE
Acre	152.589	160.208	21.2	1.05	108.000	136
Amazonas	1.564.445	721.215	32.2	0.46	431.000	0.59
Pará	1.250.722	1.550.935	40.6	1.26	1.988.000	519
Rondônia	243.044	70.783	43.5	0.29	121.000	0.49
Roraima	230.104	29.489	43.1	0.13	43.000	0.18
Amapá	140.276	68.889	51.4	0.50	112.000	0.79
REGIÃO	3.581.180	2.601.519	37.7	0.73	3.403.000	0.95
BRASIL	8.511.965	70.967.185	45,2	8.38	92.282.000	10.83

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)

3. Condições de Saúde

a. Nutrição

O caboclo natural da Amazônia, é geralmente considerado um infeliz preguiçoso. Ignorante de quase todos os processos racionais de cultura, normalmente desnutrido e abandonado à própria sorte, alimenta-se com a caça e pesca e a mandioca de pequenos roçados. As frutas silvestres contribuem para completar sua alimentação costumeira. A rapadura e o açúcar prêto completam sua alimentação. Há estudos que indicam ser a disponibilidade de calorias na Região apenas de 2.000 calorias; além de desequilibrada tem baixo teor protéico.

b. Padrões

As deficiências alimentares e as precárias condições higiênicas facultam alta incidência de malária; ocorrência de taxa de prevalência da lepra; febre amarela silvestre e outras arboviroses em tôda a mata amazônica; ocorrência de leishmaniose e importante foco de filariose em Belém.

O quadro abaixo mostra os principais índices a respeito das populações da área.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	NATALIDADE POR 1000 hab	MORTALIDADE POR 1.000 hab (1)	VIDA MEDIA (anos)	RENDA PER CAPITA (3)		
				1950 NCr$	1960 NCr$	1965 NCr$
Rondônia	47	—	—	—	—	187.4
Acre	47	—	—	—	—	199.5
Amazonas	46	9,1	37 9	3.15	18.7	158,7
Roraima	47	—	—	—	—	147.2
Pará	45	7,7	38.0	2.42	15'4	120.8
Amapá	47	—	—	—	—	272.5
REGIÃO	46.5	—	(2)37.9	2.78	17.0	181.0
BRASIL	42.8	—	54.8	4.13	27.5	309.3

(1) Dados do Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)

(2) Dados EPEA — 1964

(3) Dados da (FGV)

4. Condições de Instrução

Afora as cidades de Manaus e Belém, onde a cultura tradicionalmente tem se desenvolvido, é a Região Norte muito carente de meios e elementos culturais.

É significativo notar que enquanto no Brasil, dos 1000 alunos matriculados na 1ª série primária, em 1963, apenas, 245 terminaram a 4ª série em 1966, em Roraima 329 conseguiram terminar o primário. (Situação só sobrepujada pela Guanabara onde 392 acabaram o primário. Com relação ao ciclo ginasial) ocorre procedimento semelhante; em cada 1000 alunos matriculados na 1ª série primária, 91 completaram a 4ª série ginasial em Roraima. (Situação, também, só sobrepujada pela Guanabara onde 173 completaram o ciclo ginasial).

Em Manaus a expansão universitária atingiu 200% nos últimos 2 anos.

O Censo Escolar de 1965 acusou o seguinte resultado para a Região:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	% ESCO-LARIZAÇÃO 7 A 14 ANOS (31-10-64)	% ALFA-BETIZADO 10 ANOS E MAIS (1950)	MATRÍCULA EFETIVA (início do ano)							
			(2)	(2)	(1)	(1)	(1)	(1)	(2)	(3)
Rondônia	76,2	49,6	9.302	1.400	185	—	—	77	174	—
Acre	45,4	34,4	23.217	1.935	363	—	—	209	443	100
Amazonas	66,3	42,9	97.727	15.506	2.677	941	170	1.489	4.525	1.266
Roraima	70,7	44,5	6.019	1.005	—	—	—	68	114	—
Pará	76,0	48,7	284.423	39.852	9.515	1.520	189	5.771	10.553	3.216
Amapá	75,4	44,1	21.100	4.067	668	742	—	589	536	—
REGIÃO	68,3	43,7	441.786	63.765	13.408	3.203	359	8.203	16.345	48.52
BRASIL	66,3	60,5	11.182.746	2.126.033	306.308	91.621	14.410	265.626	690.407	258.303

Fonte:

(1) Dados 1966 — Anuário Estatístico do Brasil 1967 (IBGE)
(2) Dados 1967 — Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)
(3) Dados 1968 — Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)

A região é fracamente povoada e, ainda assim, apenas ao longo dos rios. A maior densidade é notada no baixo do Amazonas, e vai decrescendo à medida que se avança para O. ou se sobem os tributários do grande rio.

O elemento indígena representa o principal papel dentro da região, não só porque lá existem inúmeras tribos ameríndias como porque o mestiço é muito numeroso.

É insignificante a influência da imigração, excetuando-se a de nordestinos e alguns japonêses.

A maioria da população ativa dedica-se a atividades primárias.

IV — FATÔRES ECONÔMICOS

1. Indústria Extrativa Vegetal

As possibilidades do extrativismo vegetal na Amazônia são imensas; mas atualmente estas reservas não são nem totalmente, nem racionalmente aproveitadas. Os processos ainda hoje empregados são em sua quase totalidade rotineiros e empíricos. As conseqüências são muito nefastas para a economia regional, já que a indústria extrativa vegetal é a base da economia amazônica.

A borracha domina a história econômica da região. Apresenta 3 períodos: apogeu, decadência e ressurgimento. O Acre é o maior produtor. Pelo fato de as seringueiras estarem disseminadas pela floresta, a colheita do látex só é possível na estação sêca e as dificuldades de transporte prejudicam sua exploração.

A castanha é de grande valor nutritivo, podendo substituir protéicos, como carne, ovos, etc.; é encontrada no baixo Tocantins e nas terras altas da margem esquerda do Amazonas. Nos últimos anos, a produção do Amazonas ultrapassou a do Pará.

É a castanheira uma árvore de terra firme; aparecendo em grupos importantes formando mesmo grandes matas, regionalmente denominadas castanhais. Até hoje ainda não foi iniciado o cultivo do castanheiro.

A enorme riqueza representada pela extração de madeiras de lei que a floresta oferece ainda não foi dimensionada, mas técnicos da FAO afirmam que a diversificação das espécies é enorme. São conhecidas e exploradas hoje: cedro, aguano, andiroba, louro, cumaru, sucupira, acapu, saboarana, pau marfim, angelim, jacarandá, copaíba, maçaranduba, etc.

As essências naturais constituem outra riqueza que a floresta oferece; são comumente exploradas: pau-rosa, cumará, umiri, etc.

As oleoginosas representam importante perspectiva para o desenvolvimento da indústria extrativa, particularmente, pela diversificada flora: o babaçu, cujo coquilho produz óleo empregado na fabricação de margarina e óleo de côco; murumuru que produz um azeite semelhante ao de oliveira; o tucumã, fornecedor de duas espécies de óleo alimentícios; o patuá, palmeira produtora de finíssimo óleo, que substitui o de oliveira. Além dessas espécies não devem ser esquecidos: a bacaba e bacabinha, miriti e buriti, andiroba e o pracaxi.

Ainda a floresta oferece: o pixurim, laurácea produtora de frutos medicinais e aromáticos; a noz-do-par; a piaçaba, palmeira fornecedora de excelente fibra empregada na confecção de escôvas, vassouras; a jarina, cujos frutos coriáceos são aproveitados na fabricação de botões e objetos de quinquilharia; o timbó, matéria-prima da indústria de inseticidas; a sôrva, produtora de goma não elástica.

Apesar da variedade dos produtos extraídos da floresta e da elevada mão-de-obra empregada nesta atividade, o volume da produção é pequeno e comerciado muitas vêzes irregularmente.

2. Indústria Extrativa Mineral

Na imensa área amazônica estão representadas tôdas as idades geológicas, desde o arqueano até o quaternário, admitindo presumir-se a existência de notáveis recursos minerais.

O manganês descoberto na serra do Navio, no Território da Amapá, vem sendo explorado e exportado por processos avançados e de grande rendimento econômico. As reservas manganesíferas do Amapá, constituída de cêrca de 25 milhões de toneladas de minério de alto teor (51 a 58%), são consideradas as maiores do hemisfério ocidental. Acredita-se, contudo, que o manganês na Amazônia não se limite ao Amapá, pois na fronteira dos Estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso se positivaram indícios da existência do mineral. As ocorrências até agora verificadas no Estado do Amazonas asseguram uma reserva superior a 1 milhão de toneladas.

A descoberta de extensa mineralização de cassiterita, de alto teor de estanho, em Rondônia, representa um dos mais destacados fatos, nos últimos anos, da mineralogia no Brasil. Atualmene, Rondônia é o maior produtor nacional e apesar dos processos de lavra rudimentar usados para extração, a produção atingiu 2.035 ton em 1966.

Os principais depósitos em extração estão localizados na região do Jamari e do Jacundá; região do médio Machadinho e do Rio Prêto; região da serra dos Três Irmãos e do baixo Jaci-

Paraná. Dez emprêsas de mineração operam no Território na lavra da cassiterita, em precárias condições e à base de garimpagem. A exportação do minério é feita por caminhão através da BR-364, depois de pequena lavagem para aumentar a concentração do minério.

Dentre os metais preciosos destacam-se as ocorrências de ouro, cuja exploração remonta aos tempos coloniais. No Estado do Pará, assinalam-se os aluviões auríferos nos rios Tapajós, Jamaxim e afluentes. No Território de Roraima pratica-se a garimpagem de ouro, diamantes e associados, nas regiões de Tepequem, Suapi, Quinô e Mau. No Amapá, nas cabeceiras do Cassiporé, Coanani e Calçoene, tradicionalmente garimpa-se com sucesso. Mais recentemente, o aparecimento de filões auríferos nos rios Madeira e das Tropas proporcionou uma corrida dos garimpeiros para Rondônia.

Há também assinaladas ocorrências de galena argentífera (prata) no baixo Amazonas e no rio Fresco, assim como pirargirita e argentita nos vales do Trombetas e Urubu.

O ferro foi assinalado em diversos locais da área, sendo os depósitos mais importantes e conhecidos aquêles localizados em ambas às margens do rio Vila Nova, no distrito ferrifero de Santa Maria, no Amapá; trata-se de hematita compacta, com alto teor de ferro, aproximadamente 68%. Na colônia do Matapi, nas proximidades de Macapá, há uma ocorrência medida de 200.706 toneladas. No Amazonas, foi localizada a jazida do rio Jatapu, afluente do Uatumã, com reserva estimada em 52.000.000 toneladas. No município de Marabá, no Pará, grupos privados tentam explorar ricas jazidas de ferro e manganês. No município de São Felix do Xingu, verifica-se a possibilidade de mineralização de cobre e chumbo, na bacia do rio Fresco, ou ocorrem sedimentos, entre os quais, se intercala um vulcanismo andesítico com possibilidades de mineração de sulfato (cobre).

O carvão mineral é outra riqueza que apenas aguarda melhores condições de pesquisa e transporte para tornar compensadora a sua exploração na faixa carbonífera que se desenvolve desde o rio Fresco ao Maranhão. Na região de confluência do Tocantins-Araguaia aguarda-se para breve a exploração.

3. Agropecuária, Caça e Pesca

a. Produção Agrícola

A lavoura não tem maior desenvolvimento, em face da grande floresta amazônica, cuja derrubada implica, de modo geral, na erosão do solo; êste, levado pelo extravasamento das águas, perde muito de suas propriedades intrínsecas. A decomposição

das fôlhas que caem (fenômeno decidual) entretanto serve de adubo, mas sòmente para benefício da própria floresta.

Clareiras são abertas na mata para êsse fim, mas passados dois ou três anos novas derrubadas se impõem pelo esgotamento do solo a descoberto.

A fertilidade dos solos decresce na medida em que as culturas se afastam do grande vale amazônico. Por tudo isto, as culturas não têm o valor econômico desejado.

Destacam-se dois tipos de lavoura: a de subsistência e a comercial.

A primeira é bastante insuficiente para as necessidades da população.

Os principais produtos são: a mandioca, o milho e o fumo. E a única zona agrícola digna de menção é a bragantina, que se estende ao longo da estrada de rodagem Belém-Bragança.

A lavoura comercial tem sido bastante incrementada nos últimos anos com o plantio da juta (no baixo Amazonas), da pimenta-do-reino e da malva (na zona bragantina) e da borracha plantações de Belterra e Fordlândia, no baixo Tapajós, exploradas pelo Govêrno Federal; plantações das emprêsas Pirelli e Good-year no Pará e plantações particulares no Amazonas e no Território do Amapá.

A cana-de-açucar está sendo plantada experimentalmene em Macapá e Manaus, onde tem apresentado rendimento superior ao do Nordeste.

No município de Pará, a SUDAM desenvolve um projeto de plantação de dendê com vista à diversificação da agricultura regional. O dendêzeiro é uma oleoginosa de alta produtividade, produzindo durante todo o ano, com capacidade vital de 25 a 30 anos. Inicia a produção aos três anos. O óleo de dendê que será industrializado na própria região de produção, tem grande aplicação industrial em laminagem, na siderurgia e banho de estanhagem na produção do ferro branco, bem como na preparação de produtos alimentares. O projeto compreende a plantação de 1.500 hectares por particulares em tôrno do projeto pilôto.

b. **Pecuária**

A criação extensiva de gado bovino é praticada principalmente na ilha de Marajó, no alto do rio Branco e no baixo Amazonas, predominando o tipo zebu que se aclimatou na área por ser bastatne resistente às intempéries.

O búfalo aclimatado na ilha de Marajó e no baixo Amazonas tem se desenvolvido bastante nos últimos anos, atingindo seu rebanho cêrca de 40.000 cabeças atualmente.

A abertura da Belém-Brasília possibilitou o aproveitamento de nova área adequada à pecuária. Na região de Paragominas pratica-se intensa atividade de criatório. Foi tamanho seu desenvolvimento que já no ano de 1965 permitiu um abate de 15.000 reses na área.

De acôrdo com o Anuário Estatístico Brasileiro de 1968, o rebanho da Região Norte tinha o efetivo do quadro abaixo, em 1.000 cabeças:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	BOVINOS	EQUINOS	ASININOS	MUARES	SUÍNOS	OVINOS	CAPRINOS
Rondônia	11	1	—	12	26	3	2
Acre	69	5	—	12	153	34	5
Amazonas	268	21	2	8	595	66	67
Roraima	243	15	—	1	24	15	4
Pará	1.229	97	4	14	1.017	75	83
Amapá	60	5	—	—	35	2	2
REGIÃO	1.880	144	6	47	1.850	195	163
BRASIL	90.153	9.082	2.873	4.760	61.728	22.102	13.957

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)

c. Caça

A caça é praticada intensamente em tôda a área, embora não seja a atividade principal do rurícola amazônico; todos a praticam como derivativo, para a subsistência ou para exploração do comércio de couros e peles.

Os couros e peles normalmente são comerciados sem preparação e por isto mesmo muito desvalorizado. Em 1967, a Reração e por isto mesmo muito desvalorizados. Em 1967, a Região vendeu os couros e peles do quadro abaixo:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	MAMÍFEROS					RÉPTEIS	
	ARIRANHA	CAPIVARA	GATO DO MATO	PORCO DO MATO	VEADO	JACARÉ	LAGARTO
Rondônia	394	—	3.348	31.818	12.667	10.120	—
Acre	28	—	6.598	167.824	76.759	1.500	
Amazonas	277	20.234	5.841	191.378	58.809	404.033	2.250
Roraima	29	15	607	1.051	338	1.129	—
Pará	722	11.667	7.881	56.139	43.178	68.545	411
Amapá	250	—	302	3.453	5.803	4.762	1.530
REGIÃO	1.700	31.916	24.577	451.663	197.554	490.089	4.191
BRASIL	4.594	102.114	135.667	687.795	355.084	757.902	1.284.359

Fonte: Anuário Estatístico do Brasi l1968 (IBGE)

d. **Pesca**

A pesca constitui importante atividade para a população regional por ser a fonte de alimento mais certo de que dispõem. O pirarucu (bacalhau brasileiro), a tartaruga, o peixe-boi, a pescada e muitos outros são os mais procurados. O rio Amazonas é o rio mais piscoso do mundo e as variedades de peixe ali existentes são tantas quantas as das espécies vegetais.

Aproveitando o enorme e diversificado potencial pesqueiro da Região, a SUDEPE desenvolve projetos que visam a dinamizar o aproveitamento da riqueza e transformar o produto da pesca em importante item da pauta de exportação. Para isto, o setor privado vem sendo estimulado através da concessão de financiamentos e incentivos fiscais, bem como são concluídos projetos para obtenção de melhores condições de conservação do pescado e treinada a mão-de-obra para as diversas categorias de trabalho da profissão.

Em 1967, a situação pesqueira da Região era:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PEIXES (t)	CRUSTÁCEOS (t)	MOLUSCOS (t)	MAMÍFEROS AQU TICOS (t)	QUELÔNIOS (t)	NÃO ESPECIFICADO (t)
Rondônia	320	—	—	—	21	—
Acre	265	—	—	—	—	—
Amazonas	16.412	—	—	44	160	—
Roraima	98	—	—	—	—	—
Pará	26.288	6.409	1.226	4	31	—
Amapá	527	23	—	—	5	—
REGIÃO	43.910	6.432	1.226	48	217	—
BRASIL	361.688	55.564	4.698	6.844	280	348

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)

4. **Indústria**

a. **Energia Elétrica**

Dados de 1967

Apesar do enorme potencial hidráulico, a Região é muito carente de energia e sòmente agora desenvolve um plano mais

arrojado, tendente a solucionar o problema ao sul do Amapá, com a construção da usina Paredão no rio Araguari; a ampliação da termelétrica de Miramar, para 80.000 kw, abrirá novas perspectivas para a região de Santarém-Aveiro, a partir de 1971 quando entrará em funcionamento a 1ª etapa.

As ampliações de 7.500 kw em 1968 e mais 7.500 em 1968 e mais 7.500 kw em 1969, na termelétrica de Manaus, assegurarão a satisfação da demanda até que uma hidrelétrica seja implantada na área.

A ampliação da rêde de distribuição e da capacidade de produção de energia da termelétrica de Rio Branco; a instalação de grupos termogeradores em 7 municípios amazonenses, totalizando 2.595 kwa; a instalação de grupos diesel em 36 localidades paraenses; o desenvolvimento do Programa de Eletrificação de Roraima com a instalação de 3 grupos totalizando 4.000 kw e a execução do programa de eletrificação de Rondônia completam o panorama de realizações no setor energético da Região.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POTÊNCIA INSTALADA		PRODUÇÃO MILHÕES 1.000 KWH	CONSUMO MILHÕES 1.000 KWH	ÍNDICES KWH/hab/ano	
	KW	W/hab			PRODUÇÃO	CONSUMO
Rondônia	1.694	15,83	8.793	6.986	82,23	65,29
Acre	3.183	16,28	4.960	2.990	25,37	15,29
Amazonas	27.127	30,74	76.641	65.703	86,87	74,47
Roraima	812	20,79	627	458	16,05	11,72
Pará	94.000	50,03	176.519	127.564	93,96	67,90
Amapá	7.108	69,91	18.279	15.642	172,40	153,86
REGIÃO	80.877	19,27	197.048	377.954	46,97	90,09
BRASIL	7.779.150	89,8	33.496.984	27.111.403	386,9	313,1

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 196. (IBGE)

b. Indústrias

A refinaria de Manaus, que beneficia 7.000 barris por dia, utiliza petróleo importado do Peru e abastece a Região Norte de derivados do petróleo; é a maior indústria da Região.

As pequenas indústrias alimentícias produtoras de massas, doces e refrigerantes são expressões e fatôres importantes no abastecimeno regional.

Em Breves, na ilha de Marajó, instala-se uma grande indústria que beneficiará madeira, produzindo compensados em condições de concorrer quer no mercado interno, quer no externo.

5. **Comércio**

Os dois centros comerciais mais importantes são Belém e Manaus. Belém ,porta de entrada da Grande Região, é o grande entreposto comercial. Seu pôrto e aeroporto foram tradicionalmente movimentados na troca de produtos da área. Agora com a chegada da rodovia do sul consolidou sua importância como grande empório.

Manaus, no coração da Grande Região, é o principal pôrto de exportação para os países amazônicos.

Os principais produtos de exportação são: a borracha, a castanha, madeiras, essências, plantas medicinais, juta, pimenta, couros e peles, manganês, etc.

Os produtos mais importantes das importações da área são: cereais, açúcar, sal, tecidos, produtos manufaturados em geral.
Em 1967, o movimento comercial foi:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO (PRINCIPAL PÔRTO)	COMÉRCIO EXTERIOR (t)		VALOR (NCr$ 1,00)		COMÉRCIO INTERIOR E CABOTAGEM (t)		VALOR (NCr$ 1,00)	
	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO
Amazonas (Manaus)	15.763	287.160	29.175	25.952	192.095	118.095	81.564.484	98.275.984
Pará (Belém)	107.712	125.435	62.540	38.805	133.341	429.200	78.629.869	114.135.431
Amapá (Macapá)	450.500	—	33.392	—	2.438	34.621	1.656.666	24.325.736
Rondônia (P. Velho)	—	—	—	—	3.644	23.915	4.561.558	10.417.194
Acre (R. Branco)	—	—	—	—	11.322	18.322	8.817.449	10.686.451
Roraima (B. Vista-Aeroporto)	—	—	—	—	2.364	3.908	721.578	3.633.783
REGIÃO	573.975	412.595	125.107	64.757	345.725	628.128	175.951.604	261.474.579
BRASIL	21.128.718	19.041.844	4.265.501.333	4.291.938.728	12.293.330	12.293.330	1.247.890.949	1.247.890.949

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1958 (IBGE).

6. Transporte e Comunicações

As Comunicações do Norte são muito precárias; as grandes distâncias e a pequena densidade demográfica contribuem decisivamente para esta situação.

Contudo, no presente momento, projeta-se o sistema de telecomunicações da Amazônia que visa a completar o conjunto da estrutura básica para integração e ocupação da Região, interligando os pólos de desenvolvimento aos centros de decisões. O sistema de interligação da Região entre si e com o resto do País consta de 2 troncos: o de L atende, dentre outras, as cidades de S. Luís, Bragança, Belém, Macapá, Santarém, Itacoatiara, Manaus, Boa Vista, interligando-as à Brasília; o de O atende dentre outras, as cidades de Rio Branco, Guajará-Mirim, Pôrto Velho, Cuiabá, ligando-as a Campo Grande, e, portanto, ao Sistema Nacional.

Os transportes são bàsicamente fluviais, ao longo do Amazonas e seus afluentes. A FAB em seus vôos periódicos assegura a ligação e integração das populações mais afastadas, usando muitas vêzes o hidrovião.

a. Terrestre

(1) Ferroviário

Apenas duas estradas de ferro servem a área em pequenos trechos onde os rios não permitem a navegação. A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, oriunda do cumprimento de tratado internacional, foi construída através de 366 km, em bitola estreita, para ligar Guajará-Mirim a Pôrto Velho, contornando o trecho encachoeirado do rio Madeira. Está em funcionamento, mas por ser antieconômica será substituída por rodovia de 1ª classe.

A Estrada de Ferro Tocantins, em bitola de 1,00m, foi construída para substituir a navegação no trecho encachoeirado do rio Tocantins entre Jatobal e Tucuri com 118 km. Sua exploração é, também, deficitária.

(2) Rodoviário

Em 1º Jan. de 1968, a rêde rodoviária regional tinha o seguinte desenvolvimento:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	FEDERAL (até 1º Jul. 68) km			ESTADUAL (até 31 Dez. 67) km			MUNICIPAL (até 31 Dez. 67) km			TOTAL GERAL km	FEDERAL (previsto de 1-7-68 a 31-12-70) km	
	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO	TOTAL	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO	TOTAL	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO	TOTAL		NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO
Rondônia	722	—	722	61	—	61	246	—	246	1.029	195	—
Acre	98	—	98	44	—	44	105	—	105	247	553	—
Amazonas	44	18	62	482	69	551	850	21	871	1.484	685	—
Roraima	178	—	178	—	—	—	140	—	140	318	175	—
Pará	394	237	631	1.971	738	2.709	9.583	97	9.680	13.020	211	119
Amapá	497	—	497	—	—	—	483	—	483	980	35	—
REGIÃO	1.931	255	2.166	2.558	807	3.365	11.407	118	11.525	17.278	1.354	119
BRASIL	24.331	15.639	39.970	88.026	17.167	105.193	758.133	405	758.538	903.701	8.788	6.603

Fonte: Ministério dos Transportes.

As rodovias da região, de reduzida quilometragem, são de precárias condições de implantação e conservação.

Destacam-se a Belém-Brasília, pela importância da ligação do N com o centro político do País, Cuiabá-Pôrto Velho-Cruzeiro do Sul pela importância política, estratégica e econômica, e a rodovia Macapá-Oiapoque pela importância estratégica e econômica.

A rodovia Manaus-Boa Vista, já em tráfego no trecho entre Boa Vista-Caracari, é de fundamental importância para interligação do Território de Roraima ao conjunto nacional.

O Plano Rodoviário Nacional ressalta a importância das regiões Belém, Macapá, Santarém, Cachimbo, Boa Vista, Manaus, Canumã, Careiro, Vilhena, Pôrto Velho, Humaitá, Rio Branco, Cruzeiro do Sul como centro de irradiação dos transportes na área. As de Oiapoque, Conceição do Mau, Santa Helena, Içana, Benjamin Constant, Santa Rosa, Taumaturgo, Brasiléia e Abunã são importantes pontos de contato internacionais da Região.

A situação da rêde rodoviária básica da Região Norte, em km é a do quadro abaixo:

TRECHOS	SITUAÇÃO EM AGOSTO DE 1968			A EXECUTAR	TOTAL
	IMPLANTAÇÃO PIONEIRA	IMPLANTAÇÃO BÁSICA	PAVIMENTAÇÃO		
Manaus-Fronteira c/Venezuela BR 174	173	—	17	780	970
Belém-Fronteira do Maranhão BR 010 (à Brasília)	—	275	196	—	471
Pôrto Velho-Fronteira MT BR 364	715	—	—	* 715	715
Pôrto Velho-Fronteira c/Peru - BR 319 E 236	200	—	—	1.222	1.422
Pôrto Velho-Manaus - BR 319	40	—	—	732	772
Abunã-Guajará-Mirim - BR 319	** 124	—	—	—	124
Santa Maria-Fronteira do MA (Peritoró) BR 316	—	100	46	24	170
Macapá-Fronteira Guiana Fr BR 156	420	—	—	311	731
Brasileira-Lábrea - BR 317	** 181	40	—	554	775
Boa Vista-Fronteira Guiana BR 401	** 85	—	—	55	140
Lábrea-Humaitá BR 406	—	—	—	234	234
TOTAL	1.938	415	259	4.627	6.524

(*) Deverão receber. uma primeira etapa. implantação básica.

(**) Com trechos necessitando obras adicionais.

b. **Aquátil**

(1) Fluvial

Predomina na região, não só pela navegabilidade do Amazonas, mas também pela de seus afluentes. De um e de outro lado do rio Amazonas, a rêde fluvial é divergente e distribuída em direção às nossas fronteiras.

Atualmente, com os incentivos da SUDAM, renasce e se desenvolve a navegação fluvial. O Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis destina recursos para modernizar o pôrto de Manaus a fim de atender às necessidades da Zona Franca. Investe para modernizar o pôrto de Belém e para construir o nôvo pôrto. Constrói o pôrto de Santarém e estuda a melhor forma de utilizar as vias navegáveis da Amazônia.

(2) Marítimo

Os navios de cabotagem atingem o pôrto de Belém. Aí também chegam as linhas para América e Europa. Macapá destaca-se como pôrto de embarque de minério.

c. **Aéreo**

As ligações aéreas são de grande importância estratégica. Em virtude de deficiente infra-estrutura, muitas rotas acompanham o curso dos rios.

O hidroavião é o tipo mais utilizado na região.

V. **FATÔRES POLÍTICOS**

1. **Evolução do Número de Municípios**

A divisão política dos Estados e Territórios da área evolui conforme o quadro:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	1963	1965	1.º Setembro 1968
Rondônia	2	2	2
Acre	25	25	25
Amazonas	296	44	44
Roraima	2	2	2
Pará	82	83	83
Amapá	5	5	5
REGIÃO	412	161	161
BRASIL	4.235	3.956	3.972

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)

2. Representação Política

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	REPRESENTAÇÃO POLÍTICA 1968				ELEITORES INSCRITOS		VARIAÇÃO
	SENADOR		DEPUTADO				%
	ARENA	MDB	ARENA	MDB	1960	1968	
Rondônia	—	—	1	—	8.339	14.469	73,51
Acre	1	2	4	3	14.941	24.026	60,80
Amazonas	1	2	5	2	91.929	178.234	93,88
Roraima	—	—	1	—	5.696	5.993	5,21
Pará	3	—	8	2	324.511	493.546	52,08
Amapá	—	—	1	—	7.875	16.262	106,5
REGIÃO	5	4	20	7	528.291	732.530	38,66
BRASIL	47	19	274	140	15.618.340	23.385.300	48,72

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

VI — CONCLUSÃO

A indústria extrativa vegetal sempre foi, e continua a ser, a maior fonte de riqueza da região. O fato de as espécies estarem perdidas no emaranhado da floresta e as dificuldades de transporte prejudicam sua exploração mas não a impedem.

A produção de subsistência é insuficiente para abastecer as poulações locais.

O incremento das culturas é dificultado pela necessidade de derrubar a floresta para preparar o terreno.

O cultivo da seringueira, após o insucesso da experiência da Ford, adquire agora nôvo impulso por parte do Govêrno e de companhias particulares.

A pecuária apresenta perspectivas promissoras na zona do estuário do Amazonas e nos campos do alto rio Branco.

A pesca é uma das fontes de alimentos para a população da região.

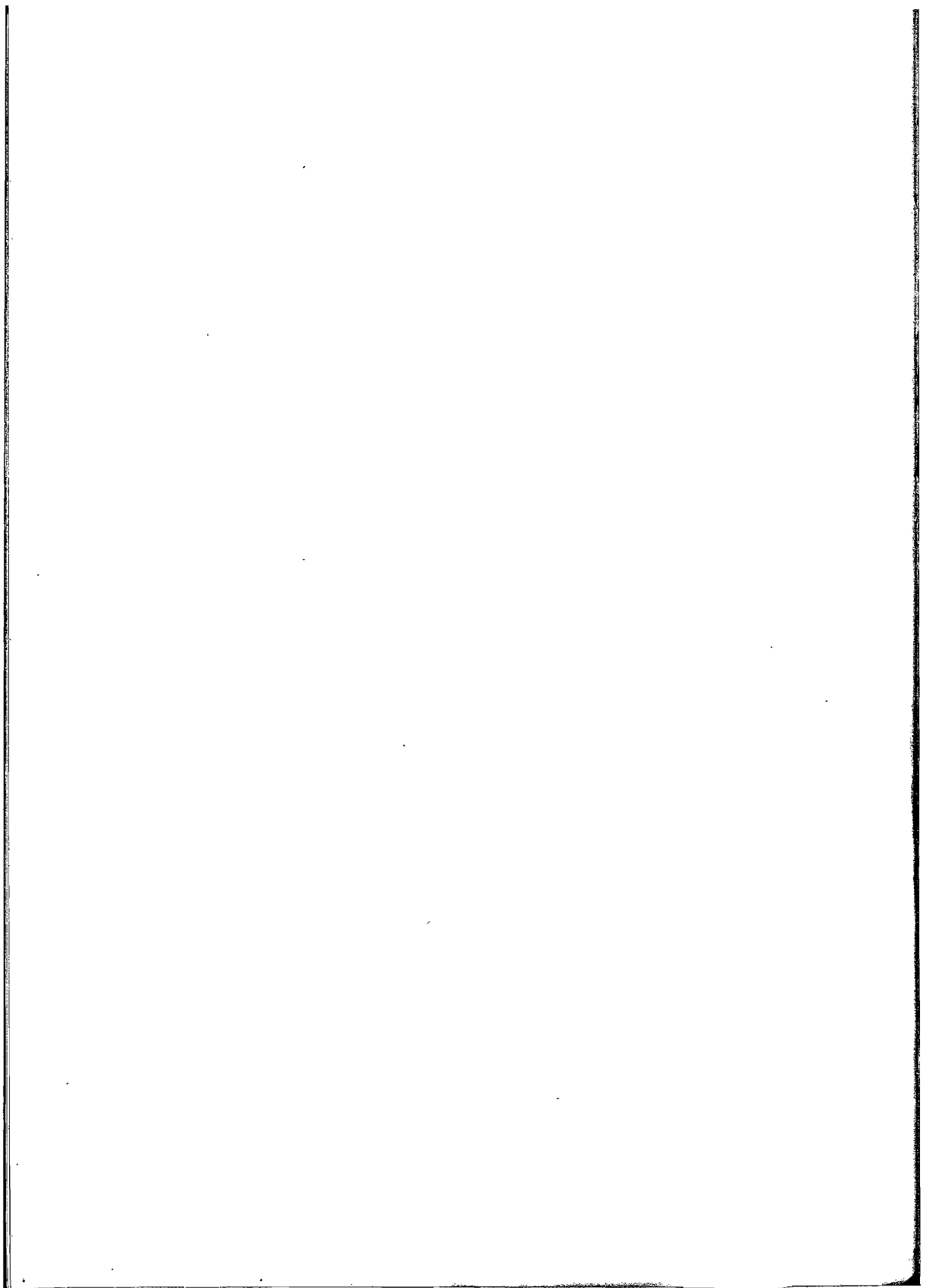
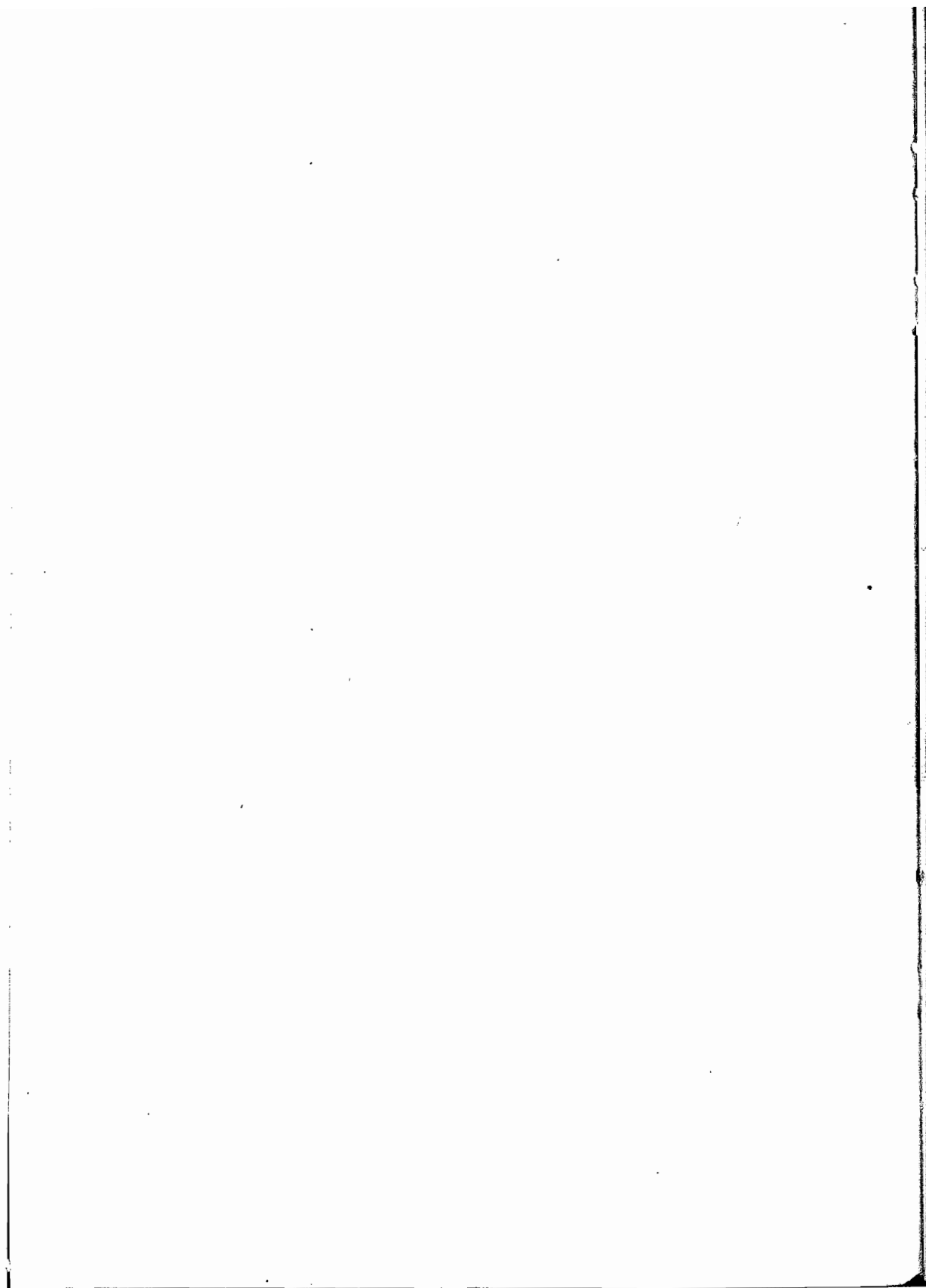
A produção extrativa mineral apresenta perspectiva promissora em relação ao manganês, ao petróleo, ao ferro, ouro e cassiterita.

A produção industrial não tem expressão econômica. O progresso é muito lento e a iniciativa de maior alcance, no momento, limita-se ao refino de petróleo peruano, em Manaus, à

industrialização de madeiras em Macapá e a algumas pequenas indústrias em Belém.

Os numerosos rios navegáveis são as únicas grandes vias de transporte de que dispõe a região para a circulação de suas riquezas. A rêde fluvial, considerando-se Manaus como o centro, é divergente, igualmente distribuída em direção às nossas fronteiras, de um e outro lado do eixo representado pelo Amazonas.

A rêde rodoviária básica da Amazônia, em implantação, abre novas perspetivas para a ocupação, integração e desenvolvimento da Região.

A Zona Franca de Manaus constitui um incentivo a diferentes atividades que começam a se radicar na área.

REGIÃO NORDESTE

GRANDE REGIÃO NORDESTE

I — CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

1. Definição da área

Segundo o IBGE, a Grande Região Nordeste abrange o Nordeste Ocidental, constituído dos Estados do Maranhão e Piauí, e o Nordeste Ocidental, composto dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Territórios de Fernando Noronha. Do ponto de vista físico, o Nordeste abrange ainda o território do Estado de Sergipe e o norte do Estado da Bahia.

A Divisão preconizada pelo Banco do Nordeste exclui da região o chamado Nordeste Ocidental, e acrescenta ao Nordeste Oriental os Estados da Bahia e de Sergipe.

A SUDENE chama de Nordeste o território que vai do Estado da Bahia ao do Maranhão; é esta, também, a área de atribuições do IV Ex.

2. Superfície

Área de 965.652 km², correspondendo a 11,35% da área do Brasil. Quarta Região em extensão. Os territórios do Maranhão e do Piauí somados perfazem 60% da área. O Estado de Alagoas (28.000 km²) é o que apresenta menor superfície.

Área da SUDENE: 1.599.574 km², correspondendo à 18% da área do Brasil.

3. População

Em 1950: 12.494.477 hab. Densidade 12 hab/km² e 24,06% da do Brasil.

Em 1960: 15.677.995 hab., correspondendo a 22,09% da do Brasil. Densidade 16,22 hab/km².

Estimada em 1969: 18.805.000 hab. Correspondendo 20,37% da do Brasil. Densidade de 19,47 hab/km².

Os Estados do Maranhão e do Piauí detêm apenas 6% da população da área.

Pernambuco e Ceará detêm 7,7 milhões de habitantes, ou seja, cêrca de 50% da área.

Recife tem uma densidade de 3.400 hab/km², superior às das cidades do Rio de Janeiro (2.600 hab/km²) e de São Paulo (2.100 hab/km²).

4. **Forma**

A de um retângulo. Compacta.

5. **Posição**

a. **Absoluta: 1º a 12º Lat. Sul. Amplitude 13º.**

34º à 47º Long. O Amplitude 13º.

— Ponto mais ocidental das Américas — Ponta dos Seixas, ao N de Olinda.

— Contida na Zona tropical.

b. **Relativa interna: Entre as Regiões N-CO-E.**

Entre a depressão amazônica e são-franciscana.

Entre a área equatorial da floresta amazônica e as florestas tropicais do sul.

Entre o superúmido plano e despovoado do norte e o semi-úmido montanhoso e povoado de E.

Longe das fronteiras territoriais do Brasil.

c. Relativa externa: — 1.800 milhas de Dakar.

— 4.000 milhas da Europa (Brest), de Norfolk (EUA) e do cabo Horn.

6. **Apreciação**

Extensa região povoada (mais de 20 hab/km²).

Desequilíbrio na distribuição do território pelas unidades político-administrativas, bem como da população.

4º em superfície — 3º em efetivo e densidade de ocupação.

Contém o ponto mais oriental das Américas.

Longe das fronteiras terrestres, mas debruçada no estrangulamento do Atlântico.

Pequena significação numa guerra continental.

Apoio e vigilância da fronteira marítima.

Grande significação numa guerra extracontinental. Domina um lado do espaço mai sestreito para transposição do Atlântico. Pode contribuir para o corte do Atlântico, separando o trecho N do trecho S. Possibilita agir sôbre o Canal do Panamá. Está destinada a ser uma base aérea e naval de grande importância numa guerra extracontinental.

II — FATÔRES FISIOGRÁFICOS

1. Geologia

NE Ocidental — Predomina o cretáceo (Maranhão). Extensa área triássica no Piauí.

Terciário em tôda a faixa litorânea. Devoniana no Piauí — Carbonífero a NE de Teresina.

NE Oriental — Predomina o arqueano.

Encrustado no arqueano ocorrem, em tôda a rea, afloramentos de algonquiano.

Manchas cretaceas na serra do Araripe-Apodi e na bacia de São Francisco (Glória).

No litoral o terciário.

Apreciação — O algonquiano possibilita a ocorrência de minerais. No cretáceo já foi assinalada a bacia petrolífera de Barreirinhas que se estende, também, pelo terciário. As faixas do permiano e do carbonífero nos levam estimar ocorrências de carvão mineral. As camadas sedimentares do cretáceo, triássico e devoniano possibilitam atividades agrícolas.

2 — Relêvo

— Sistema nordestino

NE — Ocidental — Arcos maranhenses do rio Gurupi ao Parnaíba, constituído de chapadões com os nomes de Tiracambu, Desordem, Alpercatas, Itapicuru, Mangabeiras (ligação com o maciço central).

NE — Oriental — Arcos nordestinos constituídos:

— Serra do Ibiapaba, com altura de 1.200 m, escarpada no lado oriental e suave no ocidental, correndo na direção N.-S.

— Chapada do Araripe, com 180 km de comprimento e 30 km de largura, com altitudes de 1.000 m, correndo na direção E-O (liga-se a ramificações da Borborema).

— Chapada da Borborema, correndo na direçao N-S paralela ao litoral, desde o Rio Grande do Norte até a margem do São Francisco.

Na parte mais larga chega a ter 100 km de largura.

É escarpada a Este.

— A chapada do Apodi nasce na interseção da chapada do rio Araripe a Borborema e corre na direção S-N separando as bacias dos rios Jaguaribe e Mossoró. Há Serras isoladas no interior cearense e em Pernambuco (Serra do Triunfo).

— A chapada de Diamantina marca o limite sul do relêvo, já na Bahia.

Apreciação — As serras têm grande valor como modificadoras do clima, seja orientando as correntes aéreas, seja pela limitação das chuvas. Os solos férteis, asseguram boas possibilidades agrícolas e pecuárias. As principais jazidas minerais são encontradas nas serras.

3. Hidrografia

a. Rios

— Bacia dos rios maranhenses. O Gurupi que serve de limite com o Pará; o Mearim navegável até a Barra do Corda e por seu afluente Grajaú até Grajaú; o Itapicuru, navegável até Colinas.

— O Parnaíba, com 1.716 km, navegáveis até Floriano por navios de calado médio e, daí até Santa Filomena, por barcos de pequeno calado. Com a conclusão da barragem de Boa Esperança e obras complementares serão melhoradas as condições de navegabilidade até Santa Filomena e Lagoa do Paranaguá no rio Gurgéia. A eclusa naquela barragem assegurará a continuidade da navegação.

— Jaguaribe — Extensa bacia, porém temporária.

— Paraíba do Norte, desemboca em Cabedelo.

— Capiberibe. É importatne por banhar Recife.

— O São Francisco navegável até Marechal Floriano e de Petrolina para o S.

b. Lagoas e Açudes

As formações lacustres são do tipo barragem (Mandau. Mangaba, Jequiá e Poxim, em Alagoas), de erosão (Viana, no Maranhão; Paranaguá, Mato e Dourado, no Piauí).

O Poder Público e os empreendimentos pariculares, em 1967, já haviam construído 839 açudes com uma capacidade total de 12.483 milhões de m^3.

Apreciação — A reduzida pluviosidade, a impermeabilidade do solo e sobretudo a má distribuição das chuvas ocasionam rios de regime irregular, torrenciais e muitos temporários.

— O potencial hidráulico, estimado em 1.113.400 kw (exclusive São Francisco), começa ser explorado em Boa Esperança.

4. Clima

As condições da circulação geral da atmosfera, a proximidade do mar, as altitudes mais elevadas que se situam na pe-

neplanície e a variedade da composição geológica dos solos, possibilitam, de modo geral, os seguintes tipos climáticos:

— quente e úmido no litoral;
— fresco e relativamente úmido nas serras;
— quente e sêco no sertão, com chuvas irregulares.

Predomina, todavia, na região, o clima semi-árido, caracterizado:

— pela irregularidade da distribuição das chuvas;
— pelas temperaturas médias elevadas e pouco variáveis.

Já vimos que a semi-aridez é a nota característica da Região Nordestina, porque a maior parte desta, está submetida diretamente à sua ação e a restante sofre as suas influências.

Fatôres climáticos

Ventos — A Região Nordeste acha-se sob o domínio dos "ventos alíseos" do NE, SE e E, sendo a sua velocidade mínima durante o período das chuvas. Essas correntes predominantes não são as que trazem mais chuvas, pois estas coincidem geralmente com os ventos de SO, NO e O. (Delgado de Carvalho).

Temperatura — A média varia de 25º a 26º C. No sertão. a ausência de vegetação em certas áreas determina temperaturas mais elevadas do que na Amazônica. Assim, as oscilações térmicas são fracas e a umidade relativa também o é (Delgado de Carvalho).

Chuvas — A faixa costeira oriental, de Natal para o S, é bem irrigada, sendo superior a um metro a altura anual das chuvas.

No interior, as alturas (zona serrana) também recebem precipitações satisfatórias. Mas, além da faixa litorânea, da mata e das serras, existe a caatinga do interior, onde há zonas em que a altura anual das chuvas se conserva abaixo de 600mm, "o que não seria semi-aridez para um país de zona temperada, mas indiscutìvelmente é insuficiente para uma região tropical".

As zonas mais sêcas são aquelas em que os ventos só as percorrem quando já descarregaram tôda sua umidade sôbre o hemiciclo montanhoso.

O fenômeno das sêcas

"A altura, direção e fôrça dos ventos, a distribuição das chuvas e sua quantidade, a evaporação, são elementos metereológicos que provocam o fenômeno das sêcas, sem entretanto ter

ainda de si mesmo uma explicação própria satisfatória" (Delgado de Carvalho).

Parece que a principal causa do fenômeno não é pròpriamente a falta de chuvas, mas sim, a irregularidade e má distribuição das chuvas caídas. Estas ocorrem na época em que a evaporação é bastante forte e as águas não encontram, também, solos permeáveis que as retenham. Por outro lado, as chuvas abundantes e violentas caem às vêzes causando enchentes desastrosas para a agricultura de terras de vazante.

Se o período da estiagem se prolonga, ocorre então o fenômeno migratório das "retiradas", o êxodo dos nordestinos.

Apreciação — No litoral, a temperatura amena e as chuvas constantes asseguram muito boas condições de habitabilidade. No sertão, a irregularidade das chuvas, a grande evaporação, o calor intenso e a falta de água tornam a vida humana difícil, obrigando a grandes obras de açudagem e irrigação para transformação daquele solo semi-árido em solo agricultável, o que vem sendo feito com intensidade e bons resultados nos últimos anos. No NE Ocidental não há influências desfavoráveis marcantes.

5. Vegetação

Encontramos vários tipos:

No Nordeste Ocidental, predominam, de um lado, a vegetação que é o prolongamento da Hiléia, e, de outro lado, os famosos cocais (babaçuais).

Já no Nordeste Oriental, a vegetação se apresenta da seguinte maneira:

— Na orla litorânea, dominam os vegetais que se dão bem nos terrenos arenosos, como o coqueiro, o cajueiro e o oitizeiro;

— Na encosta das serras e nas chapadas, aparece vegetação mais uniforme, onde são encontrados: o cedro, o piqui e o jatobá.

— No sertão, existe a "caatinga", que é a vegetação característica da Região Nordestina.

Ao clima quente e semi-árido, corresponde o tipo de vegetação dominante na região — a caatinga, vegetação rala, com fôlhas caducas, apresentando espécies xerófilas.

A caatinga é a vegetação especial, com fôlhas miúdas e não abundantes e que, na quadra sêca, desaparecem.

Entretanto, o que caracteriza a caatinga é o aspecto da vegetação que durante o período das sêcas se apresenta totalmente desprovida de fôlhas.

Há vários tipos de caatinga:

— Caatinga agrupada — é aquela que se apresenta extremamente xerófila, com cactáceas e bromeliáceas.

— Caatinga predominantemente arbustiva, com poucas árvores, mas constituídas de cactáceas e bromeliáceas.

— Caatinga ainda xerófila mas com melhor desenvolvimento, possui espécies de porte arbóreo, com angicos e aroeiras.

Caatinga bem desenvolvida, com espécies arbóreas desenvolvidas sôbre cobertura herbácea.

Nota — As cactáceas (não lenhosas) são o xique-xique, o cardeiro e a coroa de frade.

As bromélias são lenhosas e têm fôlhas caducas: juremas, jucás, espinheiros, juàzeiros, imburanas, marmeleiros etc.

O clima exige da vegetação dupla adaptação:

— enverdece nos períodos de água;

— fica desfolhada na fase da estiagem, apresentando feição espinhenta, hostil e agressiva.

A área de ocorrência da caatinga compreende os sertões dos Estados nordestinos, avançando, no Piauí, até Gurgueia. Com disseminação no Maranhão e, na Bahia (como lembrança), estende-se entre a curva do rio São Francisco e o rio Paraguaçu, prosseguindo para o sul, ao longo do vale do São Francisco, até o N de Minas Gerais.

Com exceção do rio São Francisco, a caatinga corresponde à zona dos rios não perenes, de solo empedrado, e com acentuado declive.

Apreciação — A cobertura florística apresenta muitos espécimes de valor econômico ponderável, os quais são intensamente explorados. Dentre êles destacam-se: a carnaúba, o babaçu, a oiticica, o caroá e a agave.

6. Litoral

Extensões da costa:

Maranhão	640 km
Piauí	660 km
Ceará	573 km
Rio Grande do Norte	399 km
Pernambuco	187 km
Paraíba	113 km
Alagoas	229 km

— Estende-se da foz do rio Gurupi à do São Francisco, numa extensão de 2.801 km.

— Tem duas direções gerais: NO-SE, da foz do Gurupi à Ponta do Calcanhar, e NE-SO, dêste ponto à foz do São Francisco.

— De modo geral, é pouco recortado, apresentando como acidente importante o golfão de São Luís.

— O trecho do Gurupi ao delta do Parnaíba inscreve-se no chamado litoral norte, que abrange a área do cabo Orange ao delta referido. Trecho muito recortado, em que o golfão maranhense é uma miniatura do golfão amazônico. Baixios e arrecifes orlam o litoral, que se apresenta baixo com vegetação de mangue. Na altura da ponta do Itacolomi (limite sul do golfão maranhense), o litoral se eleva a 82 m.

— O trecho do delta do Parnaíba à Ponta do Calcanhar — Baixo, com extensos lençóis de areia. As barreiras do terciário e as dunas do quaternário marcam o litoral.

— Fronteira à Ponta do Calcanhar surge a ilha Roca, e mais para este, a 210 km do litoral, o arquipélago de Fernando de Noronha.

— A plataforma continental tem uma largura média de 70 km, e na área de Fortaleza encontram-se alturas de mais de 200 m, a 8 km do litoral (Serra do Maranguape-Araras).

— Trecho da Ponta do Calcanhar à foz do São Francisco — A partir de Cabo de São Roque, começam a apresentar-se em cordão descontínuo os arrecifes que, tendo origem na costa cearense, se estendem até Salvador, ora próximos à costa (60 a 80m), ora mais afastados (400m). Dificultam a abordagem das praias.

A partir do Cabo Branco (Paraíba) aparecem as barreiras, numa extensão de 55 km, ora no litoral, ora no interior, interrompendo-se no litoral pernambucano para reaparecerem no litoral de Alagoas até Salvador, de forma quase contínua.

— Entre Recife e a foz do São Francisco apresentam-se lagoas e barras de rios .

7. Apreciação

— O litoral

Entre Touros e Salvador, oferece bons índices pluviométricos, e condições mais amenas de clima.

Nos terrenos de massapê, existem boas condições para a agricultura e criação.

Entre Touros e Gurupi, os índices pluviométricos são mais baixos e as condições de vida mais precárias.

— O sertão

Os índices pluviométricos são em média 400 mm e às vêzes ocorrem as sêcas.

As condições de clima são menos favoráveis à vida.

As terras são sáfaras, prestando-se à pecuária extensiva.

— A área de Meio-Norte

É uma área de transição.

Há terras férteis e pastagens que propiciam o desenvolvimento da pecuária.

III — FATÔRES PSICOSSOCIAIS

1. Antecedentes

Antes da chegada dos portuguêses, a Região, que se achava totalmente compreenddia nos limites do Tratado de Tordesilhas, era habitada pelos brasilíndios: os Tupis no litoral e os Gês no interior.

O povoamento iniciou-se pela ocupação do litoral ou Zona da Mata, onde os férteis solos existentes propiciaram, desde os primórdios da colonização, a lavoura da cana-de-açúcar e a conseqüente instalação dos famosos engenhos.

No interior, isto é, no agreste e na zona da caatinga, o povoamento se fêz pelos criadores de gado, os quais, tangendo seus rebanhos através dos vales, atingiram os sertões de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, chegando mesmo até ao sul do Piauí e Maranhão.

A destruição dos "quilombos" dos Palmares concorreu para o povoamento do sertão alagoano.

A tentativa de fixação dos franceses e o estabelecimento dos holandeses contribuíram para o povoamento do sertão nordestino, mais do que isto, despertaram o interêsse dos portuguêses para a colonização do Meio-Norte.

A influência do indígena na conformação física: formato do crâneo, aspecto facial, cabelos, feitio dos olhos, índole imaginativa etc., características marcantes do nordestino de hoje.

2. Estudo da População

A área litorânea, com melhores condições ecológicas, estimulou o desenvolvimento dos núcleos populacionais, de início em

tôrno da casa grande e do engenho, e posteriormente em volta do sobrado e da usina.

As grandes plantações de cana-de-açúcar e a criação de gado na distribuição das populações.

No litoral desenvolveram-se as maiores concentrações da população nordestina, aproveitando o clima mais ameno, as chuvas regulares e os solos mais férteis. Assim encontramos um ecúmeno mais denso entre a foz do São Francisco e a ponta de Touros, adentrando-se até a Zona da Mata. Uma população rarefeita no trecho entre aquela ponta e Fortaleza onde o clima semi-árido e sêco dificulta a vida humana. Novamente as concentrações se adensam entre Fortaleza e Camocim, com os solos férteis do massapê facilitando as atividades agrícolas. Novamente no golfão maranhense, onde as condições climáticas são boas, a densidade aumenta.

No sertão, em que no sopé das chapadas as área sde chuvas regulares e de umidade constante proporcionam condições de sobrevivência, surgiram alguns núcleos.

Os vales dos grandes rios Acarau, Jaguaribe, Seridó, como oferecem boas condições para agricultura de vazante, atraem populações que se adensam, mas que em determinadas ocasiões têm de abandonar seu "habitat" por causa de grandes sêcas ou inundações.

As áreas mais urbanizadas correspondem, no litoral, às capitais dos Estados, e, no sertão, às cidades de Sobral, Crato e Juàzeiro do Norte, no Ceará; Campina Grande, na Paraíba; Petrolina e Salgueiro, em Pernambuco.

Em 1968, a população da Região estava assim distribuída:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA TERRESTRE	POPULAÇÃO RECENSEADA (em 1960)			ESTIMATIVA (1969)	
		TOTAL	URBANA	DENSIDADE	POPULAÇÃO	DENSIDADE
Maranhão	328.663	2.492.139	17,9	7,68	3.615.000	11,30
Piauí	250.934	1.263.368	23,6	5,03	1.438.000	5,72
Ceará	150.630	3.337.856	33,7	22,55	3.914.000	25,98
R. G. do Norte	53.015	1.157.258	37,6	21,83	1.312.000	24,74
Paraíba	56.372	2.018.023	31,1	35,80	2.287.000	40,56
Pernambuco	98.281	4.136.900	44,8	42,09	4.819.000	49,03
Alagoas	27.731	1.271.062	33,7	45,97	1.420.000	51,26
F. Noronha	26	1.319	100,0	50,73	—	—
REGIÃO	965.652	15.677.995	33,8	16,35	18.805.000	19,47
BRASIL	8.511.965	70.967.185	45,2	8,38	92.282.000	10,83

Fonte: Anuár o Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)

3. Condições de Saúde

a. Nutrição

A alimentação do nordestino é deficiene e de valor muito mais baixo do que a média nacional. Enquanto em média a alimentação do brasileiro é representada por um coeficiente energético de 2.900 calorias, o nordestino ingere, apenas, 1860, quando necessita de 2.500 calorias. Êste deficit de 25% aumenta de valor quando verificamos a irregularidade na ingestão dos alimentos.

Os principais alimentos empregados no sertão, em época normal, são: mandioca, milho, coalhada fresca, queijo ou requeijão, carnes de boi e bode, feijão, batata, inhame, rapadura e café. O que significa alimentação rica em proteínas, mas muito deficiente em vitaminas A, D e E e de mais minerais.

O regime do litoral é mais rico em virtude da presença de açucarados (mel), côco e peixes.

Na época das sêcas, o regime alimentar é alterado tornando-se tóxico pela ingestão de farinhas, xique-xique, palmitos, raízes etc...

A subnutrição propicia a ampla disseminação da esquistossomose mansônica e da doença de chagas; focos residuais da peste; extensos focos de tracoma; elevado índice de malária nos Estados do Maranhão e Piauí; além de significativos focos de leishmaniose no Estado do Ceará e de filariose em Recife.

b. Padrões

O Quadro abaixo mostra os principais índices a respeito das populações da área:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	NATALIDADE POR 1.000 HAB.	MORTALIDADE POR 1.000 HAB. (1)	VIDA MÉDIA (anos)	RENDA PER CAPITA (3)		
				1950 NCr$	1960 NCr$	1965 NCr$
Maranhão	45	11,8	41,2	1,40	9,4	81,9
Piauí	48	9,6	42,7	1,19	7,9	117,8
Ceará	49	15,4	45,0	1,94	12,2	184,4
R. G. do Norte (2)	52	17,1	42,7	2,20	15,5	193,2
Paraíba	51	16,6	42,4	2,00	14,6	167,1
Pernambuco	49	12,3	42,7	2,52	16,4	209,7
Alagoas	47	17,7	38,8	1,80	13,7	161,1
REGIÃO	49	—	(2) 48,9	1,72	12,8	159,3
BRASIL	42,8	—	54,8	4,13	27,5	309,3

(1) Dados do Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE).
(2) Dados 1964 (EPEA).
(3) Dados da (FGV).

4. Condições de Instrução

Apesar de tradicionalmente dedicado às letras e artes o nordestino não conseguiu popularizar a sua cultura. O sólido patriarcado oriundo dos tempos coloniais reservou o direito à cultura apenas àqueles nascidos em berço de ouro. Por isto, é a região onde aparece o maior índice de analfabetismo.

Recife é a capital da cultura nordestina, onde se encontram inúmeras faculdades de diversos ramos de ensino superior.

Fortaleza é o segundo centro de irradiação do saber do NE, onde existem nada menos de 15 faculdades.

Em todos os Estados da região há faculdades de Direito, Ciências e Letras e Odontologia. Com exceção de Teresina, funcionam, regularmente, nas demais capitais, faculdades de Medicina, Engenharia, Farmácia, Administração e Economia e Serviços Sociais. A existência dêstes cursos regulares, certamente, vem contribuindo decisivamente para acabar com a discriminação até há pouco existente — só freqüentarem cursos superiores os bem aquinhoados econômicamente. O Censo Escolar de 1965 mostrou da seguinte forma a situação escolar no Nordeste:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	% ESCOLARIZAÇÃO 7 a 14 ANOS (31-10-64)	% ALFABETIZADO 10 ANOS E MAIS (1950)	MATRÍCULA EFETIVA (no início do ano)							
			PRIMÁRIO (2)	GINASIAL (2)	COMERCIAL (2)	INDUSTRIAL (1)	AGRÍCOLA (1)	NORMAL (1)	COLEGIAL (2)	SUPERIOR (3)
Maranhão	42,2	25,2	234.257	28.528	2.555	1.431	61	3.410	6.437	1.610
Piauí	43,9	25,6	161.702	22.057	792	518	125	1.501	5.336	414
Ceará	51,4	31,2	296.644	56.175	4.193	784	485	6.612	22.798	6.931
R. G. do Norte	62,4	32,0	190.880	21.680	4.176	1.365	494	3.555	6.545	2.172
Paraíba	59,5	29,2	242.639	33.711	8.960	1.018	604	1.677	9.025	3.730
Pernambuco	64,0	31,8	585.315	85.684	8.715	7.559	739	10.774	29.217	13.587
Alagoas	52,4	23,7	168.635	18.995	1.296	907	252	1.833	6.360	2.486
REGIÃO	53,9	40,0	1.880.072	266.830	30.687	13.582	2.760	29.362	85.718	30.930
BRASIL	66,3	60,5	11.182.746	2.126.033	306.308	91.621	14.410	265.626	690.407	258.303

Fonte:

(1) Dados de 1966 — Anuário Estatístico do Brasil 1967 (IBGE).
(2) Dados de 1967 — Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE).
(3) Dados de 1968 — Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE).

Completam o quadro do desenvolvimento cultural 374 bibliotecas com cêrca de 1.157.000 volumes, distribuídos por todos os Estados.

IV — FATÔRES ECONÔMICOS

Na faixa costeira, isto é, até um afastamento do litoral máximo de 100 km, vive mais de 54% da população, a qual produz entre 75% a 80% dos bens agrícolas e industriais da área.

1. Indústria Extrativa vegetal

Na produção extrativa vegetal, devem ser destacados o babaçu, a carnaúba, a oiticica e o caroá.

O babaçu é uma das maiores riquezas do Nordeste Ocidental. Palmeira de aspecto interessante, dela nada se perde: do caule, são confeccionados os esteios e as cumeeiras das casas; das fôlhas e das espátulas, fazem-se chapéus, esteiras, cestos, peneiras, etc.; o palmito constitui saboroso alimento para o sertanejo; o fruto é um precioso coquilho; quando verde e pôsto ao fogo, produz bastante fumaça empregada na coagulação do látex da seringueira; do epicarpo, retiram-se fibras para diversas aplicações; do mesocarpo, são extraídas farinhas medicinais, bebidas semelhantes ao chocolate e papa para alimentação; o endocarpo pode ser empregado na confecção de botões, artigos isolantes, etc., sendo ótimo sucedâneo do marfim vegetal; da amêndoa extrai-se óleo empregado como lubrificante em geral, como combustível nos motores diesel e semidiesel, na fabricação de sabonetes, como substituto da banha de porco e do azeite de oliveira e na fabricação de manteiga; do resíduo da amêndoa, fabricam-se não só fubá e farinha alimentícias, como torta e farelo para a alimentação do gado; a casca do babaçu é bom combustível, empregado nas fornalhas de navios e locomotivas; o seu poder calorífico é da ordem de 4.300 calorias, podendo ser submetida à destilação ou carbonização destrutiva, em retorta fechada. Os produtos variam em qualidade e quantidade com a temperatura em que se provoca essa destilação.

As ocorrências de babaçu se acham principalmente no Estado do Maranhão, cujas zonas fisiográficas produtoras são os vales do Itapicuru (a mais importante), do Mearim e do Parnaíba.

Os municípios de Caxias, Codó e Coroatá (Itapicuru) e de Bacabal e Pederneiras (Mearim) são os maiores produtores.

A carnaúba (carnaubeira) é uma palmeira de importante aproveitamento econômico: as raízes são empregadas na flora

medicinal como depurativo; o caule é utilizado para esteios e cumeeiras das casas; os frutos são comestíveis e se assemelham às tâmaras; as palhas, de onde se extrai a cêra, servem para cobertura de casas de sapé, confecção de chapéus, esteiras, rêdes, etc.

É encontrada em densos aglomerados, principalmente nas várzeas largas e planas dos rios temporários.

As ocorrências da carnaubeira se localizam, principalmente, nos Estados do Ceará (Municípios de Limoeiro, Russas e Lavras da Mangabeira) e do Piauí (Oeiras, Canto do Buriti).

A maior parte da produção da cêra de carnaúba é exportada, principalmente para o EE.UU. como matéria-prima para a fabricação de discos, velas, fitas, fósforos, etc.

A oiticica é outra importante riqueza nativa do Nordeste. Árvore secularmente conhecida nas regiões sêcas, seu aproveitamento econômico, entretanto, é relativamente recente. De suas sementes se extrai um óleo secativo, similar ao óleo de tungue dos chineses, de grande aplicação industrial por se tratar de matéria-prima disputada para a fabricação de tintas, vernizes, principalmente nos usados pelas embarcações, considerando-se suas propriedades anticorrosivas e antiincrustantes.

É encontrada, principalmente, no Estado do Ceará (Limoeiro do Norte, Crateús, Jaguaribe, etc.) onde resiste aos efeitos das sêcas.

Cêrca de 50% da produção de óleo de oiticica vem sendo exportada para os EE. UU. Fortaleza e Recife são os dois exportadores.

O caroá é uma bromélia, nativa da Região Nordeste, que cresce nas caatingas fornecendo uma fibra de apreciável valor econômico. Esta é utilizada no fabrico de cordas, barbantes, aniagem, tapêtes, lonas, sacarias, etc. De mistura com o algodão, é empregado na confecção de tecidos. Os resíduos servem como forragem para o gado.

A sua área geográfica é extensa, destacando-se o Estado de Pernambuco. Seu aproveitamento industrial é quase todo feito no Estado de Pernambuco, onde existem várias fábricas de fiação e tecelagem.

No ano de 1967 a produção da indústria extrativa vegetal, foi a seguinte:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PRODUÇÃO (Em t)								
	AMÊNDOA DE TUCUM	CAROÁ	CASCA DE ANGICO	CASTANHA DE CAJU	CÊRA DE CARNAÚBA	OITICICA	PAINAS	BABAÇU	TUCUM EM FIBRA
Maranhão	2.298	—	203	57	1.018	—	—	145.964	3
Piauí	3.385	193	394	241	3.239	728	39	11.150	36
R.G. Norte	—	—	315	748	1.809	5.367	6	—	—
Paraíba	—	270	383	276	63	9.314	—	—	—
F. Noronha	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pernambuco	—	1.406	1.037	4.113	—	—	40	—	—
Alagoas	—	—	163	489	—	—	—	—	3
REGIÃO	6.183	1.869	2.495	5.924	6.129	15.409	85	157.114	42
BRASIL	6.239	2.494	9.527	13.677	12.217	38.341	501	172.781	79

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE).

2. Indústria Extrativa Mineral

Quanto à produção mineral, o Nordeste apresenta boas perspectivas, pois a sua estrutura geológica é bem favorável. A base do território é arqueana com incrustações algonquianas; na bacia do Parnaíba, predominam as formações permo-carboníferas e, em grandes áreas, existem terrenos sedimentares de origem terciária.

Todavia, o Nordeste segundo o Anuário Estatístico do Brasil 1967, já vem produzindo: (dados de 1966).

Amianto — Em Alagoas, 155.000 ton, representando 57% da produção nacional (1º produtor).

Fosforita — Em Pernambuco, 64.554 ton, representando 77% da produção do País (1º produtor).

Gêsso — No Maranhão, 20.000 ton, no Ceará, 25.641 ton, no Rio Grande do Norte, 720 ton, em Pernambuco, 33.862 ton, (tôda a produção do Brasil foi extraída na Região).

Magnesita — No Ceará, 4.168 ton., representando 4% da produção nacional.

Sal Marinho — Todos os Estados do Nordeste são produtores e no ano de 1966 produziram cêrca de 85% da produção Nacional, sendo o Rio Grande do Norte o maior produtor com 66% do total do Brasil.

Xilita — O Rio Grande do Norte é o único produtor nacional e extraiu 141.521 ton.

Petróleo — O Estado de Alagoas produziu 29.198m^3.

Aguardam-se com ansiedade os resultados das pesquisas de urânio que vêm sendo realizadas no vale do rio Parnaíba, nos Estados do Maranhão e Piauí.

3. Agropecuária, Caça e Pesca

a. Produção agrícola

Apesar das sêcas que, periòdicamente assolam o Nordeste, a produção agrícola da Região pode ser considerada boa; a fertilidade do solo e a abundante mão-de-obra asseguram êste índice.

As obras de irrigação que vêm sendo feitas já melhoraram as condições de produção e proporcionaram antevisão otimista para agricultura.

Os aproveitamentos das bacias, dos açudes e das possibilidades de irrigação no baixo e submédio São Francisco e no vale do Jaguaribe, já começam a demonstrar os bons resultados.

Todos os Estados da Região produzem para a subsistência das populações, embora, de quando em vez, a produção seja insuficiente.

Em 1967 às principais culturas foram de:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ARROZ (t)	BATATA DOCE (t)	CANA DE AÇÚCAR (t)	FEIJÃO (t)	MANDIOCA (t)	MILHO (t)	ABACAXI (1.000 frutos)	BANANA (1.000 cachos)	CÔCO DA BAHIA (1.000 frutos)	ALGODÃO EM CAROÇO (t)	MAMONA (t)	SISAL OU AGAVE (t)
Maranhão	520.943	1.026	17.265	69.144	197.621	201.117	227	4.484	1.030	97.437	1.889	—
Piauí	79.579	628	13.761	147.958	63.678	159.402	91	1.478	139	106.954	5.886	14
Ceará	52.854	3.425	52.110	348.460	84.993	434.707	706	32.928	9.317	1.007.136	48.483	873
R. G. Norte	6.966	21.689	11.666	161.209	88.963	149.055	1.799	4.379	6.345	495.058	1.189	89.270
Paraíba	23.152	9.571	41.724	183.226	64.532	251.981	4.550	5.501	6.524	469.726	2.412	99.684
Pernambuco	4.520	14.076	240.956	260.391	139.707	325.609	2.704	16.925	8.963	348.721	81.647	19.721
Alagoas	12.464	6.099	109.050	125.161	41.503	127.540	769	6.435	21.563	80.513	881	59
REGIÃO	700.478	56.514	486.532	1.295.549	680.997	1.739.411	10.846	72.130	53.881	2.605.545	142.387	209.621
BRASIL	4.291.147	185.030	1.680.763	3.650.568	1.914.439	9.256.321	30.525	255.634	108.729	3.719.805	360.622	332.777

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil-1968 (IBGE).

As principais zonas agrícolas da Região são: O Gôlfo Maranhense, os vales de Itapicuru, Mearim, Pindarê e Parnaíba, no NE Ocidental; o Cariri e o vale do Jaguaribe, no Ceará; a zona da mata no NE Oriental.

b. **Pecuária**

Não há município nordestino que não crie cavalos, muares, bovinos, suínos, caprinos, ovinos e assininos; todavia, o produto não é de boa qualidade, principalmente em face do fenômeno das sêcas. A irregularidade das pastagens impede a criação intensiva.

No ano de 1967, o rebanho do Nordeste apresentava a distribuição e efetivo abaixo (em 1000 cabeças):

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	BOVINOS	EQUINOS	ASININOS	MUARES	SUÍNOS	OVINOS	CAPRINOS
Maranhão	2.078	342	230	168	3.377	326	775
Piauí	1.651	252	367	140	1.612	1.182	1.821
Ceará	2.078	359	472	256	1.604	1.474	1.552
R. G. do Norte	828	89	168	73	729	741	646
Paraíba	1.252	172	190	187	1.217	1.049	1.058
Pernambuco	1.7 3	328	269	241	1.252	937	1.725
Alagoas	760	111	47	88	710	329	309
REGIÃO	10.368	1.653	1.743	1.153	10.501	6.038	7.886
BRASIL	90.153	9.082	2.873	4.760	61.728	22.102	13.957

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE).

c. **Caça**

A caça não é atividade de grande significação na Região. Entretanto, nos Estados do Maranhão, Piauí e Ceará seu valor é ponderável, conforme se nota no quadro.

Dados de 1967

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ARIRANHA	CAPIVARA	GATO-DO MATO	PORCO-DO MATO	VEADO	JACARÉ	LAGARTO
Maranhão	218	1.020	11.904	63.362	56.687	71.291	27.340
Piauí	—	615	10.400	10.235	8.622	1.384	175.137
Ceará	—	—	32.520	10	1.196	—	515.083
R.G. Norte	—	—	2.753	6	67	—	135.453
Paraíba	—	—	6.087	—	—	—	91.416
Pernambuco	—	—	4.634	21	405	5	40.610
Alagoas	—	—	496	1.250	499	210	11.450
REGIÃO	218	1.635	68.794	74.884	67.476	72.890	996.489
BRASIL	4.594	102.114	135.667	687.795	355.084	757.902	1.284.359

Fonte: Anuário Estatístico do Brasi. 1968 (IBGE).

d. **Pesca**

As prospecções ao longo da plataforma continental do Nordeste têm demonstrado a existência de recursos pesqueiros que compensam a introdução de métodos racionais e adequados à captura de peixes, crustáceos e moluscos. Os bons resultados já colhidos, embora às vêzes usando processos ultrapassados, são de molde a estimular o emprêgo de tecnologia avançada para a captura e o investimento em indústrias que melhor aproveitem o pescado, conservando-o pela salga, secagem, defumagem, frigorificação, filetagem ou enlatamento.

Os empreendimentos já existentes e em desenvolvimento asseguram boas perspectivas, quer para o aproveitamento econômico das espécies marinhas, quer para as de água doce.

Empreendimentos recentes iniciam a exploração industrial de algas no litoral do Rio Grande do Norte.

O desenvolvimento da pesca na Região certamente contribuirá para uma acentuada melhoria na alimentação da população em curto prazo.

Pelos dados do quadro abaixo pode-se avaliar o valor da atividade pesqueira no ano de 1967:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PEIXES (t)	CRUSTÁCEOS (t)	MOLUSCOS (t)	MAMÍFEROS AQUÁTICOS (t)	QUELÔNIOS (t)	NÃO ESPECIFICADO
Maranhão	42.275	11.154	22	—	—	—
Piauí	2.200	164	3	—	—	—
Ceará	20.821	1.546	—	—	—	—
R.G. Norte	11.443	1.683	6	—	—	—
Paraíba	4.053	5.195	15	6.756	—	—
Pernambuco	5.328	468	15	—	—	230
Alagoas	2.089	764	2.173	—	4	—
REGIÃO	88.209	20.974	2.234	6.756	4	230
BRASIL	361.688	55.564	4.698	6.844	280	348

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1968 (IBGE).

4. Indústria

a. Energia

Dados de 1967

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POTÊNCIA INSTALADA		PRODUÇÃO MILHÕES	CONSUMO MILHÕES	INDICE KWH	
	MW	W/hab	KWH	KWH	PRODUÇÃO	CONSUMO
Maranhão	18.576	5,67	52.525	39.679	16,04	12,12
Piauí	17.271	12,54	23.937	21.281	17,39	15,43
Ceará	47.790	12,80	15.712	187.381	4,21	50,22
Rio Grande do Norte	8.271	6,57	7.321	63.791	5,82	50,74
Paraíba	17.372	7,97	10.322	197.427	4,72	90,62
Pernambuco	47.801	10,45	83.245	783.330	18,21	171.40
Alagoas	8.497	6,19	15.947	98.615	11,63	71,93
REGIÃO	165.57.	9,32	209.009	1.391.464	11,77	78,35
BRASIL	7.779.150	89,8	33.496.984	27.111.403	386,9	313,1

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1968. (IBGE).

A capacidade gerada de energia, 670 mw, foi em 1968 de 615 mw pela Usina de Paulo Afonso e o restante por pequenas usinas que fazem parte do sistema CHESF.

Já em 1969 haverá crise no nordeste, tendo em vista as estimativas do aumento da demanda e para atender a esta necessidade imediata pretende-se interligar o sistema da COHEBE, enquanto se amplia a potência instalada da CHESF para 945 mw, em 1971, e para 1.275 mw em 1973.

Antes da constituição da CHESF, predominavam as pequenas instalações termelétricas, o que significava tarifa elevada, dispêndio de divisas, mercado deficiente. Grande número de pequenos produtores.

A concentração imprimida pela CHESF oferece grande vulnerabilidade. Paralisada a usina de Paulo Afonso (sabotagem ou destruição) quase todo o NE ficará sem energia.

A COHEBE, que entrará em funcionamento em 1969, contribuirá com 108 mw e atenderá os Estados do Maranhão, Piauí e parte do Ceará, aliviando a CHESF. A segunda etapa de construção da usina que será concluída em 1971 contribuirá com mais 108 mw.

Para atender aos possíveis aumentos de demanda já se planeja o aproveitamento dos potenciais do rio Pojucá, para construir a

Usina Hidrelétrica Reversível de Primavera (480 mw), nas proximidades de Recife, e dos açudes de Orós e Banabuiú nas proximidades de Fortaleza.

Grandes investimentos têm sido feitos na ampliação do sistema de transmissão da energia elétrica produzida pela CHESF, COHEBE e outras para os centros consumidores. Hoje estados como Alagoas, já têm tôdas as cidades eletrificadas e muitas áreas rurais da Região já usam eletricidade na sua agro-indústria.

b. **Indústria Siderúrgica**

A indústria siderúrgica é inexpressiva na Região. Ao pequeno mercado consumidor, a carência de energia elétrica até a implantação da CHESF, à escassez de minérios conhecidos, à mentalidade agrícola, e, principalmente, à oferta de produtos oriundos do Sul, entre outras, pode-se imputar o atraso na implantação de uma pujante indústria.

Contudo, no ano de 1967 o Estado de Pernanbuco produziu: 40.469 ton de aço em lingotes; e 27.444 ton de perfilados não planos.

c. **Indústria de Transformação**

Não tem acompanhado o ritmo de expansão da indústria do País. A partir de 1947 a renda no setor industrial teve um incremento de 44,1% no NE. Na Região Sul o incremento traduziu-se por 56,5%.

— Condições favoráveis — Abundância de mão-de-obra, mais barata do que na Região Sul; extensa gama de matérias-primas; um mercado regional em expansão; baixo preço de terras para instalações industriais; boa rêde de transportes rodoviários; facilidades oficiais.

— Condições desfavoráveis — Inexistência de capitais tangíveis e intangíveis (know — how); estrutura agrária tremendamente feudalizada; pequena dinamização do mercado; dificuldades para obtenção de águas industriais em certas áreas.

Essas limitações têm provocado emigração de capitais.

Indústrias existentes

— Indústria primária — como alimentos (açúcar, moageiras e têxtil predominando amplamente), empregam 66% da mão-de-obra engajada; continua muito estimulada pela SUDENE por ser a de maior vocação para área.

— Indústria secundária — transformação de minérios não-metálicos (como o cimento); química farmacêutica (álcool), óleos, essências e gorduras vegetais; vestuário; calçados; papel; papelão; e madeiras, são as de maior desenvolvimento na Região.

A concentração das indústrias na área litorânea é compreensível face à necessidade de energia e de transporte. Exceto a zona industrial de Pesqueira, as demais áreas industriais localizam-se no litoral.

Embora o parque industrial seja modesto, desenvolve-se em Recife e cidades próximas um complexo industrial que tende mudar as condições de vida do Nordeste.

O parque industrial é estruturado em 13.380 estabelecimentos industriais que empregam 159.443 pessoas. Pernambuco é o principal centro com 27% dos estabelecimentos, 45% do pessoal empregado e 50% do valor da produção.

A indústria de transformação da Região deu trabalho a 10% da população e produziu apenas 4% do valor da produção nacional.

5. **Comércio**

Consiste, principalmente, na exportação de algodão em rama ou pluma, açúcar, sal, babaçu, cêra de carnaúba, óleo de mamona e oiticica, sisal, milho, arroz, xilita, etc.

O principal escoadouro é o pôrto internacional de Recife por onde circulam cêrca de 50% das cargas movimentadas na área. Seguem-se em ordem decrescente de importância: Fortaleza, S. Luís, Natal, Cabedelo, Maceió, Parnaíba, Macau, Areia Branca, Tutóia, Luiz Correia.

Pelo quadro abaixo pode-se completar a idéia do comércio da Grande Região Nordeste com dados de 1967;

UNIDADE DA FEDERAÇÃO (PRINCIPAL PÔRTO)	COMÉRCIO EXTERIOR (t)		VALOR (NCr$ 1,00)		COMÉRCIO INTERIOR E CABOTAGEM		VALOR (NCr$ 1,00)	
	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO
Maranhão (São Luís).........	38.305	44.212	8.401	12.217	113.046	150.566	39.312.398	35.916.470
Piauí (Parnaíba)..............	2.721	—	3.185	1	3.527	2.326	3.504.637	557.826
Ceará (Fortaleza)............	82.454	310.950	111.699	54.934	151.435	398.317	30.545.527	80.409.977
Rio Grande do Norte (Natal)	17.367	36.951	10.441	11.840	751.250	88.464	41.892.483	17.767.469
Paraíba (Cabedelo)...........	58.966	26.485	25.077	5.739	6.916	111.249	2.577.515	15.564.496
Pernambuco (Recife)..........	532.617	376.708	162.465	122.197	127.595	728.273	37.359.929	130.776.700
Alagoas (Maceió).............	250.394	59.917	64.338	13.233	69.465	85.427	13.049.249	14.265.225
REGIÃO..............	982.824	855.223	385.606	220.161	1.223.234	1.564.622	168.241.738	295.258.163
BRASIL.........	21.128.718	19.041.844	4.265.501.333	4.291.938.728	12.293.330	12.293.330	1.247.890.949	1.247.890.949

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)

6. Transporte e Comunicações

É ainda muito precária a rêde de Comunicações do Nordeste: tem apenas, algum movimento no NE oriental.

Iniciou-se a instalação da rêde de telecomunicações que integrará a Região ao Sistema Nacional de Telecomunicações. O tronco Nordeste de microondas, que operar a partir de 1969, ligará, inicialmente, Belo Horizonte, Salvador, Aracaju, Maceió e Recife com 900 canais.

Também, já está contratada e em início de instalação a rêde que interligará João Pessoa, Natal e Fortaleza à Recife, devendo operar a partir de 1970. Completando a integração do Sistema, está planejada a ligação de Fortaleza, Teresina e São Luís a Belém e por São Luís a Brasília.

a. Terrestre

(1) Ferroviário

O Sistema ferroviário nordestino é constituído das ferrovias abaixo:

SIGLA	SIGNIFICAÇÃO	REGIME DE ADMINISTRAÇÃO	EXTENSÃO	ESTADOS
EFSLT	Estrada de Ferro São Luiz Teresina	RFFSA	453	MA
EFCP	Estrada de Ferro Central do Piauí	RFFSA	271	PI
RVC	Rêde de Viação Cearense	RFFSA	1.734	CE
CEFM	Cia Estrada de Ferro Mossoró	Particular	37	RN
EFMS	Estrada de Ferro Mossoró-Souza	RFFSA	242	RN
EFSC	Estrada de Ferro Sampaio Correia	RFFSA	437	RN
RFN	Rêde Ferroviária do Nordeste	RFFSA	2.859	AL-PE-PB-RN

Fonte — Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)

Tôdas as estradas são de bitola estreita (1,00m).

O combustível consumido é lenha e óleo.

A RFN desenvolve-se desde as barrancas do São Francisco até Macau acompanhando o litoral.

interliga-se com a EFMS, em Sousa (na PB) e com a RVC em Cedro (no CE). Em 1966 entrou em funcionamento o sistema "Ferry Boat", permitindo a ligação ferroviária Norte-Sul da RFN com a viação Férrea Federal Leste Brasileiro, sôbre o rio São Francisco, em Propriá — Colégio.

O sistema é descontínuo e atende, apenas às ligações dos pontos com as áreas de influência.

(2) Rodoviário

A rêde rodoviária estendia-se por cêrca de 153.556 km e estava distribuída irregularmente pelas diferentes unidades da federação em 1º jul 68, conforme demonstra o quadro:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	FEDERAL (até 1.º Jul. 68) km			ESTADUAL (até 31 Dez. 67) km			MUNICIPAL (até 31 Dez. 67) km			TOTAL GERAL	FEDERAL (previsto de 1-7-68 a 31-12-70) km	
	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO	TOTAL	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO	TOTAL	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO	TOTAL	km	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO
Maranhão	1.401	120	1.521	895	—	895	20.837	—	20.837	23.253	659	223
Piauí	1.294	126	1.420	1.686	11	1.697	18.956	—	18.956	22.073	402	337
Ceará	1.214	687	1.901	2.421	293	2.714	41.551	83	41.634	46.249	273	517
Rio Grande do Norte	556	273	829	2.329	126	2.455	6.177	—	6.177	9.461	191	241
Paraíba	702	282	984	2.694	67	2.761	20.000	—	20.000	23.745	132	251
Pernambuco	1.377	559	1.936	2.218	287	2.505	13.000	—	13.000	17.441	85	359
Alagoas	369	246	615	2.200	79	2.279	8.400	—	8.400	11.294	14	127
Fernando Noronha	—	—	—	40	—	40	—	—	—	40	—	20
REGIÃO	6.913	2.293	9.206	14.483	863	15.346	128.921	83	129.004	153.536	1.756	2.075
BRASIL	24.331	15.639	39.970	88.026	17.167	105.193	758.133	405	758.538	903.701	8.788	6.603

Fonte: Ministério dos Transportes

O sistema rodoviário é de melhor rendimento que o ferroviário, operando numa capacidade média superior a 2.500 t/dia.

A região de Parnamirim-Salgueiro tem grande importância para os transportes vindos do Sul, bem como Cajazeiras — Iguatu para os vindos do Norte e Picos — Floriano para os vindos do Nordeste Ocidental.

A rêde rodoviária cresceu 91% entre 1964 e 1968, isto é, de 80.155 km em 1º jan 64 para 153.556 km em 1º jan 68.

A situação das estradas federais na Região em agôsto de 1968 é a constante do quadro abaixo:

ESTRADA (TRECHO)	EXTENSÃO Km	PAVIMENTAÇÃO		IMPLANTAÇÃO	
		REALIZADA	PREVISTO ATÉ 31 DEZ 1970	REALIZADA	PREVISTO ATÉ 31 DEZ 1970
BR 020 — Fortaleza - S.R. / Nonato...	731	63	—	150	—
BR 101 — Natal - Colégio.............	706	507	199	706	—
BR 104 — Atalaia - Esperança........	314	40	—	96	—
BR 116 — Russas - Estroncamento PE - 82	512	234	278	397	115
BR 135 — S. Luiz - Pres. Dutra.......	371	55	198	129	134
BR 226 — Pres. Dutra - Pôrto Franco.,	402	—	—	48	118
BR 230 — Campina Grande - Entroncamento BR 116......................	379	117	262	206	173
BR 232 — B. Jardim - Salgueiro.......	322	115	207	229	93
BR 304 — B. do Cesário - Entroncamento BR 226............................	361	135	226	292	69
BR 316 — Divisa MA/PA - Picos......	931	50	165	396	275
BR 407 — Picos - Petrolina...........	308	—	—	78	130

Fonte: IV Plano Diretor da SUDENE

b. Aquátil

Os portos principais da região são os de Recife, Mucuripe (Fortaleza)) e Itaqui (São Luís), responsáveis por mais de 80% da carga movimentada, sendo que um dêles, o de Recife, concentra quase a metade do movimento total de cargas operadas no NE.

Êstes portos e os de Natal, Cabedelo e Maceió têm recebido recursos regulares e ponderáveis da SUDENE para melhoria de suas instalações e operosidade.

Os portos especializados para embarque de açúcar em Recife e Maceió e os terminais salineiros de Macau e Mossoró, em final de construção, aumentarão em muito a capacidade exportadora da Região.

A navegação fluvial é inexpressiva apesar da existência das vias naturais dos rios Parnaíba, Mearim, Itapicuru e Grajaú que são explorados apenas por meios rudimentares.

c. **Aéreo**

A Região dispõe de importantes aeroportos, alguns de categoria internacional, como os de Recife, Fortaleza e Natal, constituindo mesmo notáveis bases aéreas, por sua situação geográfica.

V — **FATÔRES POLÍTICOS**

Em 1958 — O número de eleitores inscritos não ultrapassa 3,5 milhões. E representam cêrca de 25% do País. Esta percentagem está em flagrante desacôrdo com os índices de alfabetização encontrados na área, na época.

Em 1968 — O número de inscritos aumenta para 3,8 milhões, enquanto a percentagem cai vertiginosamente para cêrca de 16% do Brasil. Indice mais adequado à proporção de alfabetizados da Região.

Explica-se esta variação de dados pela evidente diminuição no efetivo do eleitorado "fantasma", após a Revolução de 31 de março de 1964.

As pressões econômicas e políticas de passado recente agitaram a Região de tal forma que o País todo se preocupou. Felizmente medidas governamentais, tomadas oportunamente, fizeram renascer o crédito no poder central, o otimismo e a confiança nas próprias responsabilidades.

1. **Evolução do Número de Municípios**

Sofrendo as reações da política, a divisão dos diferentes Estados em municípios teve a seguinte evolução:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	1963	1965	1º SETEMBRO 1968
Maranhão	122	127	129
Piauí	120	114	114
Ceará	302	142	142
R. G. do Norte	152	150	150
Paraíba	163	172	171
Pernambuco	182	164	164
Alagoas	96	94	94
REGIÃO	1.137	963	964
BRASIL	4.235	3.956	3.972

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)

2. Representação Política

A representação política, em 1968, era a constante do quadro abaixo, conforme informação do Tribunal Superior Eleitoral;

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	REPRESENTAÇÃO POLÍTICA 1968				ELEITORES INSCRITOS		VARIAÇÃO
	SENADOR		DEPUTADO		1960	1968	%
	ARENA	MDB	ARENA	MDB			
Maranhão	2	1	13	3	384.327	301.951	21,43
Piauí	3	—	7	1	244.262	339.280	38,90
Ceará	3	—	16	5	668.703	943.008	41,02
R.G. Norte	3	—	7	—	278.087	359.936	29,43
Paraíba	1	2	8	5	353.371	554.763	56,99
Pernambuco	1	2	19	5	676.179	1.063.557	57,28
Alagoas	3	—	6	3	154.621	230.738	49,22
REGIÃO	16	5	76	22	2.759.550	3.793.233	37,45
BRASIL	47	19	274	140	15.618.340	23.385.300	49,72

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

VI — CONCLUSÃO

1. Condições de aridez do Polígono das Sêcas

Em um estudo sob a Região o Gen. FLAMARION BARRETO LIMA diz o seguinte:

"a. **Definição**

O clima do Polígono das Sêcas é do tipo tropical sêco e caracteriza-se pelos dois traços seguintes: pequenas variações de temperatura e pluviometria relativamente abundante quanto a suas médias, mas muito irregular em sua distribuição e sua uniformidade no tempo.

Se a pluviometria média oscila entre 500 e 800 mm/ano, com uma mínima de 300 mm (Cabaceiras — Paraíba) e uma máxima de 1.200 mm (Triunfo — Pernambuco), a noção de módulo pluviométrico não deve contudo fazer ilusão. A aridez dos setôres de Cabaceiras e de Triunfo está, muito longe disso, em relação com seu módulo pluviométrico.

E inversamente, Triunfo é mais árido do que Irecê, na extremidade da Chapada Diamantina, com 600 mm/ano, ou do que a Chapada de Araripe, com 800 mm/ano.

Enfim, a irregularidade da repartição interanual das chuvas, introduzindo quedas normalmente compreendidas entre — 90 e ÷ 200%, termina por dar à noção de módulo pluviométrico um valor apenas teórico, quando se quer aplicá-lo ao Polígono das Sêcas, visando a justificar sua aridez.

A origem desta área de aridez não poderia, pois, em conclusão, ser atribuída só ao clima e, mais em particular, à pluviometria.

O papel do fator geológico, sob seus aspectos litológico e estrutural é, ao contrário, na origem dêste Polígono, predominante em relação à pluviometria.

Em mais de 2/3 da superfície desta unidade, o embasamento antigo, rigorosamente impermeável, aflora, cortado por campos de falhas e de fraturas. Na falta de uma cobertura permeável, as precipitações perdem-se em sua maioria; escoam-se sôbre uma topografia de todo propícia e criam brutais e temporárias inundações dos cursos d'água, secos durante quase todo o ano, ao mesmo tempo que acabam por destruir ainda mais o solo. Alimentam, nos vales entulhados de sedimentos aluviais, "underflows" que podem ser, em função da bacia vertente, temporàriamente importantes. Tais "underflows", sob o jôgo de uma evaporação intensa (2.500 mm medidas na barragem de Gonçalo — Paraíba), enriquecem-se aliás com rapidez, de sais solúveis, à medida que sua vazão decresce.

Ao contrário, sôbre as estruturas sedimentares privilegiadas, menos de 1/3 da superfície total do Polígono: Chapadas do Centro do Piauí, Chapada Diamantina, as mesmas precipitações abastecem belos lençóis freáticos, hoje ainda muito pouco estudados e explorados, que se revelam através de fontes que alcançam até 100 l/s (Chapada de Araripe).

Vê-se, pois, que, do ponto de vista da aridez, o contexto geológico (estrutura e litologia) prevalece sôbre o contexto climatológico na ordem de importância dos fatôres básicos do Polígono das Sêcas.

Estas observações arrastam-nos, portanto, a esta conclusão assaz inesperada de que o fenômeno de aridez no Nordeste brasileiro depende antes das relações de superfície: embasamento impermeável — bacias sedimentares permeáveis, que do volume das águas recebido pelo conjunto.

b. Soluções técnicas

As observações precedentes, permitindo melhor compreensão, mais científica, das causas originais do Polígono das Sêcas, le-

vam-nos, é natural, a considerar soluções adequadas que ajudariam a atenuar suas conseqüências e, por conseguinte, a melhorar as condições de vida, ou pelo menos torná-las menos cruéis, das populações que o habitam.

Neste Polígono, estão em jôgo dois tipos de regiões: as regiões sedimentares e as regiões de embasamento antigo, opostas entre si do ponto de vista de sua contextura geológica e de seus valôres hidrogeológicos. É evidente que as soluções propostas serão elaboradas em função desta contextura.

Menos de 1/3 do Polígono das Sêcas é constituído por depósitos sedimentares, sempre aqüíferos, porque permeáveis. A valorização destas águas subterrâneas não cria problema difícil em si mesmo. Se podem ser escolhidos lugares para barragens, com volume de acumulação digno de nota, lembrar-se-á que em tais formações as planícies de piemonte são raras, geogràficamente bem localizadas e que tais barragens em terrenos permeáveis são, quanto ao custo de sua impermeabilização jamais perfeita, demasiado onerosas. Excetuando, pois, algumas barragens, econômicamente necessárias e tènicamente possíveis e rendosas, a solução clássica será a perfuração explorando um lençol freático ou lençóis cativos. Algumas perfurações dêste tipo foram levadas a cabo com sucesso no Piauí, nas Chapadas de Araripe, Buíque, Apodi e Diamantina.

O número destas perfurações e o desenvolvimento econômico das regiões que se prestam a êsse tipo de exploração das águas de profundidade aumentarão desde que se lance, em grande escala, o aproveitamento das energias eólica e solar.

Para mais de 2/3 do Polígono das Sêcas, correspondentes às regiões de afloramento do embasamento antigo, as soluções devem ser locais, adaptadas a outras condições que não exclusivamene topográficas; neste campo não há e não pode haver solução geral.

Grandes barragens foram feitas e serão em boa lógica seguidas por outras. Mas em razão do coeficiente de evaporação sobremodo elevado e do que já falamos acima, em razão sobretudo, da extrema raridade dos sítios topográficos de fato propícios, isto é, profundos, a fim de reduzir ao mínimo a relação superfície do reservatório-capacidade e assegurar, assim a perenidade de sua acumulação, tais localizações de barragens se tornam cada vez mais difíceis.

Nos grandes vales e de maneira mais geral em todo "thalweg" de curso de água não-perene, mas comportando um revestimento aluvial repousando sôbre o embasamento cristalino ou cristalogiliano, pesquisas de "underflows" devem ser siste-

màticamente empreendidas, explorados a seguir por drenos ou por bombeamento.

As barragens subterrâneas, nas imediações de estreitamentos impermeáveis são uma das soluções de futuro, aplicadas com êxito em outras regiões da zona árida; permitem reter as águas nas aluviões dos vales, subtraindo-as à evaporação e à salinização. Esta solução econômica possui a vantagem de poder ser aplicada à maioria dos cursos de água pequenos e médios do Nordeste.

As barragens de aluvião enfim, cujo objetivo é represar, atrás de um paredão que eleva progressivamente, uma quantidade crescente de aluviões permeáveis trazidas pelo escoamento superficial difuso sôbre os declives, e nos quais se desenvolve pouco a pouco um lençol freático, são também uma solução de que ignoramos ainda a maleabilidade e o rendimento; adaptáveis aos "thalwegs mais simples, constituem, na maioria dos casos, a solução-padrão para o equipamento das habitações isoladas. Possuem a vantagem de serem econômicas, uma vez que tais barragens podem ser construídas pelos próprios habitantes, como se fêz em outros lugares, em relação às perfurações que em tais terrenos são apenas buracos secos ou com água salobra.

Enfim, em tôda parte, é preciso recuperar os solos e lutar contra a erosão, sobretudo nas zonas altas das bacias vertentes. A recuperação dos solos em terrenos cristalinos e sob clima árido é obra de grande fôlego, mas no Nordeste, como se obteve, no sul de Marrocos, em Hoggar (Saara), pode-se chegar a recompor um pequeno encaminhamento da água nas zonas predispostas a uma decomposição mais prematura e assim permitir a reconstituição de uma camada vegetal, ponto de partida para uma nova cobertura; como resultado de autocatálise ou de reforçamento recíproco, lençóis freáticos tornam a nascer dando lugar, por sua vez, ao desenvolvimento da permeabilidade do terreno.

A luta contra a erosão, mesmo em terrenos tão degradados quanto os do Polígono das Sêcas, onde a ossatura rochosa aflora quase em tôda parte, não é uma fantasia do espírito. É antes de tudo a melhor garantia contra o assoriamento das barragens, e em particular dêstes enormes reservatórios que, uma vez entulhados, são definitivamente perdidos. Em segundo lugar, é a defesa dos setores de abastecimento das populações que, mesmo fora das épocas sêcas, encontram aí, já com dificuldades, a base de sua alimentação. Enfim, é o único processo que pode permitir à rêde hidrográfica, artéria da vida, atualmente desorganizada ao extremo, raramente funcional, utilizável menos vêzes ainda, a retomar seu papel econômico original.

c. **Conclusões**

O Polígno das Sêcas possui nas causas de sua aridez e de sua maneira de ser uma originalidade que o distingue de qualquer outra região da zona árida.

Esta originalidade resulta do fato de que sua aridez é antes a conseqüência de uma falta de "vocação geológica" (litologia e estrutura) do que da pluviometria; mais de 2/3 de seu território são áridos, porque são desprovidos de estruturas adequadas ao armazenamento das precipitações que em outras condições geológicas seriam suficientes para fazer viver normalmente uma população.

Qualquer programa racional de pesquisas hidrogeológicas e de equipamentos hidráulicos deve, pois, ser marcado pela idéia de que métodos e soluções devem ser adaptados à dupla contextura geológica do Polígono das Sêcas.

Nas zonas sedimentares, isto é, em menos de 1/3 dêste território, a solução-padrão, mais econômica ainda pela utilização da energia eólica, permanece na perfuração.

Quanto ao resto, na ausência total de terrenos permeáveis, o problema é o de reter as águas do escoamento superficial difuso, ora construindo grandes barragens de irrigação, cujos locais adequados são cada vez mais difíceis de determinar, ora criando lençóis freáticos artificiais (barragens subterrâneas, barragens de aluvião); esta última solução, menos espetacular que a precedente, é tècnicamente mais fácil econômicamente mais rendosa e muito mais segura quanto a seus efeitos sôbre a fixação da população, uma vez que pode estender-se a todo o território.

Enfim, qualquer projeto de aproveitamento de uma bacia hidrográfica é ilusório, se não fôr combinado com um programa de luta contra a erosão para garantir a duração das obras já existentes, e aumentar a eficiência das futuras.

Se os equipamentos hidráulicos e hidrogeológicos, qualquer que seja a sua importância, são um meio de luta direto e certo, permanecem às vêzes difíceis de se adaptarem à vida do povo. As soluções técnicas não podem resolver tudo, devem acompanhar-se de processos econômicos, em particular o equipamento das zonas onde a água de superfície e subterrânea existe em tôda época, tanto no interior do Polígono das Sêcas como nas suas margens, a fim de transformá-las em zonas de refúgio, onde as populações nos períodos de grande sêca encontrarão trabalho e alimento."

2. Ação Governamental

O Nordeste sempre foi objeto de preocupações do Govêrno Federal, interessado em reduzir as proporções dos danos econômicos e sociais provocados por fenômenos de natureza climática. Êstes, contudo, ao mesmo tempo que davam motivo a uma atuação especial do Govêrno na área, contribuíam para desviar sua atenção das verdadeiras causas da estagnação econômica em que vivia a Região.

A década de 1950, que conheceu duas grandes estiagens, foi marco de uma nova compreensão da realidade nordestina. Comprovada a insuficiência das ações governamentais até então postas em prática, reconheceu-se a necessidade de se lhes imprimir nova diretriz. Êste fato, aliado a um inconformismo crescente da Região ante uma situação de pobreza que se tornava ainda mais evidente, em face do crescimento acelerado do Centro-Sul, levou a um reequacionamento da problemática nordestina, em que prevaleceram as metas de desenvolvimento econômico e social sôbre os objetivos de mero combate direto aos efeitos das sêcas. A nova política do Govêrno Federal foi apresentada no documento elaborado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), publicado em 1959, sob o título: :Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste".

Êsse documento continha uma análise da economia regional, concentrando sua atenção nas relações econômicas do Nordeste com o Centro-Sul, nos aspectos econômico-sociais do fenômeno das sêcas e no comportamento dos elementos dinâmicos da economia nordestina.

O Nordeste constituía a mais extensa área de baixo nível de desenvolvimento do continente americano, não chegando a sua renda **per capita** a alcançar sequer 100 dólares. Comparada sua economia com a do Centro-Sul, logo ressaltava uma grande disparidade de níveis de vida, não atingindo a renda do nordestino um têrço da renda do habitante do Centro-Sul. As taxas de crescimento da renda **per capita** eram de 1,5% no Nordeste e 3,5% no Centro-Sul.

A menor participação da população ativa sôbre a população total, quando comparada com a do Centro-Sul, a grande parcela da população ativa ocupada na agricultura e o baixo grau de capitalização dos setores primário e secundário, evidenciavam, também, êsse atraso relativo do Nordeste.

Por outro lado, estas diferenças entre os níveis de desenvolvimento das duas regiões tendiam a aumentar, e disto era bastante indicativo o fato de vir diminuindo a participação re-

lativa do Nordeste na renda nacional. A experiência de outros países demonstrava, ainda, que a desigualdade de níveis de vida tende a cristalizar-se, dando origem a barreiras institucionais e entravando o desenvolvimento. O problema nordestino transcendia, assim, os limites do regional para se transformar num problema nacional.

A análise da economia nordestina salientava a existência de um "permanente fluxo de recursos do Nordeste para o Centro-Sul, através do setor privado". Constatava também que o Nordeste, fornecendo divisas ao Centro-Sul, concorria para a eliminação de um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento dessa Região: a reduzida capacidade de importação. Além disso, demonstrava que a política de concessão de empréstimos a longo prazo, as taxas de juros inferiores às de depreciação da moeda, e a política de subsídios cambiais agiam como mecanismos que contribuíram para concentrar os investimentos industriais no Centro-Sul e transferir recursos para esta Região, que, todavia, apresentava melhores condições para atrair os capitais privados e absorver aquêles subsídios.

O Govêrno Federal, entretanto, atuava de modo a compensar as citadas transferências. É conveniente salientar que essas compensações "se avolumavam nos anos secos, assumindo, sobretudo, um caráter assistencial". Existia, portanto, "uma diferença fundamental entre os recursos que saíam da Região pelo setor privado e os que entravam pelo setor público. Os primeiros eram capitais em busca de aplicação rentável e que deixavam a Região por falta de oportunidades de investimento reprodutivo. Os últimos eram recursos que se dissolviam em subsídios de consumo ou eram aplicados em investimentos não reprodutivos".

O GIDN considerava ainda a vulnerabilidade da economia nordestina, caracterizada por sua dependência, em grande escala, do comércio com o exterior. O setor exportador, em épocas anteriores, havia induzido em crescimento acentuado na economia regional; no entanto, submetido a oscilações do mercado internacional e a reduções sistemáticas dos preços de seus produtos, foi perdendo seu dinamismo inicial. Ademais, fatôres circunstanciais, como a política cambial, definida sem levar em conta as particularidades da Região, tendiam a diminuir os incentivos à produção destinada ao mercado externo.

O Centro-Sul passou a ser, então, um mercado mais atrativo para os produtos regionais, conseqüência, também, do seu processo acelerado de desenvolvimento. A demanda de produtos nordestinos pelo Centro-Sul, no entanto, expandia-se num ritmo

menos acentuado do que o da economia desta última Região, como indica o confronto entre a evolução de sua renda real e a das exportações do Nordeste.

O fenômeno das sêcas, por sua vez, era encarado de forma distinta daquela que vinha orientando a ação do Govêrno Federal na área. As sêcas não haviam sido, até então, objeto de um diagnóstico completo. As medidas postas em prática para combatê-las, quer as de curto prazo (criação de frentes de trabalho), quer as de longo prazo (construção de açudes, etapa preliminar na execução de uma política de melhor aproveitamento de terra e água), em nada modificaram os dados fundamentais do problema, contribuindo para fixar uma população que, de outra forma, teria emigrado, e, não alterando um sistema inadequado de organização da produção, criavam condições para agravar o impacto social de novas sêcas.

A análise leva à conclusão de que as condições necessárias à ocorrência de um desenvolvimento espontâneo acelerado inexistiam no Nordeste. A disparidade dos níveis de desenvolvimento entre o Nordeste e o Centro-Sul, acentuando-se cada vez mais, agrava o problema nordestino. Com o fim de encaminhar solução adequada, o documento apresentava "um conjunto de recomendações que, levadas à prática, poderiam modificar seus dados fundamentais".

Essas recomendações consubstanciavam-se em quatro diretrizes básicas:

a) Intensificação dos investimentos industriais, visando a criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira. Esgotado o dinamismo das exportações, o desenvolvimento só se tornaria possível mediante a criação de um nôvo centro dinâmico que, no Nordeste, encontraria na industrialização a única saída.
Para tanto, impor-se-iam a reorganização das indústrias tradicionais e a instalação de novas indústrias, consideradas como prioritárias as de alto poder germinativo e as que aproveitassem matérias-primas regionais.

b) Transformação da economia agrícola da faixa úmida com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos aos centros urbanos. A faixa úmida dispõe das melhores terras agricultáveis da Região; uma política de aumento de produtividade nessa área provocaria, portanto, a liberação de terras para pro-

dução de alimentos. Esta diretriz está diretamente ligada à primeira, na medida em que a inelasticidade da oferta de alimentos tem efeitos negativos sôbre as dimensões do mercado de manufaturas e sôbre custos industriais (mão-de-obra).

c) Transformação progressiva das zonas semi-áridas, no sentido de elevar sua produtividade e torná-las resistentes ao impacto das sêcas. Foi sugerida a modificação da forma como estava organizada a produção na área, objetivando-se com isto aumentar os rendimentos e obter maior racionalização das unidades produtivas.

d) Deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, com o fim de incorporar à economia da Região as terras úmidas do "hinterland" maranhense. Esta quarta grande diretriz está diretamente ligada à anterior. A reorganização da economia da zona semi-árida liberaria contingentes de mão-de-obra, parte dos quais seriam absorvidos pelas frentes de colonização. Também estas contribuiriam para aumentar a oferta de alimentos na Região.

Uma vez estabelecidas as diretrizes, a implementação da política de desenvolvimento regional estava a exigir, de imediato, a consideração de programas orientados para a criação de condições necessárias ao seu cumprimento e para aspectos outros de natureza operacional. Admitia o Govêrno que sua intervenção no processo deveria obedecer a uma ação planejada e que o sucesso dessa intervenção estava estritamente ligado à possibilidade de mobilização dos meios indispensáveis à organização econômico-social da área.

Desde logo se impôs, como providência indeclinável, a criação de um órgão que assumisse o comando da política de desenvolvimento e a pusesse em execução, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, cujos Planos Diretores se constituíram em instrumentos de trabalho para execução das diretrizes estabelecidas.

O I Plano Diretor, para atingí-las, formulou uma série de programas, dando ênfase à criação de capital social básico, para o que destinava cêrca de 3/4 de tôdas as verbas orçamentárias a serem aplicadas no triênio 1961-1963. Por ordem de importância, nesse item figurava o aumento da capacidade energética, o melhoramento da rêde de transportes e os trabalhos para dotar com água e esgotos parte da população urbana do Nordeste. O

rèstante se distribuía de maneira muito desigual nos setores de Recursos Naturais, Agricultura e Abastecimento e Recursos Humanos. Os investimentos vinculados ao setor de Recursos Humanos não atingiam 2% do total previsto no Plano.

O II Plano Diretor já apresentava algumas modificações significativas no que respeita à destinação de recursos. O setor de infra-estrutura continua liderando a distribuição, embora sua participação já não alcance três quartos do total dos recursos previstos, mas 66%, aproximadamente. Os recursos restantes foram vinculados, em ordem decrescente, a Agricultura e Abastecimento, a Recursos Naturais e a Recursos Humanos.

As modificações introduzidas pelo II Plano Diretor foram aprofundadas no Terceiro, no que se refere à destinação de recursos. Além da diminuição da importância do setor infra-estrutura, prosseguiu a tendência de se atribuir maior significação aos setores de Agricultura e Recursos Humanos, enquanto os outros setores continuaram a absorver somas mais ou menos equivalentes às que lhes foram destinadas pelo II Plano.

Conquanto permaneçam válidas em sua maioria as linhas mestras dos planos diretores, a experiência acumulada e o conhecimento da realidade nordestina adquirido durante êsse período possibilitam agora uma abordagem da problemática regional, com incorporação de outras variáveis ao enfoque estritamente econômico do processo de desenvolvimento. Ao conhecer que o crescimento econômico da Região deve ocorrer simultâneamente com o progresso social, o Govêrno Federal estabeleceu os seguintes objetivos básicos da sua atuação no Nordeste, para o período de vigência do IV Plano Diretor:

a) Obtenção de um rítmo de crescimento da economia que possibilite a continuidade do processo de redução das disparidades inter-regionais e que tenha, como característica principal, um maior grau de independência daquelas variáveis cujo comportamento escape aos centros de decisão dos sistema econômico regional;

b) melhoria do nível de vida da população, sobretudo das camadas de mais baixa renda, pela maior oferta de serviços de natureza social e pela incorporação de populações marginais ao processo de produção.

A distinção dêstes objetivos, não obstante a estreita relação que há entre êles, decorre do fato de que nem sempre o avanço no sentido da expansão da atividade econômica, nem a elevação

de sua eficiência acarretam conseqüências favoráveis ao bem-estar de tôda a população. Isto é válido, principalmente, a curto e a médio prazo. Daí a conveniência de avançar nas duas frentes e de se ter sempre presente a possibilidade de eventuais conflitos.

Deve-se ressaltar, desde logo que a consecução de tais objetivos pressupõe, antes de tudo, a necessária integração da economia nordestina no sistema econômico brasileiro, para o que é necessário considerar não sòmente a influência de decisões e instrumentos de nível nacional sôbre a Região, como também as situações e obstáculos próprios da Área-Problema. A experiência tem demonstrado a necessidade, cada vez maior, sobretudo depois da criação de um órgão de planejamento de âmbito nacional — o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral — de se levarem na devida conta, através das diversas fases da programação regional, os instrumentos e os programas elaborados pela administração central. Neste particular, foram consideradas no Plano as diretrizes do Govêrno consubstanciadas no "Programa Estratégico de Desenvolvimento".

Os dois objetivos deverão ser alcançados através do desenvolvimento de ações conjuntas e a utilização de recursos orientados para:

a) A realização de transformações que visem ao aumento da eficiência do sistema econômico nordestino, através: (1) da elevação da produtividade da agricultura, principalmente com relação àqueles produtos para os quais a concorrência se apresenta mais intensa, (2) da implantação de um centro dinâmico de produção industrial, (3) da modernização da infra-estrutura regional de transportes, comunicação, energia e saneamento básico e, finalmente, (4) através da intensiva utilização dos recursos naturais da Região que garantam, pelo aproveitamento de vantagens locacionais do Nordeste, maior grau de complementaridade do sistema econômico nacional.

b) A incorporação ao processo produtivo do contingente humano desempregado e subempregado, o que será perseguido através de um tratamento prioritário dado às atividades mais empregadoras e de garantida eficiência.

c) A implantação de uma programação social voltada para a melhoria das condições de saúde, educação e habitação.

Os instrumentos principais que o Govêrno empregará no sentido de desenvolver ações com o fim de atingir os objetivos básicos já definidos, serão: (1) o planejamento e a coordenação, (2) os investimentos públicos e (3) os incentivos fiscais e financeiros ao setor privado. No que se refere ao planejamento, esforços serão realizados para implantação de um integrado e eficaz sistema regional que compatibilize e consolide as ações desenvolvidas pelos órgãos que desempenham as atividades mais estratégicas do ponto de vista da problemática regional. Os investimentos públicos, que deverão ser intensificados, terão por efeito eliminar as distorções setorias, sociais e espaciais. Finalmente os incentivos fiscais e financeiros serão empregados, não sòmente com o objetivo de induzir o setor privado para o atendimento das metas estabelecidas e de natureza estritamente econômica ,mas, também, para o desempenho de funções sociais que o processo de desenvolvimento está a exigir.

O presente Plano, conquanto incorpore as diretrizes válidas da política de desenvolvimento dos Planos anteriores, dêstes se diferencia pelas seguintes características:

a) Consideração mais conseqüente da distribuição espacial do desenvolvimento, com o objetivo de: (1) diminuir progressivamente as disparidades entre sub-regiões e entre unidades federais e, ao mesmo tempo, (2) definir formas e graus de atuação do poder público visando à solução dos problemas e ao aproveitamento das potencialidades de áreas diferenciadas.

b) Ênfase à coordenação dos órgãos públicos atuantes na Região, através de: (1) inclusão, no Plano, da programação do DNOCS e SUVALE, (2) estabelecimento de responsabilidade e funções vinculadas à execução do Plano, para diversas entidades, entre as quais se destacam, ao lado das anteriormente citadas, o BNB, o GERAN e a própria SUDENE, (3) indicação de diretrizes, programas e recursos para diversos órgãos, como etapa preliminar visando a ampliar a coordenação dos investimentos públicos e, finalmente, (4) consideração de programas destinados a promover reformas administrativas de entidades de importância estratégica na execução do Plano.

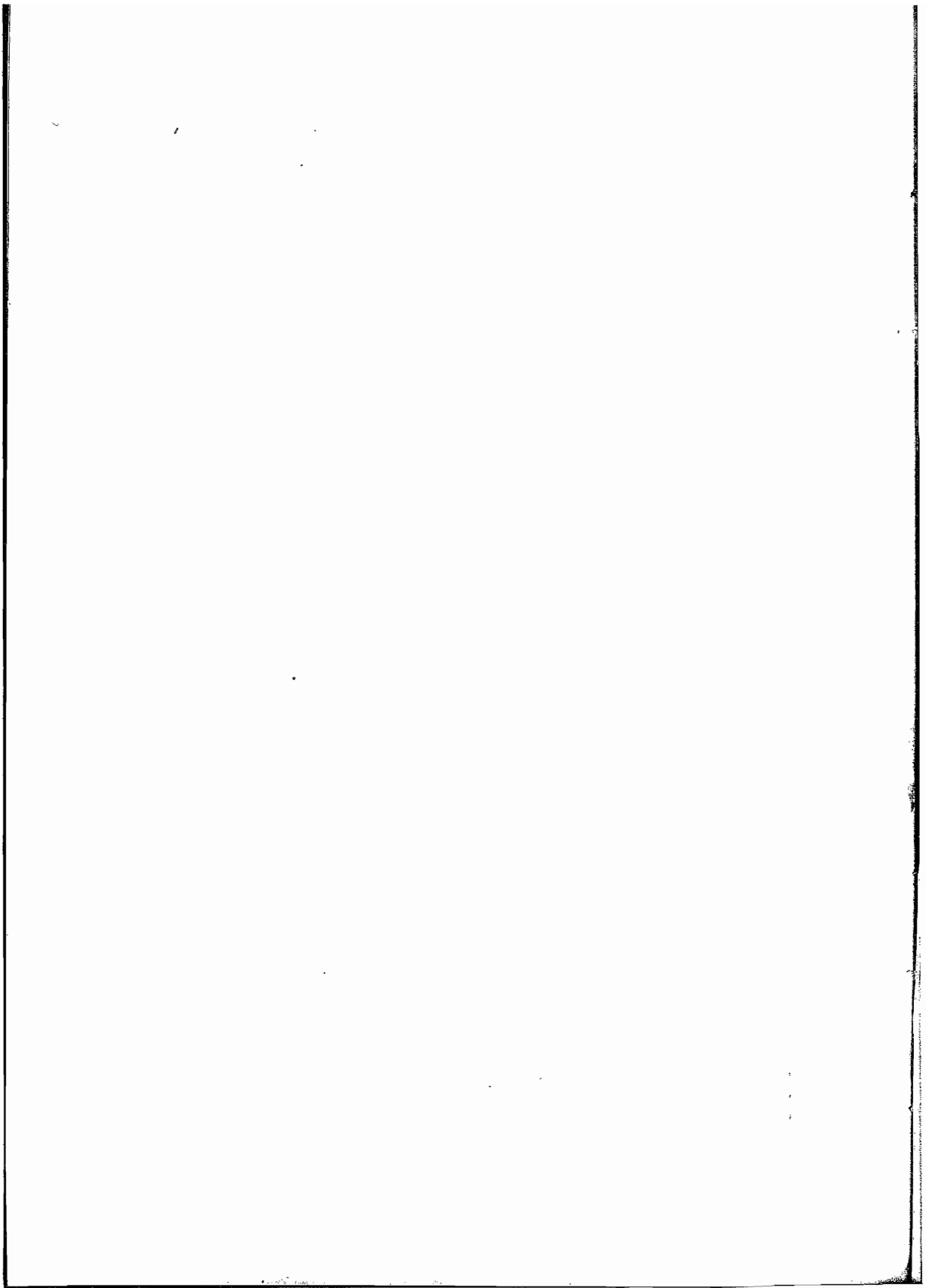
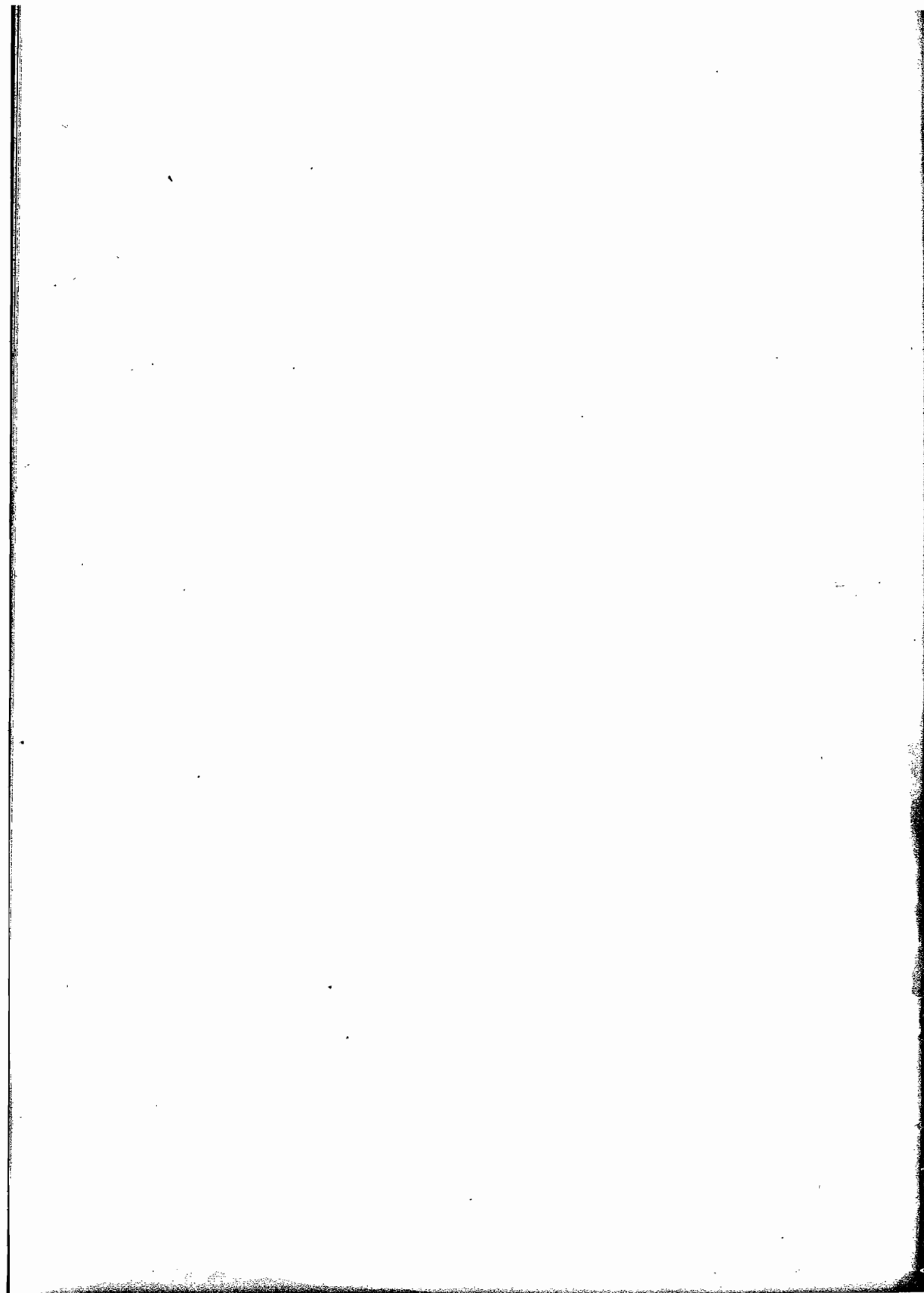
c) Encaminhamento de soluções do problema de estrutura agrária, não apenas considerados os aspectos econômicos das unidades produtoras nêle aplicadas,

mas, simultâneamente, a situação social das pessoas por êle diretamente afetadas.

d) Democratização das emprêsas beneficiadas pelos incentivos fiscais e financeiros do 34/18, através da participação dos operários nos lucros.
e) Participação da população no esfôrço de desenvolvimento e nos benefícios gerados pelo crescimento econômico.
f) Ênfase na execução de pesquisa de recursos naturais, sobretudo, minerais, pela criação de instrumento operacional, com ampla flexibilidade e com a necessária disponibilidade de recursos financeiros.

Em conseqüência da complexidade da atuação das diversas entidades regionais, e pela impossibilidade de ser estabelecida uma hierarquia nas metas, torna-se difícil apresentá-las sumàriamente. No entanto, entre as mais tangíveis podem ser relacionadas:

a) Ampliação da capacidade geradora de Paulo Afonso para 660 mw.
b) Implantação de 3.650 quilômetros e pavimentação de 3.430 quilômetros de rodovias de interêsse regional.
c) Atendimento adicional de cêrca de 6.000.000 de pessoas com serviços de água e esgôto.
d) Modernização de parte da agricultura regional através da irrigação de aproximadamente 100.000 ha; da modificação da estrutura da agroindústria canavieira através da ação fortalecida do GERAN, bem como da melhoria da comercialização mediante o financiamento da produção e da construção de centrais de abastecimento.
e) Obtenção de uma taxa média anual de crescimento de 9% para o setor secundário, o que representará avanço significativo na implantação de um centro dinâmico de produção manufatureira no Nordeste.
f) Realização de uma programação social que considere a melhoria das condições de saúde, educação e habitação.

Para que sejam alcançadas estas metas e as demais constantes do IV Plano Diretor, está previsto para o qüinqüênio o emprêgo de recursos do Govêrno Federal, dos Estados e de fontes externas da ordem de 6,9 bilhões de cruzeiros novos.

REGIÃO LESTE

GRANDE REGIÃO LESTE

I — CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

1. Definição

É sem dúvida, de tôdas as regiões naturais brasileiras, a mais indefinida e a que apresenta maior contraste. Ocupa uma vasta área territorial, estendendo-se entre o Atlântico e os divisores da bacia do São Francisco, desde o nordeste semi-árido até as escarpas da Serra do Mar.

Sua individualidade é dada principalmente pela faixa montanhosa que se prolonga do norte da Bahia até o sul de Minas e que constitui a "espinha dorsal" do relêvo brasileiro.

Compreende os Estados de Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Guanabara. Do ponto de vista rigorosamente geográfico, seus limites naturais não coincidem com as divisões político-administrativas. Assim, uma extensa área do norte da Bahia e Minas apresenta aspectos tìpicamente nordestinos; partes da Bahia e Minas Gerais, a oeste do rio São Francisco, pertencem geogràficamente ao Brasil Central. Porém, a divisão regional adotada resulta de uma adaptação da divisão geográfica com o aproveitamento das divisas políticas na sua delimitação.

Esta grande região natural compreende duas partes: o "leste setentrional", com os Estados de Sergipe e Bahia, e o "leste meridional", com o restante das unidades federativas da grande região.

2. Superfície

1.260.057 km², correspondendo a 14,80% da do País. É a terceira em extensão territorial.

3. População

O Recenseamento de 1950 acusou 18.893.007 hab.; era a Região de maior população. Em 1960 o recenseamento acusou 24.832.611 hab., o que correspondia 35,00% da população do

País e a densidade 18,32 hab/km². Êstes números colocaram a Região como a segunda mais populosa e mais densamente povoada do Brasil.

Estima-se que em 1969 atinja uma população de 30.933 mil hab., o que corresponde a 33% da do Brasil.

4. Forma

A de um paralelogramo, com o comprimento pouco maior que a largura.

5. Posição

Abrange a área mediana do País, situada a Este do Espigão Mestre. No sentido longitudinal, estende-se da curva do São Francisco às cabeceiras do rio Paraíba. A cidade de Salvador está quase no mesmo paralelo que São Paulo de Luanda em Angola, na África, e no de Lima, no Peru.

6. Limites

Limita-se ao norte com os Estados de Alagoas, Pernambuco e Piauí, da Região Nordeste; ao sul com o Estado de São Paulo, da Região Sul; a este com o oceano Atlântico e a oeste com os Estados de Goiás e Mato Grosso, da Região Centro-Oeste.

7. Apreciação

É uma das regiões mais habitadas do País e nela se localiza a maior parte do núcleo vital do Brasil. Está em contato com áreas ainda despovoadas do Oeste e Nordeste. Pode e deve ser, portanto, uma base para dinamização do interior, numa expansão natural dos grandes recursos econômicos e humanos.

No seu extenso litoral situam-se bons portos que a põem em contato com o restante do País e com as áreas exteriores. Nela se situa também a zona mineralífera mais rica e mais explorada do Brasil, bem como os campos onde está sendo explorado o petróleo brasileiro.

II — FATÔRES FISIOGRÁFICOS

1. Geologia

As rochas do "complexo cristalino brasileiro" constituem a base geológica da região. Nela se distinguem as seguintes for-

mações geológicas, distribuídas em faixas paralelas na direção norte-sul e de este para oeste.

— terciário, no litoral
— arqueano, na encosta da Serra do Mar
— algonquiano, em parte da Serra da Mantiqueira
— siluriano, quaternário e cretáceo, no vale do S. Francisco.

2. **Relêvo**

Considerando a região leste como um "grupo de regiões naturais complementares", podemos distinguir quatro sub-regiões mais ou menos dispostas em faixas alongadas norte-sul.

(1) Litoral

Uma planície formada por depósitos sedimentares, mais larga na sua parte setentrional, tornando-se estreita à medida que se dirige para o sul, até extinguir-se quando, aproximadamente em Itaguaí (O. do Rio de Janeiro), a Serra do Mar a interrompe, entrando pelo mar.

(2) Encosta oriental

Larga faixa entre a baixada do litoral e o planalto, onde predominam as rochas do "complexo cristalino brasileiro". A declividade é bastante forte, acentuando-se cada vez mais à medida que se dirige para o sul, até a Serra do Mar, onde termina.

(3) Planalto

É nota característica da Região Leste, sendo constituído pela chapada Diamantina e as serras do Espinhaço e Mantiqueira. É resultante de dobramentos muito antigos e aplainados pelo desgate. A serra da Mantiqueira é o rebordo meridional do planalto; nela estão o pico das Agulhas Negras (2.887 m) e o pontão da Bandeira (2.890 m).

(4) Vale Médio do São Francisco

Apresenta-se como um longo sulco entre as montanhas de leste e as chapadas de oeste. Na parte mineira é formado de sedimentos antigos, ricos em calcários, na parte baiana é formado de aluviões quaternários.

3. **Hidrografia**

(1) Águas interiores

O mais importante curso de água da Região Leste é o rio São Francisco.

Nasce na serra da Canastra e tem uma extensão de 3.161 km com uma bacia que compreende uma área de 631.133 km². O rio segue, a princípio, a direção sul-norte, atravessando os Estados de Minas Gerais e Bahia. Serve de limite entre Bahia, Pernambuco e Alagoas. Toma finalmente a direção sul-sudeste, até se lançar no Atlântico, separando o Estado de Alagoas do de Sergipe.

Possui regime irregular e variável, em virtude de mudanças das condições meteorológicas no seu extenso curso. É um rio tìpicamente de planalto. A cachoeira de Paulo Afonso, que dista 310 km da foz, numa queda de 81 m, divide o curso em duas seções: alto e baixo São Francisco. Sua foz é um estuário. A costa, neste trecho, apresenta-se baixa e cheia de dunas.

Seus principais afluentes são: Pará, Paraopeba, das Velhas, Verde Grande, pela margem direita; Indaiá, Abaeté, Paracatu, Carinhanha, Corrente e Grande, pela esquerda.

Outros rios da Região Leste são: Jequitinhonha, Vaza-Barris, Itapicuru, na Bahia. Destacam-se o rio Doce que possui um vale muito promissor à economia do País, e o Paraíba do Sul, cujo vale teve, outrora, grande desenvolvimento agrícola, tendo entrado em decadência pelo esgotamento dos solos e reconquistado aquela importância, na atualidade, pelas inúmeros indústrias que ia surgiram.

Dentre as lagoas da Região Leste, podemos destacar: Redonda, Real, Gravataí, Tartaruga e Itaparica na Bahia; Juparanã, que possui a ilha do Imperador, é ligada com o rio Doce, no Espírito Santo. São de maior destaque as do litoral fluminense, separadas do litoral por restingas: Feia, Araruama, Saquarema, Maricá e Rodrigo de Freitas, esta última no Estado da Guanabara.

4. Clima

A Serra da Mantiqueira é o rebordo este do planalto. É uma região de grande variedade de climas, sofrendo uma série de transições em função da altitude, latitude e proximidade do oceano. O traço comum é a existência de uma estação sêca no inverno, que se pode observar em tôda a área.

Na baixada litorânea predomina um clima quente e úmido com chuvas abundantes, sobretudo no verão. Na encosta do planalto, as massas de ar úmido, provenientes do oceano e impelidas contra êle, são obrigadas a elevar-se, resultando grandes precipitações. No planalto o clima apresenta-se temperado pela altitude e moderadamente úmido. O contraste entre o verão chuvoso e o inverno sêco torna-se, aí, perfeitamente nítido.

As cidades mineiras da serra da Mantiqueira são consideradas de "clima de saúde", tais como Caxambu, Lambari, Poços de Caldas, etc. Também as fluminenses da Serra do Mar: Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo.

Na depressão são-franciscana o clima é mais sêco e as chuvas vão escasseando para o norte, em transição para o clima nordestino.

5. Vegetação

Uma região tão cheia de contrastes quanto ao relêvo e quanto ao clima, apresenta, naturalmente, grande variedade no seu revestimento florístico.

A paisagem botânica mais exuberante é a mata da encosta oriental do planalto. O clima quente e úmido facilita a formação de espêssa floresta tropical constituindo a principal característica desta região natural, que em alguns trechos recebe a denominação expressiva de "zona da mata". Ela se acentua para o sul, porém, quase totalmente devastada. É rica em boas madeiras, tendo sido outrora o domínio do pau-brasil. Apresenta grande riqueza em: peroba, vinhático, jacarandá, cedro, canela, angelim, ipê, etc.

No planalto, a paisagem característica é dos campos, ora sob a forma de cerrados, como no alto São Francisco, ora sob forma de "campos limpos" também chamados "gerais" como nos chapadões ocidentais.

Do vale médio do São Francisco para o norte, passam a predominar os cerrados. Ao norte do Carinhanha já surgem as caatingas que se apresentam ricas em cactáceas, nos solos cristalinos, em mimosáceas, como o angico e a jurema, nos solos calcários. Passa-se assim, gradativamente, para os típicos sertões do nordeste.

6. Litoral

Extensões da costa:

Sergipe	163 km
Bahia	932 km
Espírito Santo	392 km
Rio de Janeiro	562 km
Guanabara	74 km

O litoral da região estende-se da foz do rio São Francisco até a divisa entre os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. A direção geral é norte-sul.

Do cabo de Santo Antonio ao cabo Frio, a costa é do tipo concordante. A princípio são as praias de areia, as barreiras de arenito, e no interior os perfis de alturas consideráveis. Segue-se a êste trecho a costa baixa, interrompida por barreiras vermelhas, surgindo não raro os recifes de coral. A partir de Vitória, a montanha aproxima-se do mar. Na altura de Caravelas, encontram-se os Itacolomis, rochedos que põem em perigo a navegação, e mais para o largo o arquipélago dos Abrolhos, formado de cinco ilhotas alvacentes, ligado à costa pelo relêvo submarino. Como acidentes notáveis podem ainda ser assinaladas as barras dos rios Vaza-Barris, Real, Itapicuru, Doce e Paraíba do Sul.

Do cabo Frio para o sul, a costa é bordada pela montanha, apresentando de vez em quando uma faixa de terra arenosa, estreita e separada do mar pelas restingas.

Na altura do Espírito Santo, encontram-se a ilha da Trindade e o grupo de Martins Vaz. Trindade, de origem vulcânica, tem relêvo acidentado e as costas retalhadas pelo trabalho erosivo do mar. Apesar da aspereza da costa, há um trecho onde se pode desembarcar, a chamada praia dos Portuguêses. O grupo de Martins Vaz é formada por três ilhotas de origem vulcânica, desprovida de vegetação e apenas habitada por pássaros.

A plataforma continental alarga-se do norte para o sul.

7. **Apreciação**

(1) Litoral

É uma transição entre o litoral nordeste, baixo e arenoso, e o litoral sul, dominado por encostas abruptas. Ao sul não há planície litorânea.

Ao norte do rio Doce, a planície ainda aparece com o caráter uniforme e mais para o norte se alarga, cortada por rios importantes.

(2) Região da encosta

Essa região é caracterizada pela montanha, densidade da população, clima variado, e a multiplicidade de atividades econômicas. Era uma unidade caracterìsticamente de matas. Hoje a ocupação já criou campos secundários onde se pratica a criação.

A região meridional, onde antigamente se instalou a agricultura extensiva do café, é densamente povoada, notando-se hoje uma marcha progressiva da ocupação para o nordeste. Ao norte a ocupação é menos densa e representa o avanço da cultura cacaueira. Aí é mais importante a atividade distribuidora e comercial do que a produtora.

(3) Região do planalto

Essa região está sujeita a condições ambientes muito diversificadas que dificultam sua síntese. Entretanto, dela se pode dizer que constitui um conjunto de cêrca de 1.500 km em grande altitude, submetido a erosões fortíssimas, que lhe nivelaram importantes áreas ou nêle cavaram profundos vales. O clima varia do semi-árido nordestino ao temperado, de verões frescos do maciço itatiaiano, intercalando entre êsses extremos tipos climáticos mais suaves.

A estas condições físicas se juntou um povoamento antigo baseado na criação de gado e na mineração. Posteriormente, a agricultura desenvolveu-se na parte sul, sem sobrepujar, entretanto, a mineração e o pastoreio. Essas atividades econômicas aparecem como elementos condensadores da população.

(4) Região da depressão São-Franciscana

O rio São Francisco dá unidade à região, funcionando como denominador comum de suas diversidades locais. Põe em contato a vertente ocidental bastante irrigada, com mata ciliar, rios permanentes e relêvo tabular, com a oriental bastante sêca e de rios temporários, através da conformação de seus vales e de suas descargas. Além disso, une também no sentido longitudinal as áreas mineiras mais irrigadas com as áreas baianas semi-áridas.

O rio São Francisco une essas zonas de possibilidades diversas, dando-lhes interêsses comuns.

III — FATÔRES PSICOSSOCIAIS

1. Antecedentes

É a Região de mais antigo povoamento e a êste respeito se tem que distinguir:

— o povoamento do litoral; e
— o povoamento do interior.

O primeiro (Séc. XVI) teve dois centros principais: Salvador e Rio de Janeiro. Predomina no litoral a atividade agrícola.

"As entradas, apesar dos três objetivos que tinham (o conhecimento do interior ,a procura de riquezas e a captura de brasilíndios), em pouco ou nada contribuiram para o povoamento".

No Século XVII, é que de fato ocorreu o início do povoamento do interior, para o qual concorreram "a doação de ses-

marias, a expansão dos criadores de gado e a descoberta de minas de ouro".

Destacam os historiadores o importante papel que, nesse sentido, cabe ao rio São Francisco, "o grande caminho da civilização, o condensador de populações".

O povoamento oriundo da descoberta das minas, pròpriamente, ocorreu durante o século XVIII, período áureo da mineração, e é feito em virtude de uma corrente vinda do sul; São Paulo foi o grande centro irradiador.

Senhores de engenho, com a sua escravaria, abandonam o litoral rumo às gerais. Colonos vindos da Europa para lá se dirigiam. A zona norte do São Francisco tornou-se pastoril e a zona sul em Minas Gerais, aurífera.

Com a exaustão das minas gerais, voltaram à lavoura. O século XIX foi de predomínio da agricultura cafeeira. O café era largamente produzido na parte fluminense do vale do Paraíba do Sul.

O povoamento do século XX deve-se à exploração do minério de ferro, em Minas Gerais (Quadrilátero ferrífero e vale do rio Doce), onde se concentraram trabalhadores vindos de diversos pontos da Grande Região Leste.

É a Região onde ocorreu a maior dose de mestiçagem. Por isto, talvez alguns historiadores considerem a Região como sendo o verdadeiro Brasil. O norte é muito asiático (indígenas) e o sul bastante influenciado por outras culturas, particularmente européias.

Predomina o elemento brancóide, principalmente de origem portuguêsa e o mulato, oriundo do cruzamento de português com o africano. O elemento negróide existente, predomina nas cidades do litoral, enquanto o caboclo (mameluco) habita o interior. Foi a Região que mais abrigou elementos de origem africana pelos portos de Salvador e do Rio de Janeiro, para a lavoura canavieira, mineração e cultura do café.

Entre os tipos regionais, destacam-se:

— o caboclo sanfranciscano que, quando não aparece sob a forma de vaqueiro das gerais, tem sua existência ligada ao grande rio; ora é vaqueiro, labutando nos vapôres que singram suas águas, entre Juàzeiro e Pirapora; ora é remeiro, a trabalhar nos barcos de vela; ora é barranqueiro, estabelecido à margem do São Francisco, a vender lenha aos vapôres que por êle trafegam;

— o capiau das montanhas de Minas Gerais.

2. Estudo da População

Somava, em 1950, 9.098.188 indivíduos e estava irregularmente distribuída. As zonas de maior adensamento são as seguintes:

— A de maior expressão quantitativa abrange quase um terço da região, compreendendo a zona sul de Minas, a Zona da Mata prolongando-se até o norte do vale do rio Doce, todo o vale do rio Paraíba, o sul do Espírito Santo e a Baixada Fluminense. Aí se encontram áreas de planícies, de encosta e de planaltos.

— Uma segunda área de adensamento corresponde à zona cacaueira do litoral baiano, penetrando pela região da encosta. A densidade da ocupação é, particularmente, grande nos terrenos terciários do interior, onde surge com todo vigor a paisagem do cacau.

— Uma terceira área de menor densidade se observa em zonas localizadas do vale do São Francisco (alto São Francisco) e nas Chapadas de Diamantina (Bahia) e do Espinhaço (Minas Gerais).

As áreas de rarefação demográfica são:

— A primeira é a área de povoamento antigo, a base de criação, que corresponde ao médio São Francisco. A falta de vias de transporte e as condições climáticas, com chuvas escassas e irregulares, não criam condições para um povoamento mais intenso e uma ocupação mais densa.

— A segunda se encontra no sul da Bahia e nordeste do Espírito Santo. É uma área de mata, em fase de ocupação progressiva, apresentando-se como o mais moderno movimento pioneiro da Região Leste. As dificuldades da ocupação dessa área florestal, vão sendo vencidas com a abertura de vias de transporte, feitas pelos madeireiros que avançam nessa área, última das grandes reservas florestais do Brasil, nesta região.

— Regiões industriais com o maior índice de desenvolvimento urbano, compreendendo: o Grande Rio de Janeiro, abarcando a Guanabara, Niterói, Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti, Nova Iguaçu, São Gonçalo, englobando, em 1967, mais de 5,7 milhões de habitantes; o eixo Rio-São Paulo, ao longo do vale do rio Paraíba, onde se encontram onze cidades com mais de 50.000 hab.; Belo Horizonte e subúrbios; sul da Zona da Mata de Minas Gerais, tendo como referência a cidade de Juiz de Fora, com numerosas fábricas de laticínios e têxteis.

No sul de Minas e no oeste de Minas observa-se estreita correlação entre as áreas urbanas e as vias de transportes ter-

restres. Essas regiões são predominantemente agropastoris e suas cidades refletem êsse caráter. Em muitas delas, se estão desenvolvendo indústrias de carne e laticínios.

— A leste das formações algonquianas da serra do Espinhaço situam-se, ao longo dos caminhos de ferro, núcleos mineiros como Conselheiro Lafaiete e Itabira.

— A leste e nordeste do Estado da Guanabara e ao norte do Estado do Rio de Janeiro observam-se outras áreas de aglomerações urbanas, distribuídas ao longo do eixo ferroviário da Leopoldina.

— Na zona cacaueira da Bahia notam-se também cidades importantes, assentadas na exportação dêsse produto.

Os grandes vazios são observados: ao norte do Espírito Santo e extremo sul da Bahia, embora se venha notando acelerado nascimento de núcleos urbanos; à margem esquerda do médio São Francisco, onde a falta de vias de transportes e as condições climáticas não favorecem a formação de núcleos urbanos importantes.

A Região acha-se inscrita na chamada "área cultural litorânea e de mineração" ou a de fixação lusa e formação nacional. Essa área, no seu limite norte, confunde-se com as propriedades agrárias coloniais de Pernambuco, indo ao sul, até onde dominaram as casas-grandes de São Paulo, numa faixa relativamente estreita, que só se expande largamente à altura das terras diamantíferas e mineralíferas de Minas Gerais, cujo território cobre.

O clima é quente e as chuvas são regulares. A altitude minora a temperatura, surgindo mesmo a geada no planalto paulista e nas regiões serranas de mineração.

Abrange campos cerrados em Minas Gerais e uma extensão considerável de mata tropical costeira, interrompida pelos campos de lavoura, abrangendo os canaviais do norte, os cacauais da Bahia, o fumo e o café, de entremeio com as culturas de subsistência. Da mata primitiva restam alguns trechos no Espírito Santo.

Realizados os primeiros contatos intensos entre brancos, índios e negros, nos quais durante largo tempo as influências indígenas predominaram, o colonizador português, adotando muitos costumes e usos de ambas origens, firmou sua supremacia. Dominou o negro e o índio e lhes impôs novas técnicas e normas de trabalho. Entre os empréstimos culturais contraídos ao indígenas destaca-se a língua tupi, da qual os missionários fizeram uma língua geral para os contatos com todos os selvícolas. O regime latifundiário da casa-grande, cuja construção de pedra

no norte e centro da região e taipa no sul, desenvolveu a escravidão, instaurou o patriarcado agrário como centro da comunidade e plasmou os tipos psicossociais do Senhor, da Sinhá, cercados de prole numerosa, do padre e dos fâmulos. O feitor de escravos nas senzalas e nos trabalhos do eito; a mucama na cozinha e na intimidade das casas; os escravos na lavoura e nos garimpos; e finalmente o moleque, ubíque e intrometido, cumprem as tarefas distribuídas pelo Senhor, que administra o bem econômico, e pela Sinhá a dona da casa e do lar. Ajustado ao engenho, à zona de mineração ou à bandeira, foi êste o grupo social que dominou no período colonial e imperial, e nos nossos dias dá os primeiros passos na era industrial.

Nos períodos colonial e imperial, os centros urbanos, as vilas, os povoados, os engenhos, as casas-grandes, deram margem a um notável surto de arquitetura religiosa, civil e militar. Nessas áreas, surgiram também os primeiros movimentos emancipacionistas ,mercê da posição geográfica propícia aos contatos com tôdas as partes do mundo.

Nessa área do desenvolvimento agrícola, pecuário e mineiro, concentrou-se particularmente no fim do período colonial e início do imperial o maior contingente da raça negra, influindo no condimento da alimentação, na prática de esmolar para as igrejas de suas devoções, nos cultos negros simbolizados pelo terreiro.

A fixação de alemães e italianos no Espírito Santo e de europeu de tôdas as procedências no Rio de Janeiro, criou focos secundários de cultura, que tiveram reflexo na cultura regional.

Nessa região se observam modificações intensas e rápidas de traços culturais, mercê dos contatos exteriores, que se produzem freqüente e intensamente, e da multiplicação das escolas e meios de difusão, como imprensa, as editôras, o rádio, a televisão e o cinema. Finalmente a expansão industrial, realizada através de instalação de novas fábricas, da assimilação de novas técnicas, a intensificação das vias de transportes, que crescem em extensão e se aprimoram na qualidade, criam condições para novas e rápidas modificações de cultura.

Não possui, ainda, tipo regional com aparência dominante.

É uma região ainda em plena fase de miscigenação.

O elemento indígena predominou no início da colonização, embora mal interpretado pelo colono português, como sendo vadio e perverso, é em parte destruído ou repelido para o sertão. As misturas foram mais importatnes nos pontos onde houve predominância de catequese jesuítica, civilizando o gentio, preparando-o para o convívio com os brancos.

Os negros ficaram adstritos às áreas agrícolas e mineradoras, no passado. Hoje, apesar de nossa formação democrática e da ausência de preconceitos raciais, não há mais possibilidade da vinda de novos negros para o País. No entanto, continua a corrente interna, isto é, transumância de negros de outros pontos do País, em busca da capital e de outros grandes centros. É essa movimentação geral dos negros para os grandes centros que dá a impressão errônea de que cresce o número dêles na população brasileira. Há simplesmente um fenômeno de "arrumação", deixando o sertão em troca dos serviços braçais dos grandes centros. Daí a aparência do aumento, quando a realidade é outra. Nos grandes centros a mestiçagem é maior e a tendência é o clareamento progressivo do grupo negro.

Os negros da Região Leste devem ser vistos ainda como grupos bem diferenciados, pois para aqui vieram das mais diferentes áreas da África. São notórios os tipos sudaneses e bantos. Essas diferenças decorrem, em parte da destinação dada aos escravos. Os sudaneses da Nigéria já trabalhavam bem em metais, foram os preferidos no terreno da mineração; os outros iam para a lavoura. Êsses negros não trouxeram só tipos físicos variados: também culturas diferentes. Até a religião, pois temos casos de negros da Bahia revoltando-se para manter a religião muçulmana adquirida na África.

Como os contingentes brancos não ficaram limitados aos portuguêses, as variedades de mestiçagem foram sem conta.

Não chegando ainda ao têrmo das novas levas, é claro que teremos ainda muito a esperar para que os grupos se fundam e caldeiem um tipo regional.

A população da Região Leste estava assim distribuída:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA TERRESTRE	POPULAÇÃO RECENSEADA			ESTIMATIVA (1969)	
		TOTAL	% URBANA	DENSIDADE	POPULAÇÃO	DENSIDADE
Sergipe	21.994	760.273	38,9	34,57	864.000	39,28
Bahia	561.026	5.990.605	34,7	10,70	7.054.000	12,57
Espírito Santo	45.597	1.188.665	31,9	30,19	1.537.000	33,70
Minas Gerais	587.172	10 183.177	40,2	17,34	12.539.000	21,35
Rio de Janeiro	42.912	3.402.728	61,1	80,76	4.678.000	109,01
Guanabara	1.356	3.307.163	97,4	2.824,22	4.261.000	3.142,33
REGIÃO	1.260.057	24.832.611	48,8	19,70	30.933.000	24,55
BRASIL	8.511.965	70.967.185	45,2	8,38	92.282.000	10,83

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)

3. Condições de Saúde

a. Nutrição

A alimentação na Região Leste apresenta aspectos diversos, com características próprias, e, como é quase geral no Brasil, de maneira deficiente e nem sempre racional.

As áreas mais prejudicadas são as de monocultura. O seu predomínio não tem permitido o desenvolvimento das culturas de gêneros alimentícios. Na área do cacau, na Bahia, verifica-se uma alimentação deficiente, porque a cultura do cacau domina as terras; a carne sêca e o feijão são as bases desta alimentação sem legumes e muito pouco variável. Em linhas gerais, a alimentação na Bahia é feita sob grande influência da cozinha africana, com uso abundante de gorduras de dendê, pimenta, verdadeira infusão concentrada de vitaminas A e C.

A cana-de-açúcar, no Estado do Rio de Janeiro, e o café, no Espírito Santo, são responsáveis por uma alimentação pouco variada.

A área mais vasta é a da região montanhosa de Minas Gerais. É muito importante a cultura do milho e ao seu lado um grande rebanho suíno se desenvolve. Apesar de ter uma grande criação de bovinos, de produção elevada de leite, êstes elementos não tomam parte muito ativa no regime alimentar, sendo empregados, sobretudo o leite, quase totalmente na indústria. Assim, o alimento básico — o milho — não se associa ao leite, e sim ao feijão e à gordura de porco, num complexo nutritivo cuja expressão é o tutu mineiro, preparado com farinha de milho, feijão, gordura e lombo de porco, complexo alimentar de alto valor calórico, mas qualitativamente pobre, por ser de baixo teor em cálcio e vitaminas.

Por outro lado, ganha de categoria o regime alimentar desta área, pelo seu grande consumo de verduras, abundantemente cultivadas, principalmente pelas diversas variedades de couve, muito ricas em sais.

A análise química dêste regime permite-nos verificar que não há deficit calórico no mesmo; pelo contrário, o maior consumo

de verduras resulta em maior incidência, nesta zona, da obesidade e do diabete. Há apenas uma carência que por exceção se estampa de maneira espetacular, é a carência de iôdo. A pobreza dêste metalóide nesta zona montanhosa, no seu solo, em sua água e nos seus vegetais, é responsável por êste cretinismo endêmico que se manifesta em formação de bócios.

b. Padrões

O quadro abaixo mostra os principais índices a respeito das populações da área:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	NATALIDADE POR 1.000 HAB.	MORTALIDADE POR 1.000 HAB.	VIDA MÉDIA (anos)	RENDA PER CAPITA (3)		
				1950 NCr$	1960 NCr$	1965 NCr$
Sergipe	48	10,4	41,0	2,02	14,8	173,8
Bahia	46	11,0	41,0	2,05	15,2	163,0
Espírito Santo	44	18,5	41,7	2,98	15,2	135,3
Minas Gerais	44	12,4	39,5	3,04	19,0	194,6
Rio de Janeiro	41	11,0	38,7	4,20	25,9	306,1
Guanabara	28	9,8	—	13,78	79,8	842,2
REGIÃO	41,8	—	(2) 56,1	5,77	28,3	302,5
BRASIL	42,8	—	54,8	4,13	27,5	309,3

(1) Dados da Capital. Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)
(2) Dados de 1964 (EPEA)
(3) Dados da (FGV)

4. Condições de Instrução

A Região Leste é importantíssimo centro cultural. Seu grande desenvolvimento econômico proporcionou-lhe, desde a época colonial, um nível cultural de destaque no País.

A cidade de Salvador, uma das principais cidades brasileiras, foi o centro de cultura nos primórdios de nossa história. A fase de mineração de ouro, determinando um grande progresso no interior de Minas Gerais, deu lugar ao florescimento da "escola mineira". O Rio de Janeiro, metrópole político-administrativa e intelectual do País, contribuiu para que a Região Leste tenha a primazia cultural no Brasil.

Atualmente, quanto ao panorama educacional, a Região Leste é a que apresenta maior desenvolvimento. O ensino primário é ministrado em 38.792 escolas. O ensino secundário é tambem altamente desenvolvido, tendo à frente o Colégio Pedro II, estabelecimento-padrão, que data do Período Regencial. No referente ao ensino superior, cabe destacar as Universidades do Brasil e de Belo Horizonte. Várias são as faculdades de Direito, Medicina, Filosofia, Farmácia, Odontologia e numerosas escolas normais e de comércio. O ensino industrial é ministrado nas escolas industriais de Aracaju, Salvador e Campos e na Escola Técnica de Vitória. O ensino Agrícola é também desenvolvido com: a Universidade Rural do Ministério da Agricultura, no km 47 da Rodovia Rio-São Paulo, Escola Agrícola da Bahia, Escola Superior de Agricultura de Minas Gerais e Escola Superior de Agricultura de Lavras do Instituto Gamon.

Merecem destaque a Academia Brasileira de Letras, a Academia Brasileira de Ciências, a Associação Brasileira de Educação, o Jardim Botânico e o Observatório Nacional.

As bibliotecas da região são em número de 894, com cêrca de 7.778.000 volumes, com destaque especial da Biblioteca Nacional, que data do tempo de D. João VI. A Imprensa Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, com suas filiações nos Estados, são também órgãos culturais importantes.

A cultura é ministrada na região da seguinte forma:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	% ESCOLARIZAÇÃO 7 A 14 ANOS (31-10-64)	% ALFABETIZADO 10 ANOS E MAIS (1950)	MATRICULA EFETIVA no (início do ano)							
			PRIMÁRIO (2)	GINASIAL (2)	COMERCIAL (1)	INDUSTRIAL (1)	AGRÍCOLA (1)	NORMAL (1)	COLEGIAL (2)	SUPERIOR (3)
Sergipe	63,9	33,6	92.300	14.280	1.514	712	306	892	4.448	644
Bahia	51,3	31,6	606.194	95.685	8.876	1.407	250	14.963	32.650	8.987
Espírito Santo	62,9	47,0	240.419	42.549	5.307	—	789	4.249	12.553	4.193
Minas Gerais	65,4	43,8	1.878.013	277.271	42.523	4.108	1.953	34.521	85.334	29.265
Rio de Janeiro	76,2	56,0	610.836	120.391	12.117	4.882	792	16.861	39.259	12.134
Guanabara	92,6	84,6	493.935	197.457	24.525	13.371	—	9.497	73.617	37.458
REGIÃO	68,7	60,0	3.921.697	747.633	94.862	24.480	4.090	80.983	247.861	92.681
BRASIL	66,3	60,5	11.182.746	2.126.033	306.308	91.621	14.410	265.636	690.407	258.303

(1) Dados 1966 — Anuário Estatístico do Brasil 1967 (IBGE)
(2) Dados 1967 — Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)
(3) Dados 1968 — Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)

5. Apreciação

A Região Leste possui muitos grupos locais ligeiramente diferenciados, mas que estão longe de constituirem tipos regionais definidos. Menor do que na Região Nordeste é a influência indígena atualmente a dissolver-se completamente do ponto de vista físico.

As diferenças maiores ditadas pelo relêvo, latitude, proximidade ou afastamento do oceano, amplas possibilidades econômicas diversificadas, afluxo de novas correntes emigratórias, tudo isso em conjunto, torna difícil antever o tipo físico que será o do homem do Leste do Brasil.

IV — FATÔRES ECONÔMICOS

A economia da Região é principalmente sensível e pujante nas áreas do Recôncavo, de Ilhéus, Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, vale do Paraíba, vale do rio Doce, Zona da Mata e sul de Minas.

1. Indústria Extrativa Vegetal

O extrativismo vegetal da Grande Região Leste é de somenos importância em relação às demais regiões. Apenas uma pequena extração de babaçu, casca de angico na Bahia e em Minas Gerais, e as ponderáveis produções de borracha, caroá, cêra de licuri, coquilhos de licuri e piaçava da Bahia representam esta atividade.

2. Indústria Extrativa Mineral

A maior riqueza mineral, conhecida, do Brasil está contida na Região Leste. São várias as riquezas em minerais. Dentre elas, as de maior vulto são:

a. Ouro

Em 1950 começou a exploração do ouro em Minas Gerais, estendendo-se no comêço do século XVIII ao sertão baiano. A importância da mineração de ouro foi tão grande em nossa história, que podemos falar em "civilização do ouro". Embora tendo decaído muito nossa produção, é ainda bem considerável.

Atualmente a produção de ouro extraído das minas atinge quatro toneladas. As maiores jazidas estão em Minas Gerais, quer no aluvião, quer no interior do solo. As minas mais importantes são: Morro Velho (cuja exploração começou em 1752 e emprega cêrca de 8 mil operários); Passagem, Congo-Sôco, Ita-

bira, etc., em Minas Gerais; Conceição, Gerupapeiro e André-Quicê, na Bahia.

b. **Ferro**

A extensa área de minérios de ferro que o Brasil possui está localizada no complexo montanhoso da Região Leste. As jazidas de minérios de ferro estão compreendidas principalmente entre as bacias do São Francisco e do rio Doce. Ficam dentro do quadrilátero central, cujos vértices são: Belo Horizonte, Santa Bárbara, Congonhas e Mariana.

O itabirito é uma rocha brasileira, rica em minérios de ferro e abundante em Minas Gerais. As jazidas mais notáveis são: Morro do Cauê, da Conceição; Esmeril, Monlevade, Periquito, Casa de Pedra, Itabira, etc., tôdas em Minas Gerais.

A Companhia Vale do Rio Doce, uma das maiores emprêsas de mineração e exportação de minério de ferro do mundo, exportou em 1967, cêrca de 11,7 milhões de toneladas, enquanto o Brasil exportou 13,6 milhões. Estima-se que em 1968 o Brasil venha produzir cêrca de 25,5 milhões de toneladas de minério de ferro, das quais deverá exportar mais de 19 milhões. A CVRD vem ampliando sua produtividade quer pela automatização da mineração, quer pela melhoria dos transportes e com isto conquistando mercados novos.

O programa de expansão da CVRD continua em desenvolvimento, para que se possa atingir, em 1971, uma exportação da ordem de 23 milhões de toneladas.

A iniciativa privada esforça-se por aumentar a sua contriboíção. A emprêsa mais importante é a Minerações Brasileiras Reunidas, que congrega várias minas, já está exportando e apresentou ao Govêrno um projeto de mineração, transporte e siderurgia.

c. **Sal**

No litoral da Região Leste a exploração do sal constitui uma grande fonte econômica. Em Sergipe, a Companhia Itatig descobriu a existência de bancos de sal-gema de grande pureza. Além disso, há uma importante área salineira, compreendendo 461 salinas. O sal fluminense, principalmente o de Cabo Frio, é de ótima qualidade e de grande aplicação industrial.

d. **Areias Monazíticas**

As areias monazíticas têm no Brasil sua área limitada no litoral dos Estados da Bahia, Espírito Santo e norte do Rio de

Janeiro. As areias da costa do Espírito Santo estão atualmente sob contrôle do Conselho Nacional de Energia Nuclear, mas com a atividade parada por falta de mercado para a ilmenita.

e. **Petróleo**

Até o momento, as principais províncias produtoras de petróleo no Brasil são as do Recôncavo (Ba) e Carmópolis (Se). Virtualmente, todo o petróleo extraído até agora foi na Bahia. No ano de 1968 a produção de petróleo atingiu a média diária de cêrca de 170.000 barris, o que correspondia a 45% de nossas necessidades.

As reservas recuperáveis do Recôncavo estão avaliadas em cêrca de 900 milhões de barris. Com o dimensionamento das províncias alagoanas, estima-se que estas reservas atinjam mais de 1,5 bilhões de barris.

Técnicos da Petrobrás admitem que estas possibilidades ainda possam ser muito aumentadas com novas províncias que são estudadas, particularmente na plataforma continental da Grande Região Leste desde o Sergipe até o Espírito Santo.

f. **Outros**

As riquezas minerais da Região Leste são bastantes variadas. Além destas cinco de capital importância na economia brasileira, deve-se destacar o exploração de: diamantes, em Minas Gerais e Bahia; manganês, notadamente em Minas, nas regiões de Lafaiete, Pitangui, Ouro Preto e Itabira. A produção brasileira de manganês é a 6º do globo, e nossa exportação faz-se especialmente para os Estados Unidos. As águas minerais são também, um importante recurso econômico da Região Leste, onde as fontes são várias. Na Bahia, as mais importantes são: a da ilha de Itaparica e as de Caldas de Cipó, no vale de Itapicuru; no Rio de Janeiro a de Salutáris e Pádua; além das de Minas Gerais que são as melhores e de mais procura, tais como: Caxambu, São Lourenço, Lambari, etc.

Apatita, barita, bauxita, berilo, cassiterita, dolomita, garnierita, mármore, mica, minério de zircônio e talco são minerais cuja produção relevante asseguram ao Estado de Minas Gerais a condição de maior produtor de minérios do Brasil. O Estado da Bahia destaca-se na produção de amianto, barita, columbita, cromita, magnesita e minério de chumbo e mais recentemente prepara-se para produzir cobre.

3. Agropecuária, Caça e Pesca

a. Produção Agrícola

A região constitui um dos alicerces de nossa vida agrícola, produzindo em quantidade apreciável os nossos principais produtos. Em linhas gerais, a paisagem agrícola desta grande região apresenta-se:

A baixada litorânea, com clima quente e úmido e chuvas e grande fertilidade do solo, tornou-se altamente propícia ao desenvolvimento de uma agricultura tropical. A cana-de-açucar vem ocupando destacado lugar na economia do leste desde o século XVI, cultivada no recôncavo baiano e nos campos dos Goitacazes. Representam, também, importante papel a cultura do fumo no vale do Paraguaçu e a do cacau, com grande desenvolvimento ao norte do rio Doce. A fruticultura é bastante desenvolvida, principalmente na parte meridional, já na Serra do Mar, com grandes cultras de laranja no Estado do Rio e de bananas bem adaptadas à baixada fluminense.

A atividade econômica da encosta foi, a princípio, exclusivamente, a agricultura. A exuberante floresta foi derrubada e foi aproveitado o sólo rico em húmus, principalmente para a cultura do café, que teve seu berço no vale do Paraíba, tendo sido esta, no início do século XIX, a zona brasileira de maior prosperidade econômica.

Com o esgotamento do solo, a abolição da escravatura e a migração da cultura cafeeira para as ricas terras paulistas, o vale do Paraíba entrou em decadência, evoluindo para a pecuária. No norte fluminense, no sul do Espírito Santo e na Zona da mata" em Minas Gerais, perdura ainda a lavoura cafeeira associada à cultura de outros produtos. Em Minas Gerais é muito intensa a cultura do milho, como também a do fumo e arroz. No planalto a agricultura existente, cede lugar à pecuária que encontra ótimas pastagens nos campos do Triângulo Mineiro.

Finalmente, no vale médio do São Francisco, a agricultura é praticada com proveito nas culturas de "vazante"; à medida que o clima se torna árido, vai desaparecendo para dar lugar a outros produtos, principalmente o algodão. Com a irrigação novas aspirações começam a surgir no vale do grande rio.

Em 1967 a produção agrícola teve nos produtos do quadro abaixo os mais representativos:

PRODUTOS	SERGIPE	BAHIA	MINAS GERAIS	ESPÍRITO SANTO	RIO DE JANEIRO	GUANABARA	REGIÃO	BRASIL
Arroz (t)	8.459	32.382	776.801	44.197	78.169	—	939.008	4.291.147
Cacau (t)	—	443.228	14	22.415	—	—	465.657	473.078
Cana-de-açúcar (t)	25.279	73.120	239.130	23.630	135.636	160	496.955	1.680.763
Cebola (t)	635	1.512	5.522	189	100	—	7.958	48.363
Côco-da-bahia (t)	20.228	29.592	1.030	1.301	615	653	53.419	108.729
Feijão (t)	49.924	229.085	500.682	79.495	15.007	—	873.193	3.650.568
Mandioca (t)	49.896	198.480	119.744	42.073	35.471	1.360	447.034	1.914.439
Milho (t)	51.492	270.170	1.539.621	224.216	104.468	—	2.189.997	9.256.321
Tomate (t)	1.296	2.603	2.206	120	4.701	20	11.246	41.319
Abacaxi (1000 frutas)	216	1.955	4.003	821	1.116	—	8.111	30.525
Banana (1000 cachos)	1.156	12.053	32.420	17.691	36.741	4.356	104.417	255.634
Laranja (1000 frutas)	4.400	4.377	20.998	3.963	14.189	7.400	55.367	166.660
Fumo (t)	2.585	37.169	28.785	139	651	—	69.329	260.768
Mamona (t)	—	116.468	12.921	691	16	—	130.096	360.622

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)

b. Pecuária

Constitui uma das principais fontes de economia do leste, bastando dizer que um têrço do rebanho brasileiro se encontra na Região.

A princípio, a pecuária foi um simples complemento da cultura da cana-de-açúcar. A Bahia foi o ponto inicial, o núcleo criador de onde se expandiu para o interior.

Os rebanhos penetraram nos sertões do São Francisco e, pelo seu vale, atingiram Minas Gerais, atualmente o mais importante centro de criação (especialmente no "Triângulo").

O rebanho da Região Leste apresentava em 1967 a seguinte população (em milhares de cabeças):

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	BOVINOS	EQÜINOS	ASININOS	MUARES	SUÍNOS	OVINOS	CAPRINOS
Sergipe	756	81	27	51	310	223	139
Bahia	7.828	952	933	871	5.157	2.831	3.205
M. Gerais	19.602	1.446	65	833	10.241	411	588
E. Santo	1.224	153	3	151	1.356	24	120
Rio de Janeiro	1.716	172	6	113	900	41	174
Guanabara	22	4	0	3	24	1	2
REGIÃO	31.148	2.808	1.034	2.022	17.988	3.531	4.228
BRASIL	90.153	9.082	2.873	4.760	61.728	22.102	13.957

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)

c. Caça

Esta atividade é inexpressiva na Região. Apenas a caça à ariranha e à capivara são testemunho da atividade.

d. Pesca

A pesca ocupa destacado lugar na economia da região. No litoral abaiano, nos parcéis dos Abrolhos, é muito intensa. No litoral fluminense, notadamente nas zonas lacustres, a pesca praticada nas "colônias de pescadores", de origem remota, obtém grande produção que se destina parte para o Entreposto de Pesca (Estado da Guanabara) e parte para as fábricas de conservas. A sardinha é o pescado de maior produção.

Em 1967 a atividade pesqueira produziu o registrado no quadro abaixo:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PEIXES (t)	CRUSTÁCEOS (t)	MOLUSCOS (t)	MAMÍFEROS AQUÁTICCS (t)	QUELÔNIOS (t)	NÃO ESPECI, FICADO
Sergipe.....	1.216	1.144	4	—	—	—
Bahia..........	10.260	2.822	396	—	13	—
Minas Gerais..............	3.795	16	—	—	—	—
Espírito Santo.............	3.337	306	27	—	42	—
Rio de Janeiro....... .. .	30.355	1.989	1	—	3	—
Guanabara................	31.519	2.023	144	—	—	—
REGIÃO............	80.482	8.300	572	—	58	—
BRASIL..........	361.688	55.564	4.698	6.844	280	348

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE).

4. **Indústria**

a. Energia Elétrica

Dados de 1967:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POTÊNCIA INSTALADA		PRODUÇÃO	CONSUMO	INDICES KWH/hab/ano	
	KW	W/hab	1000 KWH	1000 KWH	PRODUÇÃO	CONSUMO
Sergipe....................	1.820	2.19	1.063	63.319	1.28	76.52
Bahia......................	700.892	103.70	2.512.861	620.109	271.78	91.74
Minas Gerais..............	1.964.127	172.23	9.798.480	3.614.704	859.22	316.97
Espírito Santo............	82.995	45.80	200.185	164.411	110.47	90.73
Rio de Janeiro............	1.024.920	237.47	5.543.845	2.033.590	1.284.52	471.19
Guanabara................	265.120	65.76	266.532	3.083.520	66.11	764.89
REGIÃO...........	4.039.874	138.78	18.322.966	9.579.653	622.59	329.09
BRASIL..........	7.779.150	89.8	33.496.984	27.111.403	386.9	313.1

Dados do Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE).

A capacidade instalada de cêrca de 4.000 mw, representa 51% do Brasil. As principais usinas fornecedoras são: Paulo Afonso, Três Marias, Furnas, Nilo Peçanha, Peixoto, Ilha dos Pombos, Fontes, etc.

Está programada a entrada em funcionamento até 1970, das seguintes unidades em acréscimo às já existentes: Santa Cruz (mais

1 x 80 mw), Peixoto (mais 6 x 50 mw), Três Marias (mais 2 x 65 mw), Funil (rio Paraíba 3 x 70 mw), Estreito (4 x 150 mw) e Campos (2 x 15 mw), acrescentando 1.350 mw à potência instalada.

O elevado potencial hidráulico vem permitindo a instalação das grandes hidrelétricas do rio Grande e das inúmeras usinas da CEMIG. Mais de 90% da energia elétrica produzida é hidráulica.

b. Indústria Siderúrgica

A indústria siderúrgica brasileira é recente. Só após a proclamação da República iniciou o seu desenvolvimento. Em 1966, o parque siderúrgico brasileiro era constituído por 41 usinas de 36 emprêsas, com predominância de capitais nacionais. O centro de decisão é no Brasil, e mesmo emprêsas como a Belgo-Mineira e a Mannesman, com maioria de ações em mãos de estrangeiros, possuem grande participação brasileira.

As siderúrgicas da Região Leste são responsáveis pela produção de cêrca de 90% do total nacional de aço em lingotes, arame galvanizado, ferro gusa, ligas de ferro-cromo, ferro-manganês, ferro-níquel, ferro-silício, chapas finas a frio, chapas finas a quente, chapas galvanizadas, chapas grossas, fôlhas de flandres, perfilados diversos, trilhos, etc. As maiores usinas nacionais estão localizadas na Região e são: Companhia Siderúrgica Nacional, Usiminas, Ferro e Aço de Vitória, Mannesmann, Belgo Mineira, etc...

c. Indústria Química

O Estado do Rio de Janeiro, como na Indústria Siderúrgica, colabora com o local para implantação da 1ª Indústria Química de Base, a Companhia Nacional de Álcalis, em Cabo Frio. Êste empreendimento ainda não ofereceu todo o benefício que se espera, embora seus resultados sejam cada vez mais significativos.

A implantação do complexo petroquímico em Aratu, certamente, contribuirá decisivamente para acelerar e concretizar o desenvolvimento industrial da Bahia.

d. Indústria de Transformação

A enumeração das múltiplas riquezas que a Região Leste encerra condicionou o desenvolvimento industrial que atingiu. A grande produção agrícola vai originar a indústria. É a "indústria de transformação". Assim, vamos notar uma grande indústria açucareira no Estado do Rio de Janeiro, sobretudo em Campos, o seu principal centro: na Bahia, a indústria de charutos e cigarros de grande tradição na atualidade, o diversificado complexo industrial de Aratu e, no vale do Paraguaçu, uma grande indústria de doces e compotas de frutas e de conservas de pescado. Igualmente desenvolvida é a indústria subsidiária, quer seja a de laticínios, quer seja de conservas e, ainda, de couros, etc.

A indústria manufatureira é bastante desenvolvida, tendo como principal centro a cidade do Rio de Janeiro. São abundantes na região as fábricas de fiação e tecelagem, calçados, cerâmica, cimento, etc.

5. **Comércio**

A Região Leste possui um comércio ativo, tanto interno como externo, resultante de sua grande atividade econômica. É servida pelos portos organizados de: Salvador, Ilhéus, Tubarão, Vitória, Rio de Janeiro e Angra dos Reis.

O pôrto do Rio de Janeiro é o mais importante, do ponto-de-vista da importação. Possui 4.677,35 metros de cais, com 112 guindastes e 25 armazéns.

Para poder aumentar a possibilidade de exportação de minério de ferro, foi construído a 10 km de Vitória, o pôrto de Tubarão que poderá movimentar até 20 milhões de toneladas de minério por ano. Permite atracar super-cargueiros de até 100.000 toneladas. Possui um cais aparelhado com engenhos mecânicos capazes de operar a carga e descarga automática dos navios numa velocidade de cêrca de 6.000 ton./hora. O pátio de estocagem tem capacidade de armazenar até 1 milhão de toneladas. Está aparelhado para operar cargas pesadas tais como: petróleo, milho, trigo, sal a granel, além do minério e carvão. A abertura dêste pôrto beneficiou muito o Espírito Santo e o vale do rio Doce, servido que é pela Estrada de Ferro Vitória-Minas Gerais.

Em 1967 o comércio Exterior e de cabotagem da Grande Região foi movimentado conforme o quadro:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO (PRINCIPAL PÔRTO)	COMÉRCIO EXTERIOR (t)		VALOR (NCr$ 1.000,00)		COMÉRCIO INTERIOR E CABOTAGEM (t)		VALOR (NCr$ 1.00,000)	
	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO
Sergipe (Aracaju)............	15	10.360	12	13.552	518.897	41.269	14.319	7.533
Bahia (Salvador)....	282.667	260.301	174.267	73.661	6.355.118	112.168	213.284	10.481
M. Gerais (B.Horizonte – Aeroporto)....	2	115	46	3.506	—	—	—	—
E. Santo (Vitória)...........	11.994.536	432.495	397.275	83.689	20.120	516.741	1.628	71.396
R. de Janeiro (Niterói)..	5.234	42.652	9.994	7.839	11.049	564.672	1.587	37.872
Guanabara.......	3.015.028	6.938.458	436.820	1.322.209	2.671.275	3.389.595	485.225	118.840
REGIÃO...	15.297.482	7.690.381	1.018.414	1.504.456	9.576.759	4.624.445	716.045	246.124
BRASIL...........	21.128.718	19.041.844	4.265.501	4.291.938	12.293.330	12.293.330	1.247.891	1.247.891

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)

6. Transporte e Comunicações

Comparada com o resto do País, a Região Leste conta com uma boa rêde de comunicações, especialmente em sua parte meridional.

A implantação do Tronco Nordeste de Microondas completará a ligação da Região no Plano Nacional de Telecomunicações com a Região Nordeste por tronco com capacidade de 960 canais telefônicos por canal de rádiofreqüência e servirá, também, à transmissão de televisão, telex, telégrafo e teleprocessamento de dados. Êste projeto, já iniciada a implantação, deverá operar até junho de 1969.

A intensidade do tráfego entre Rio-Belo Horizonte-Brasília levou o Govêrno a expandir êste tronco para assegurar a continuidade de comunicações fáceis entre os grandes centros. Êste projeto de expansão poderá ser operado a partir de 1970 e oferecerá as mesmas características do Tronco Nordeste; atualmente funcionam 87 canais.

a. Terrestre

(1) Ferroviário

O sistema ferroviário da Região Leste é constituído dos ramais:

SIGLA	SIGNIFICAÇÃO	REGIME DE ADMINISTRAÇÃO	EXTENSÃO km	ESTADOS
EFLB..........	Viação Férrea Federal Leste Brasileiro...	RFFSA.........	2.469	BA-SE
EFVM..........	Estrada de Ferro Vitória-Minas............	Particular......	631	MG-ES
EFFL..........	Estrada de Ferro Leopoldina..............	RFFSA.........	2.551	RJ-MG-ES-GB
EFCB..........	Estrada de Ferro Central do Brasil (1)....	RFFSA.........	3.005	MG-RJ-GB

(1) 1391 km em bitola de 1,60m.

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)

A rêde ferroviária regional torna-se mais densa à medida em que se aproxima do limite sul.

A extensão da rêde ferroviária na região, cêrca de 13.000 km, corresponde a 39% da do Brasil, e desenvolve-se em bitola de 1,00m.

É tracionada por 32 locomotivas elétricas, 372 locomotivas diesel e 73 locomotivas a vapor. Nestes dados só estão computadas as locomotivas da RFFSA.

O sistema ferroviário liga os centros produtores aos grandes mercados de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte e aos portos de escoamento regionais: Tubarão, Vitória, Rio de Janeiro e Angra dos Reis.

(2) Rodoviário

Uma importante rêde rodoviária serve à Região Leste, tendo por centro a cidade do Rio de Janeiro. As principais rodovias são: Rio-São Paulo, Rio-Belo Horizonte, São Paulo-Belo Horizonte, Belo Horizonte-Brasília, Rio-Vitória.

Está pavimentada a Rio-Bahia, até Salvador, numa extensão de 1.878 km. Na parte norte cumpre destacar a Transnordestina, que ligará Salvador-Fortaleza.

A rêde rodoviária estendia-se por cêrca de 245.732 km. e estava distribuída irregularmente pelas diferentes unidades da federação a 1º de julho de 1968 conforme demonstra o quadro:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	FEDERAL (até 1.º Jul. 68) km			ESTADUAL (até 31 Dez. 67) km			MUNICIPAL (até 31 Dez. 67) km			TOTAL GERAL km	FEDERAL (previsto) de 1-7-68 a 31-12-70 km	
	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO	TOTAL	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO	TOTAL	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO	TOTAL		NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO
Sergipe	214	181	395	1.248	38	1.286	2.022	0	2.022	3.703	0	20
Bahia	2.525	1.012	3.537	4.843	1.212	6.055	53.884	16	53.900	63.492	994	289
Minas Gerais	1.530	3.863	5.393	14.087	1.420	15.507	123.886	73	123.959	144.859	531	1.153
Espírito Santo	514	284	798	3.136	152	3.288	11.917	0	11.917	16.003	117	293
Rio de Janeiro	202	1.052	1.254	3.052	1.268	4.320	11.000	0	11.000	16.574	193	300
Guanabara	0	95	95	443	563	1.006	0	0	0	1.101	8	8
REGIÃO	4.985	6.487	11.472	26.809	4.653	31.462	202.709	89	202.798	245.732	1.843	2.063
BRASIL	24.331	15.639	39.970	88.026	17.167	105.193	758.133	405	758.538	903.701	8.788	6.603

Fonte: Ministério dos Transportes

A rêde rodoviária da Região cresceu 75% entre 1º Jan. 64 e 1º Jul. 68, isto é, cresceu de 142.530 km para 245.732 km.

b. Aquátil

(1) Navegação marítima

A região oferece ao Atlântico uma extensa costa, onde são numerosos os ancoradouros naturais. Daí a importância da navegação marítima, quer de cabotagem, quer de longo curso, feita pelas companhias privadas de navegação, pelo Loide Brasileiro ou por companhias estrangeiras.

Tendo à frente o pôrto do Rio de Janeiro, destacam-se ainda os portos de: Salvador, Vitória, Ilhéus, Tubarão e Angra dos Reis.

(2) Fluvial

Os rios que oferecem navegabilidade na Região Leste são: São Francisco, Doce e Paraíba do Sul.

A navegabilidade do São Francisco é um dos fatôres da importância do vale. Apesar de ser um rio de planalto, apresenta (5) cinco seções navegáveis, sendo mais regular e navegado o trecho entre Pirapora e Juàzeiro. A navegação no São Francisco foi iniciada em 1865 e seu estado atual é bastante ativo. Percorrem-no pequenos vapôres ou gaiolas para transporte de gado.

Ao lado da navegação a vapor, sobrevive o tráfego a vela e a vara.

As barcas utilizadas são de diversos tipos, de acôrdo com o trecho de navegação. Utilizam-se ainda paquetes, embarcações a vela, e são abundantes as balsas.

No rio Doce encontra-se o tráfego de sumacas, balsas e barcaças, bastante intenso; também é navegável a lagoa Juparanã, ligada a êste rio. O Paraíba do Sul, navegável em pequeno trecho, é singrado por pequenas embarcaçoes.

c. Aéreo

A navegação aérea é amplamente desenvolvida na Região Leste, apresentando uma amplitude cada vez maior, graças principalmente à cidade do Rio de Janeiro. Esta é o centro de uma vasta rêde aérea que a liga com vários pontos das diferentes regiões brasileiras. São as seguintes as principais companhias:

— Cruzeiro do Sul, VASP, VARIG, Sadia e Paraense.

V — FATÔRES POLÍTICOS

1. Evolução do Número de Municípios

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	1963	1965	1.º SETEMBRO 1968
Sergipe	73	76	76
Bahia	336	335	336
Minas Gerais	722	721	722
Espírito Santo	53	53	53
Rio de Janeiro	63	63	63
Guanabara	1	1	1
REGIÃO	1.248	1.249	1.251
BRASIL	4.235	3.956	3.972

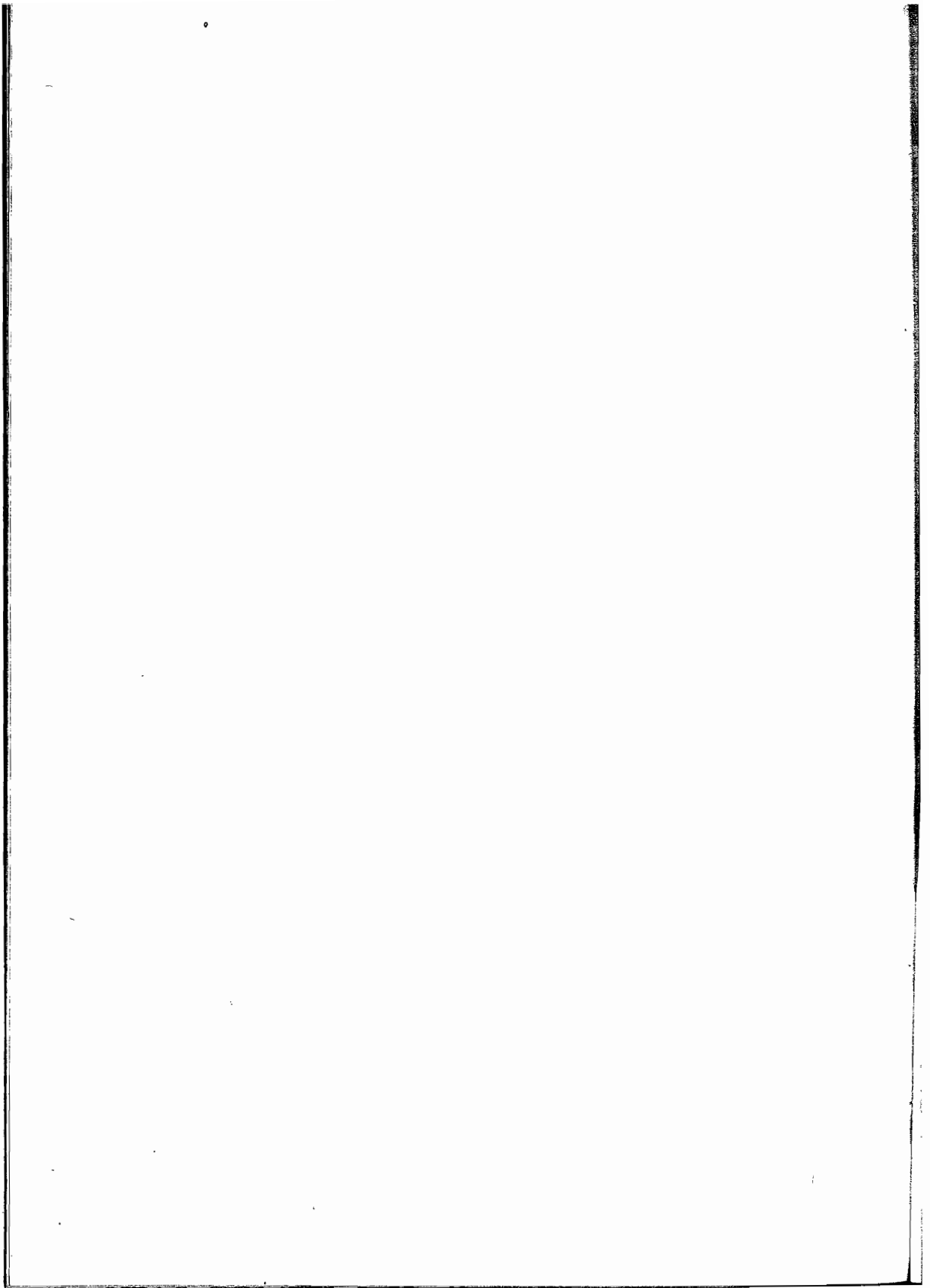
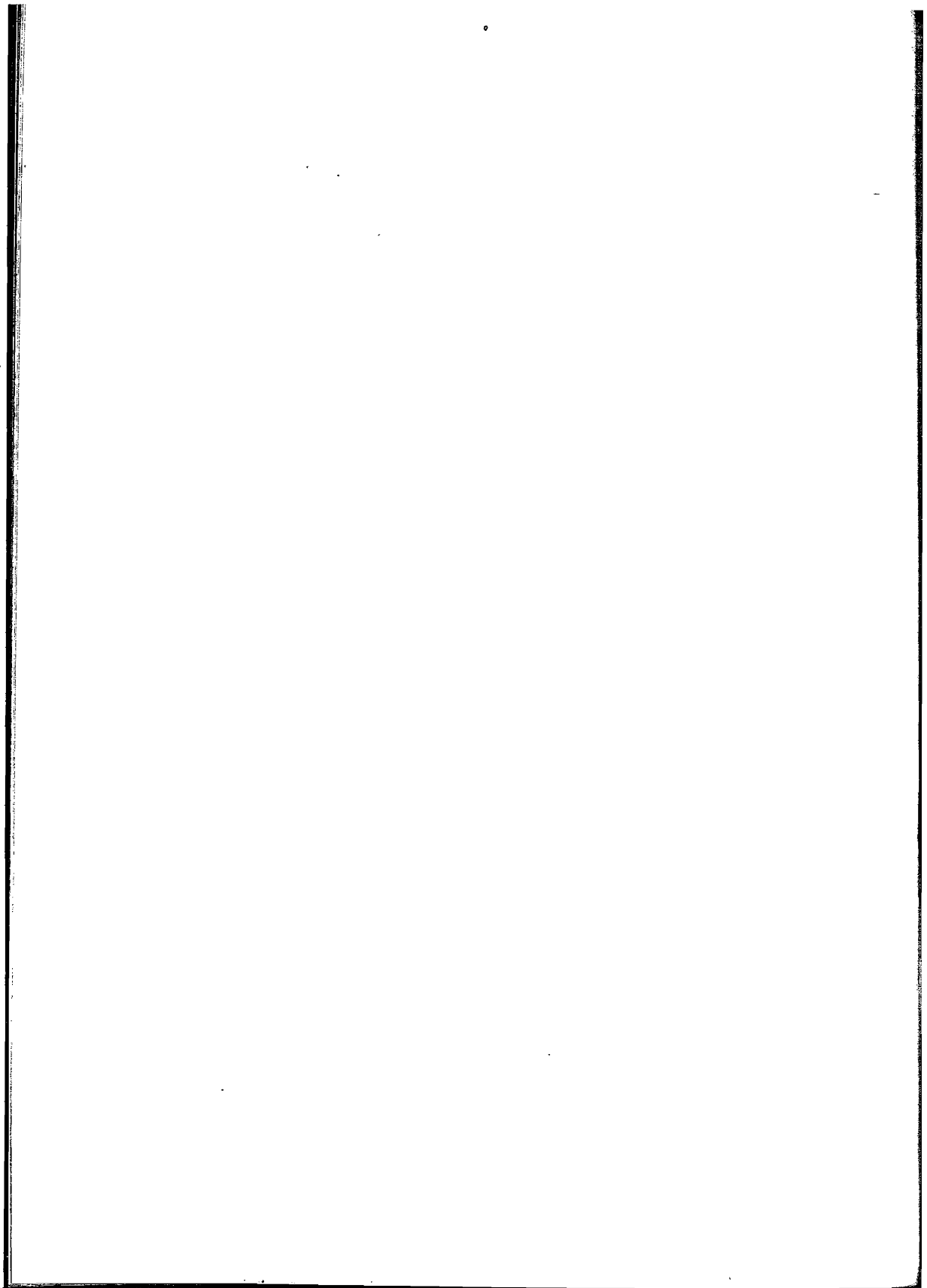
Fonte. Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)

A Região Leste tem 1.251 municípios representando 32% do total nacional; foi a Região Fisiográfica que menor evolução sofreu neste período.

2. Representação Política

O quadro mostra como evoluiu a situação política e eleitoral da área.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	REPRESENTAÇÃO POLÍTICA 1968				ELEITORES INSCRITOS		VARIAÇÃO %
	SENADOR		DEPUTADO				
	ARENA	MDB	ARENA	MDB	1960	1968	
Sergipe	3	—	6	1	150.095	210.758	40.41
Bahia	1	2	25	6	943.317	1.400.632	48,47
Minas Gerais	2	1	37	11	2.151.283	3.112.840	44,69
Espírito Santo	3	—	6	2	235.056	413.645	75,97
Rio de Janeiro	2	1	10	11	827.338	1.336.837	61,58
Guanabara	1	2	6	15	1.099.490	1.564.770	42,31
REGIÃO	12	6	90	46	5.406.579	8.039.482	48,69
BRASIL	47	19	274	140	15.618.340	23.385.300	49,72

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

REGIÃO CENTRO-OESTE

GRANDE REGIÃO CENTRO-OESTE

I — CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

1. Definição da área

Compreende os Estados de Goiás, Mato Grosso e o Distrito Federal no ponto de vista político administrativo. Sob um critério geográfico, devem ser incluídos nessa área o sudeste do Pará, o sul do Maranhão, o sudoeste do Piauí, a vertente da margem esquerda do rio São Francisco e o Triângulo Mineiro. De outro lado, o noroeste de Mato Grosso, com sua densa floresta amazônica, pertence à Região Norte.

2. Superfície

1.879.455 km², correspondente a 22,08% da do Brasil. A área do Estado de Mato Grosso corresponde a 66,83% da Região e a do Estado de Goiás a 32,67%.

3. População

Em 1950, a população era de 1.736.965, correspondente a 3,34% da do Brasil e uma densidade de 0,93 hab/km². A população do Estado de Mato Grosso correspondia a 30,05% da Região e a do Estado de Goiás a 69,95%.

Em 1960 a população recenseada foi de 3.006.866 hab., correspondendo a 4% da do Brasil e a 1,6 hab/km².

4. Forma

Tem a forma de um presunto com a ponta para baixo e situa-se no centro do continente, entre os 4º e 24º da latitude sul.

5. Posição

Limita-se ao norte com os Estados do Piauí, Maranhão e Amazonas, ao sul com o Estado do Paraná e o Paraguai; a este com os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia; e a oeste com o Paraguai e a Bolívia.

Sua posição é centro-mediterrânea. Está quase igualmente afastada dos portos situados no oceano Atlântico e no Pacífico, havendo porém mais facilidade de ligação com o primeiro, do que com o segundo.

A parte sul da região sofre a atração do estuário do Prata e a norte, a da grande calha do Amazonas. Não tem fronteira marítima.

6. Apreciação

É a segunda região do País em extensão territorial e segunda menos habitada. As áreas de maior densidade demográfica encontram-se a sudoeste de Goiás e Alto Paranaíba, havendo outras em tôrno de Cuiabá, Corumbá e Campo Grande. Êsses pequenos centros de população rural, muito separados entre si, são verdadeiras ilhas no meio da vastidão das terras despovoadas.

Na região predominam os relêvos suaves das grandes chapadas, cobertas por uma vegetação de campos cerrados, havendo boas condições de circulação.

A maior parte do Planalto Central Brasileiro, sôbre o qual repousa a unidade estrutural da Geografia brasileira, se encontra na região. Chega-se ao Planalto de tôdas as direções, e através dêle se faz a ligação com o Pacífico, passando pelo Maciço Boliviano. A grande transversal Santos-Corumbá — Arica recebe tôdas as ligações que vêm do sul e constituir-se-á em futuro próximo na grande linha de partida para a conquista definitiva do vale amazônico.

Nessa região se desenvolve grande parte da fronteira terrestre do Brasil. A vitalidade dessa fronteira é relativamente pequena, mas nela se localizam alguns pontos de fricção que poderão comunicar-lhe, de um momento para o outro, grande importância militar. Um nôvo e importante fato abriu imensas perspectivas ao desenvolvimento e progresso da região: a mudanca da Capital da República para o Planalto Goiano.

II — FATÔRES FISIOGRÁFICOS

1. Geologia

A formação geológica predominante em tôda a região é a de arenitos cretáceos, triássicos, entremeados com rochas eruptivas basálticas. Em muitos trechos desapareceu o capeamento sedimentar, aflorando o embasamento cristalino. Há algumas faixas algonquianas em Goiás e outras circundando a baixada paraguaia.

2. Relêvo

Seu relêvo é modesto, sendo constituído, sobretudo, por uma série de planaltos, fracamente ondulados, onde a erosão fluvial cavou sulcos profundos, dando origem a escarpas íngremes O conjunto dêste relêvo forma o chamado maciço central, cujo nó orográfico é a serra dos Pirineus. Ê o maior centro de dispersão de águas do Brasil (Amazonas, Prata, São Francisco).

É neste Maciço Central que se encontra o centro geográfico do Brasil, razão pela qual as nossas Constituições republicanas determinavam a mudança da capital do País para tal lugar, o que foi realizado em 21 de abril de 1960.

O Planalto Central que abarca tôda a extensa área situada a oeste do vale médio e superior do São Francisco tem seus limites setentrionais em contato com a planície amazônica, seus limites ocidentais envolvem pelo N, L e SE o Pantanal Mato-Grossense e sua ramificação mais ocidental defronta-se com os plissamentos da Cordilheira dos Andes.

As chapadas sedimentares são tipicamente tabulares e os planaltos cristalinos fortemente peneplanizados. O Pantanal Mato-Grossense é uma extensa planície inundável na época das chuvas.

3. Hidrografia

A região é drenada por duas grandes bacias: a do Prata e a do Amazonas.

Pertencem à bacia platina o Paraguai e o Paraná com os seus dois formadores: o Paranaíba e o Grande; à amazônica, o Guaporé, o Tapajós, o Xingu e o Tocantins-Araguaia.

O rio Paraguai é de planície, possuindo declive muito suave; a nota característica do rio Paraguai é a presença de suas lagoas marginais, a êle ligadas por canais. Êssses canais que ligam as lagoas de várzea ao rio Amazonas são denominados de furos; os que ligam as baías ao rio Paraguai, chamam-se corixas.

As lagoas recebem o nome de baías e funcionam também como reservatórios reguladores das cheias do Paraguai. As principais são: Baía Negra, Mandioré, Cáceres, Gaíba, Uberaba, etc., tôdas alinhadas ao longo da fronteira boliviana.

4. Clima

O clima da Região Centro-Oeste é quente, do tipo tropical, com temperaturas médias anuais que oscilam entre 21º e 26º,

possuindo duas estações: uma sêca e fria, outra chuvosa e quente, de maior ou menor intensidade de duração. A precipitação média anual é de 1,25m.

5. **Vegetação**

A paisagem florística da região é dominada ao N. pelas florestas equatoriais pertencentes à Hiléia Amazônica. Os babaçuais caracterizam a transição entre a floresta densa, os campos cerrados, entremeados dos matos de encosta.

Os campos cedem lugar às campinas do sul de Mato Grosso e ao complexo Pantanal Mato-Grossense composto de flora variada onde se encontram florestas do tipo amazônico, matas de encosta, palmeiras, cerrados, campinas, matas de beirario, vegetação de alagados. Pantanal não é sinônimo de brejo, é terreno firme e duro, baixo e plano, sujeito em parte às inundações periódicas do Paraguai. É região rica, muito propícia à criação de gado.

6. **Faixa de Fronteira**

Só o Estado de Mato Grosso tem fronteiras internacionais, com o Paraguai, 1.131 km e com a Bolívia, 1.166 km.

7. **Apreciação**

O clima em geral caracteriza-se por duas estações: uma sêca e fria, outra chuvosa e quente, de maior ou menor duração. Os solos pobres com uma vegetação de cerrados atraiu o homem para a criação de gado. O relêvo da região propicia a circulação, que se beneficia também de muitos rios navegáveis.

A área pode ser dividida em três grandes sub-regiões naturais:

— O Pantanal Mato-Grossense, zona característica do vale do rio Paraguai, com aspecto campestre de matizes variados. Nela aparecem vegetação dos alagados, matas de encosta, palmeiras, matas ciliares e ocorrência de florestas de tipo amazônico. O terreno é plano, firme, consistente e sujeito a inundações periódicas, sendo muito propício à criação do gado pantaneiro.

— A vertente da margem direita do rio Paraná, grande planalto de 600m.

— Chapadões Centrais com altitudes médias de 300 a 500 metros, descambando suavemente para o norte até o parelelo 11º

de latitude sul. O Instituto Brasileiro de Geografia divide a área na seguintes regiões: Meio Norte, Chapadões, Peneplano do Alto Paranaíba, Planalto Central, Encosta Oriental do Planalto Central, Araguaia-Tocantins, Vertente Ocidental do Paraná e Baixada do Paraguai.

Abrange as Estados de Mato Grosso e Goiás e estende-se por similitude, ao Território de Rondônia. Compreende uma região de campinas naturais, o complexo do pantanal e algumas intrusões de cocais. Apresenta a predominância florística de campos cerrados, incluindo todo o Planalto Central.

III — FATÔRES PSICOSSOCIAIS

1. Antecedentes

Parte do Território foi inicialmente colonizado pelos jesuitas, que se estabeleceram entre o Miranda e o Apa. Depois foi palmilhado pelos bandeirantes que, embora não deixassem senão embriões de povoamento, estimularam o espírito pioneiro de cunho colonizador.

Foi a corrida para as minas de ouro que proporcionaram o nascimento das primeiras povoações e o advento da organização político-administrativa com a criação das capitanias de Mato Grosso e de Goiás. Vila Velha e Vila Boa (mais tarde Capital de Goiás) foram os marcos iniciais do poder público. Mais tarde vieram os portos portuguêses nos rios Paraguai e Madeira, bem como as fôrças militares, instaladas em algumas fortificações.

Mas, as distâncias que as dificuldades de transporte extremavam, quase anulavam êsses centros de vigilância e fiscalização do Poder Público. Dessa forma, os dissídios e as disputas pessoais, em grande parte da área, passaram a ser resolvidas por lei mais expedita — o rifle 44.

Com a República, nasceu um bandeirismo de tipo diferente que acaba de ter sua grande consagração, com a mudança da Capital da República para o Planalto Goiano. O objetivo era integrar aquela grande área no espaço econômico do País e na comunidade nacional. O estabelecimento de linhas telegráficas foi entregue a Gomes Carneiro, e um, então, jovem Capitão Cândido Mariano da Silva Rondon foi incumbido de desbravar grandes tratos de área e de pacificar os indígenas.

O cunho fundamental da área é o de convergência de elementos próprios e a de várias culturas regionais do País. Estas

se vão adaptando, com grande rapidez, crescendo ao influxo de influências locais. Aquelas miniaturas de frentes pioneiras agrícolas, assentadas pelo vaqueiro como base de subsistência, uma vez conseguida a segurança para os rebanhos, vão-se ampliando, não apenas no vulto, mas em fundamentação tecnológica.

Como exemplo disso, referimos a transferência de morada, a longo prazo, do Rio Grande do Sul, para o sul de Mato Grosso. O emigrante não dispõe de meios para realizar a mudança de uma só vez. Por isso, pára ao longo do caminho, instala-se com a família, cultiva sua roça para viver e recolher meios para nova etapa.

Depois torna a andar até o local definitivo.

Os pastoreio, na região do Pantanal, foi influenciado pelo tipo gaúcho, reminiscência, talvez, do espanhol. Há, entretanto, certas variantes locais, como o uso do boi-cavalo no Baixo Pantanal, por ocasião das inundações. A dieta segue o padrão gaúcho nas regiões pastoris: churrasco e mate, êste levado frio para ser consumido nas viagens (tereré). Nas áreas cortadas pelas ferrovias e rodovias, aparece a influência mineira e paulista.

A economia extrativa do tipo coleta compreende a extração do látex da seringueira, da madeira e de ervas medicinais. É realizada por processos rotineiros e antiquados. Em tôrno dos garimpos de ouro e diamantes, nasceram pequenas vilas características.

A cultura do café e dos cereais, sobretudo a do arroz, ocupa a maioria das lavouras e nela se iniciaram os japonêses que foram encaminhados para a área.

A nova Capital, canalizando para a região as atençoes políticas, econômicas e assistenciais do Govêrno, dar-lhe-á, por certo, nova vida. Um raio de esperança cai sôbre a paisagem humana da área e a terra se abre generosa para acolhê-lo e fecundá-lo no seu seio virgem. Dela, do trabalho fecundo dos homens, resultarão, por certo, melhores condições de vida e melhores padrões de cultura.

2. Estudo da População

As populações da área são originárias de quatro correntes diferentes de povoamento: grupos indígenas ainda isolados dos brancos; o povoamento mestiço derivado de pesquisadores de ouro e pedras preciosas, saídos de São Paulo ou dos campos de Minas Gerais; os construtores de Brasília e grandes vias de

acesso para a capital; e o movimento que se iniciou há pouco tempo para a localização de grupos europeus e asiáticos nos planaltos da região.

Os indígenas foram atraídos pelos povoadores com mais facilidade porque não se tratava apenas do trabalho agrícola. O índio sempre colaborou bem nos trabalhos das bandeiras. Assim entraram na mestiçagem com os cablocos, já produto do cruzamento de português, negros e outros índios. As tribos que evitaram os contatos com os conquistadores vivem atualmente com tendência ao desaparecimento. Isto por desajustamento (quando descendentes de tribos do litoral rechaçados para o oeste), pelas doenças levadas pelos estranhos ou pela insalubridade da terra para onde foram tocados. Os caboclos de São Paulo, Minas, Bahia, etc., que foram povoar a região Centro-Oeste, levaram a cultura do branco naquilo que já estava sedimentado pelo Brasil afora. Permitiram com isso que a região Centro-Oeste, tendo fisicamente grande influência indígena, pudesse apresentar os elementos culturais comuns às demais regiões.

A construção de Brasília atraiu, inicialmente, grandes efetivos de nordestinos para o sul de Goiás ou para as grandes rodovias que se abriram. O panorama humano foi completamente modificado, mas estas mutações continuam e agora com a consolidação do nôvo Distrito Federal, certamente a elite política nacional influirá decisivamente no povoamento da área.

Recentemente, um movimento de esclarecimento quanto ao clima dos planaltos da Região Centro-Oeste vem abrindo possibilidades à penetração de grupos europeus. É a corrente mais branca chegando por último. Ainda é cedo para a previsão do futuro dessas penetrações.

Também é a atividade econômica que diversifica os tipos regionais: o vaqueiro dos campos da Bacia do Paraguai, o ervateiro, os garimpeiros e faiscadores, os madeireiros, os coletadores de plantas medicinais, os agricultores, etc.

Há um grande desequilíbrio entre a área e a população da Região. Goiás, embora menor do que Mato Grosso, possui uma densidade relativamente maior, mas, ainda, baixa em relação a outras áreas do País.

As maiores concentrações da população estão correlacionadas com a fertilidade dos solos, as ocorrências de matas e as vias de transporte. Condicionados pela ocorrência de matas, há fortes núcleos humanos: em Mato Grosso e Goiás, cujos solos férteis se assemelham aos de terra roxa de São Paulo; no vale

e nas encostas dos rios Paranaíba e Grande, em que a presença da mata está relacionada com o diabásico do sul de Mato Grosso, estabeleceram-se as colônias agrícolas de Dourados e Terrenos.

As vias de transporte possibilitam a formação de densos núcleos de população na região da Mata da Corda, de Uberlândia, Anápolis e Campo Grande.

Brasília não só se transformou, ràpidamente, na cidade mais populosa da área, como também atraiu para as cidades satélites grandes efetivos que pressionam o progresso adjacente.

O quadro de distribuição da população mostra como vivem os habitantes do Oeste:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA TERRESTRE	POPULAÇÃO RECENSEADA 1960			ESTIMATIVA (1969)	
	Km²	TOTAL	% URBANA	DENSIDADE	POPULAÇÃO	DENSIDADE
Mato Grosso	1.231.549	910.262	39,9	0,74	1.439.000	1,16
Goiás	642.042	1.954.862	30,6	3,04	2.854.000	4,44
Distrito Federal	5.814	89.698	63,6	24,38	421.000	72,58
REGIÃO	1.879.455	3.006.866	35,0	1,60	4.714.000	2,50
BRASIL	8.511.965	70.967.185	45,2	8,38	92.282.000	10,83

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE).

3. Condições de Saúde

a. Nutrição

A Região Centro-Oeste possui várias subáreas alimentares bastante diversificadas. Apresenta, no entanto, como característica geral, o grande consumo de feijão, acompanhado de arroz, farinha de mandioca ou farinha de milho, especialmente nas áreas de maior influência mineira.

Nessa área em que domina a criação de gado, há o consumo de carne fresca, especialmente nas cidades maiores, ou carne-de-sol. O leite, todavia, quase não entra na dieta dessas populações pois o desenvolvimento da criação do zebu acarretou uma redução no consumo do leite, reservado quase todo às crias de raça.

A rapadura também tem uma parte importante na alimentação dessas populações.

Deve-se notar ainda, quanto à alimentação na região Centro-Oeste, a influência da dieta mais variada do Estado de São Paulo, influência que se faz sentir especialmente nas cidades e vilas do Sul e do Sudeste de Goiás e em Mato Grosso, até Campo Grande, onde há um consumo maior de leite, manteiga e, em particular, verduras e frutas, respectivamente ricas em ferro e cálcio, vitamina A e boas fontes de vitamina B.

A insuficiência de recursos é responsável pela incidência de malária; alta prevalência de bócio endêmico e de lepra; ocorrência de febre amarela silvestre; ampla disseminação da doença de chagas, principalmente em Goiás.

b. Padrões

O quadro abaixo mostra os principais índices a respeito das populações da área:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	NATALIDADE POR 1.000 HAB.	MORTALIDADE POR 1.000 HAB. (1)	VIDA MÉDIA (anos)	RENDA PER CAPITA (3)		
				1950 NCr$	1960 NCr$	1965 NCr$
Mato Grosso	43	7.8	36,3	2,99	21,4	242,1
Goiás	45	16,6	40,1	2,25	14,1	199,4
Distrito Federal	—	11,2	—	—	—	337,0
REGIÃO	44,0	—	56,5 (2)	2,47	17,7	259,5
BRASIL	42,8	—	54,8	4,13	27,5	309,3

(1) Dados da Capital. Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)
(2) Dados de 1964 (EPEA)
(3) Dados da (FGV)

4. Condições de Instrução

A vida cultural era menos ativa do que em qualquer outra das regiões, entretanto, com o advento de Brasília, acredita-se que esta situação já esteja modificada.

Pelo quadro abaixo, verificamos a situação escolar da região:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	% ESCOLARIZAÇÃO 7 A 14 ANOS (31-10-64)	% ALFABETIZADO 10 ANOS E MAIS (1950)	MATRÍCULA EFETIVA (Início do ano)							
			PRIMÁRIO (2)	GINASIAL (2)	COMERCIAL (2)	INDUSTRIAL (1)	AGRÍCOLA (1)	NORMAL (1)	COLEGIAL 2()	SUPERIOR (3)
Mato Grosso	64,4	51,3	146.209	22.447	2.550	273	122	1.705	5.624	1.226
Goiás	78,9	33	360.852	49.817	9.419	1.168	127	5.638	12.571	4.579
Distrito Federal	79,2	—	46.040	17.151	1.402	2.483	268	919	6.378	2.621
REGIÃO	73,8	42,1	553.101	88.915	13.371	3.924	517	8.262	24.573	8.426
BRASIL	66,3	60,5	11.182.746	2.126.033	306.308	91.621	14.410	265.626	690.407	258.303

Fonte:

(1) Dados 1966 — Anuário Estatístico do Brasil 1967 (IBGE)
(2) Dados 1967 — Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)
(3) Dados 1968 — Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)

O jornalismo, a radiofifusão, a televisão, as bibliotecas. os institutos históricos-geográficos etc. são outras manifestações culturais do oeste.

5. Apreciação

No Centro-Oeste, o indígena foi o elemento humano predominante na miscigenação. A parte cultural foi sobrepujada pelos mestiços que levaram de outras regiões os costumes já adotados pelo povo brasileiro. A tendência é para uma diminuição progressiva de indígenas e maior clareamento pela infiltração de brancos e mestiços mais claros, ocorrida ùltimamente.

Há uma marcante irregularidade na distribuição da população pela imensa área geográfica. A população rural corresponde a 2/3 do total. A densidade é muito fraca, apesar do grande incentivo dos últimos anos.

IV — FATÔRES ECONÔMICOS

1. Indústria Extrativa Vegetal

Borracha — É a mais importante atividade extrativa e se constitui numa das bases fundamentais da economia de Mato Grosso. A "Hevea Brasiliensis" é encontrada em grande quantidade na mata amazônica, ao norte de Mato Grosso e nas matas ciliares dos afluentes e subafluentes do rio Amazonas.

As condições favoráveis do meio físico possibilitaram que a indústria extrativa da borracha atingisse, algumas vêzes, estágio superior ao encontrado no Amazonas, tendo como conseqüência uma produção volumosa e melhor. Tôdas as variedades da Hevea são encontradas em Mato Grosso.

Quebracho — É explorado na área do Pantanal que se acha em contato com a Serra da Bodoquena. A indústria do tanino é explorada por duas companhias: A Floresta Brasileira S.A. e a Quebracho Brasileira S.A.

Tôda a produção se destina aos mercados do Rio de Janeiro e de São Paulo. O transporte é feito de Pôrto Murtinho (onde estão as usinas) para Pôrto Esperança por via fluvial e daí pela NOB.

Erva-Mate — Existe na região sul do Estado de Mato Grosso, nos municípios de Amambaí, Ivenheíma e Ponta Porã, sendo êste o maior produtor. O trabalho de coleta e preparo da erva é feito, quase todo, por paraguaios, usando métodos rotineiros e destrutivos. O desmatamento dos ervais nativos e a

poda excessiva tem sacrificado os ervais, pois a restauração, após as colheitas, se torna cada vez mais demorada, tendo desaparecido alguns ervais.

Babaçu — A exploração dos cocais está sendo feita ao norte de Goiás, no município de Tocantinópolis e no sul do Maranhão. A quebra do coquilho para extração de amêndoa, que representa apenas 10% do seu pêso, constitui séria dificuldade. O beneficiamento no local da coleta é difícil e o transporte do coquilho, para os locais onde se pode fazer o beneficiamento com maior rendimento, encarece a produção. O aproveitamento do coquilho, como combustível, depois de retirada a amêndoa, solucionaria, talvez, o problema, mas ainda não se firmou uma opinião sôbre as possibilidades de seu emprêgo.

Poaia ou ipecacuanha — Produz a ementina, um alcalóide de grande emprêgo medicinal. A mata de poaia forma um grande arco, voltado para o rio Guaporé. É densa e úmida, e o número de plantas varia muito. Em geral, colhe-se um quilo de raizes por ha. A produção do Estado de Mato Grosso em 1966 correspondeu a 37% do total nacional.

2. Indústria Extrativa Mineral

a. Cristal de Rocha

É explorado em todo sudeste de Goiás, particularmente nos garimpos dos municípios de Cristalina Cavalcante, oeste do rio Tocantins. De modo geral, num garimpo, encontra-se o veio de quartzo, coberto por terra vermelha ou amarelada.

A Prefeitura local concede áreas, onde o garimpeiro pode trabalhar, ou particulares arrendam os garimpos por uma importância anual, recebendo além disso 2% do cristal retirado.

Os garimpeiros abrem poços rasos e procuram bôlsas de quartzo na base da camada de cascalho por meio de uma barra de de aço de 3 ou mais metros de comprimento, que enterram no solo para pesquisar o material duro. As inúmeras aplicações do quartzo na indústria garantem-lhe mercado compensador. O escoamento da produção é feito para o Rio de Janeiro e São Paulo.

b. Ouro

O ouro é encontrado nos aluviões. Não tem expressão econômica. Os garimpos mais ricos se localizam nos vales dos rios Guaporé, Arinos, Cuiabá e Teles Pires.

c. Diamantes

Os garimpos de diamantes são encontrados ao norte de Mato Grosso, em tôda a Bacia do Paraguai e afluentes e no alto Araguaia. A garimpagem é de tipo monchão, isto é, o serviço de bateia de cascalho aluvional, onde se encontra o diamante, é feito em terreno firme. A exploração e o comércio de diamantes são incertos e não trazem benefícios à região. A mão-de-obra é nômade.

d. Ferro e Manganês

Estão em exploração desde a Primeira Guerra Mundial. No início da Segunda Guerra Mundial, as minas foram arrendadas à Companhia Brasileira de Mineração, subsidiária da US Steel Company. O manganês é de alto teor. As jazidas de manganês, em Urucum, têm sua capacidade estimada em 32 milhões de toneladas, mais possante do que tôdas as de Minas Gerais. As jazidas de ferro são estimadas em 45 milhões de toneladas, com alto teor de sílica, fator desfavorável.

Uma usina siderúrgica montada em Corumbá, de propriedade da Sociedade Brasileira de Siderurgia "Irmãos Chamma), utiliza os minerais num alto forno de carvão vegetal. A produção, em 1966, foi de 19.171 toneladas de ferro gusa.

e. Rutilo, Cobalto, Níquel

São encontrados a sudoeste de Goiás. As maiores jazidas de níquel do Brasil são encontradas em Niquelândia.

3. **Agropecuária, Caça e Pesca**

a. Produção Agrícola

A agricultura é feita por processos rotineiros, sendo muito utilizada a queimada, acusando porém muito progresso nos últimos anos. Os produtos mais explorados são os de ciclo vegetativo rápido, como o milho, o arroz, o feijão, por influência do clima, marcado por duas estações nítidas a sêca e a chuvosa.

Em Mato Grosso de Goiás, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás produz arroz, milho, feijão e café.

No sul de Mato Grosso encontram-se a colônia Terenos, no município de Terenos, e a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, no município dêsse nome.

Na primeira se produz, particularmetne, arroz e na segunda café, arroz, amendoim, cana-de-açúcar, comerciados na própria área e secundàriamente em Campo Grande e São Paulo. Numerosos sitiantes japonêses têm sido encaminhados para a região, vindos de São Paulo.

Ao norte de Mato Grosso, norte e nordeste de Goiás, a agricultura tem caráter de subsistência e baseia-se na produção de milho, mandioca, arroz e feijão.

No ano de 1967 os produtos mais produzidos na região foram:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ARROZ	AMENDOIM	CANA DE AÇÚCAR	FEIJÃO	MANDIOCA	MILHO
Mato Grosso	220.566	15.257	15.388	59.902	26.874	122.110
Goiás	767.719	1.158	38.721	133.360	74.5'0	412.509
Distrito Federal	1.450	38	105	1.500	990	2.250
REGIÃO	989.735	16.453	54.214	194.762	102.374	536.869
BRASIL	4.291.147	693.863	1.680.763	3.650.568	1.914.439	9.256.321

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)

b. Pecuária

A atividade pastoril é a mais antiga e importante da região, tanto no aspecto espaço, como no da renda. A criação é extensiva, feita à sôlta, sem preocupação do melhoramento dos rebanhos, graças aos imensos pastos naturais, constituídos por cerrados e campos limpos, cujo rendimento médio é de dois hectares por cabeça. Apenas no sul de Matto Grosso e no pantanal se procura selecionar os rebanhos.

O tipo de boi predominante na área é o mestiço de zebu, que se adaptou bem às condições, particularmente no Pantanal.

Distinguem-se na região três áreas criatórias importantes:

— A do Pantanal, mais importante, onde existem pastagens naturais de alta qualidade, com um rendimento de 1.000 reses por légua quadrada.

— A de Campos Limpos, cuja principal área se estende de Campo Grande a Ponta Porã, conhecida como Campos da Vacaria.

— A de Campos Cerrados, encontrada no sul e norte de Mato Grosso e norte de Goiás. Possui pastagens suportando 10 reses em 200 alqueires, que lhe dão pleno rendimento em comparação com outras áreas. É a de menor importância na Região.

Os rebanhos existentes na Região em 1966, tinham os seguintes efetivos e distribuição (em milhares de cabeças):

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	BOVINOS	EQUINOS	ASININOS	MUARES	SUÍNOS	OVINOS	CAPRINOS
Mato Grosso	11.127	579	14	99	2.413	276	130
Goiás	8.509	774	99	293	4.876	139	229
Distrito Federal	24	3	—	—	8	—	—
REGIÃO	19.660	1.356	113	392	7.297	415	359
BRASIL	90.153	9.082	2.873	4.760	61.728	22.102	13.957

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)

O bovino da região é quase todo destinado ao corte. Em Mato Grosso existem, no norte, as Charqueadas de Descalvados e a de Barranco Vermelho.

Em Pedro Afonso, no Estado de Goiás, existe a Charqueada de Goiânia Ltda. Quase tôda a produção de charque é consumida na própria região, havendo muito pouco excesso para a exportação.

Quase todo o gado da área norte de Goiás é exportado para Bahia, Piauí e Maranhão. Algum gado de Mato Grosso é exportado, por estrada de ferro, para São Paulo. Êsse transporte demora de 10 a 15 dias e é responsável pela perda de 24% do pêso do gado transportado.

Para evitar êsses prejuízos as tropas são conduzidas por terra para as invernadas em São Paulo e, só depois de refeitas, são abatidas.

Brasília proporciona um mercado em evolução para o gado de Goiás.

c. Caça

É na Região Centro-Oeste onde a atividade da caça encontra o maior desenvolvimento no Brasil, fruto naturalmente do meio

ambiente, pois os grandes espaços vazios proporcionam "habitat" às principais caças do continente.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ARIRANHA	CAPIVARA	GATO DO MATO	PORCO DO MATO	VEADO	JACARÉ	LAGARTO
Mato Grosso	930	61.701	2.987	46.074	7.020	154.732	—
Goiás	954	1.145	9.249	91.520	36.481	26.943	—
Distrito Federal	—	—	—	—	—	—	—
REGIÃO	1.884	62.846	12.236	137.594	43.501	181.675	—
BRASIL	4.594	102.114	135.667	687.795	355.084	757.902	1.284.359

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)

d. Pesca

É inexpressiva a atividade pesqueira do Centro-Oeste, apesar da piscosidade de seus inúmeros rios.

4. **Indústria**

a. Energia Elétrica

Dado de 1967:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POTENCIA INSTALADA		PRODUÇÃO 1.000 KWH	CONSUMO 1.000 KWH	INDICES KWH/hab/ano	
	KW	W/hab			PRODUÇÃO	CONSUMO
Mato Grosso	36.229	28,71	78.980	80.752	62,59	63,99
Goiás	14.788	5,71	29.283	164.963	12,32	63,80
Distrito Federal	29.860	85,90	88.785	122.239	255,43	351,68
REGIÃO	80.877	19,27	197,048	377.954	46,97	90,09
BRASIL	7.779.150	89,8	33.496.984	27.111.403	386,9	313,1

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)

Atualmente é a Grande Região pior suprida de energia, apesar de seu enorme potencial. As hidrelétricas de Cachoeira Dourada (produz 132 mw, instala mais 2 x 20 mw, cuja conclusão é esperada para 1970), Mimoso (8.000 kw), Casca III (4.200 kw, pronta em 1970), Paranoá (27.000 kw) e as termelétricas de Cuiabá, Corumbá, Campo Grande, Aquidauana e Rondonópolis, tôdas com 3.400 kw, começam a modificar o quadro energético regional que se completará com Urubupungá.

b. Indústria Siderúrgica

A Sociedade Brasileira de Siderurgia, localizada em Corumbá, com a produção de 19.000 toneladas de ferro gusa em 1966 é a primeira e única metalúrgica da Região.

c. Cimento

A Indústria Itaú, localizada também em Corumbá, projeta e representa o Oeste na produção nacional de cimento. Sua produção, em 1967, foi de 173.907 toneladas.

d. Indústria de Transformação

É a região fisiográfica brasileira onde menos desenvolvida está a indústria de transformação. Em 1967 pequenas indústrias trabalharam a madeira, a borracha, produziram alguns tecidos e alimentos (a carne com maior destaque), bebidas, sabões e essências.

O tanino é produzido por duas fábricas em Pôrto Murtinho e a produção foi avaliada em 1.000 ton/ano.

5. **Comércio**

É muito pouco desenvolvido. O comércio exterior é mais importante em Mato Grosso do que em Goiás. Em 1967, o Estado de Mato Grosso exportou 79.365 toneladas, no valor de 7,7 bilhões de cruzeiros novos, e importou 18,280 toneladas, no valor de 2.220 milhões de cruzeiros novos. Por Corumbá saíram e entraram mais da metade das importações e exportações, seguindo-se-lhe em importância Pôrto Esperança.

6. **Transporte e Comunicações**

Ainda é insuficiente a rêde de comunicações da Região. Entretanto, com a implantação do Plano Nacional de Telecomunicações, no qual todos os troncos de microondas se ligam a Brasília que já está ligada a Belo Horizonte e Rio de Janeiro por canal de radiofreqüência, teremos completado até 1970 as seguintes ligações importantes com a Capital Federal: Tronco Sul de Microondas (Pôrto Alegre, Blumenau, Curitiba, São Paulo), projeto terminado em 1968; Tronco de Microondas São Paulo-Brasília, devendo operar em fins de 1970; expansão do Tronco de Microondas Rio-Belo Horizonte-Brasília, devendo entrar em funcionamento em 1970; Tronco Nordeste de Microondas (Belo Horizonte, Governador Valadares, Salvador, Aracaju, Maceió, Recife), projeto terminado em junho de 1969; Tronco de Micro-

ondas Recife-Fortaleza (João Pessoa, Natal, Fortaleza), devendo operar em 1970; Tronco Oeste de Microondas (São Paulo, Campo Grande), devendo entrar em funcionamento em 1970; todos êstes troncos comportarão um máximo de 960 canais telefônicos por canal de radiofreqüência e servirão, também, à transmissão de televisão, telex, telégrafo e teleprocessamento de dados. Serão equipados com sistema de discagem a distância. O Tronco Rio-São Paulo comportará 1.800 canais telefônicos nas mesmas condições anteriores.

O Sistema Manaus-Belém-Brasília completará a ligação da Capital Federal com as capitais do norte com transmissão por Difração Troposférica com capacidade de 120 canais telefônicos e deverá operar também a partir de 1970.

a. Terrestre

(1) Ferroviário

A região possui 1.691 km de estradas de ferro, representando 0,8 km/1.000 km².

A região é servida pela Estrada de Ferro Goiás, que se une no Triângulo Mineiro, em Araguari, à Estrada de Ferro Mogiana. A linha-tronco Araguari-Goiânia mede 430km e o ramal de Anápolis, 478 km, com bitola de 1 metro. Acaba de ser construído o trecho Pires do Rio-Brasília, em bitola de 1,00m. Êste trecho permitirá, usando os trilhos da Mogiana, a ligação com São Paulo; usando os trilhos da EFCB, EFM e EFG a ligação Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Goiânia com Brasília.

A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil é a mais importante ligação ferroviária da região com a área Rio-Belo Horizonte-São Paulo. Parte de Bauru, onde se liga à CPEF e Sorocabana, e vai até Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, passando por Campo Grande, Pôrto Esperança e Corumbá.

(2) Rodoviário

A rêde rodoviária estendia-se a 1º de janeiro de 1968 por mais de 63 mil km e estava distribuída irregularmente pelo território, conforme demonstra o quadro:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	FEDERAL (até 1º jul. 68) km			ESTADUAL (até 31 dez, 67) km			MUNICIPAL (até 31 dez, 67) km			TOTAL GERAL	FEDERAL(previsto de 1-7-68 a 31-12-70 Km	
	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO	TOTAL	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO	TOTAL	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO	TOTAL	Km	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO
Mato Grosso	3.864	218	4.082	5.356	40	5.396	18.500	12	18.512	27.990	997	318
Goiás	2.768	587	3.355	11.385	291	11.676	20.000	0	20.000	35.031	758	421
Distrito Federal	98	156	254	397	0	397	0	0	0	651	0	0
REGIÃO	6.730	961	7.691	17.138	331	17.469	38.500	12	38.512	63.672	1.755	736
BRASIL	24.331	15.639	39.970	88.026	17.167	105.193	758.133	405	758.538	903.701	8.788	6.603

Fonte: Ministério dos Transportes

Os transportes rodoviários de Mato Grosso têm três regiões básicas de irradiação — Campo Grande é o nó rodoviário que controla tôda a circulação do sul de Mato Grosso, ou que se dirige ao Paraguai; Corumbá controla todo o tráfego do Pantanal e oriundo da Bolívia; Cuiabá e Rondonópolis têm grande importância para os transportes no norte do Estado e no tráfego para Rondônia.

Brasília, Anápolis e Goiânia dominam tôdas as rotas rodoviárias de Goiás.

b. Aquátil

A rêde hidrográfica da Região é a segunda do País, abrangendo cursos de água da Bacia Amazônica, Bacia Platina, Bacia do Parnaíba e do São Francisco. Os portos fluviais existentes são em número de 117, dos quais 98 estão em Mato Grosso, que conta com 5.000 km de rios navegáveis.

Na Bacia Platina, a navegação é feita de Cáceres até o rio Apa, com 1.300 km, destacando-se entre as companhias que aí operam o Serviço de Navegação do Prata e a Companhia Argentina de Navegação Ltda. Também se navega em navios de pequeno calado nos rios Jauru, Cuiabá, São Lourenço, Miranda e Taquari.

No rio Guaporé, a navegação tem início na cidade de Mato Grosso e se prologa até Guajará-Mirim, numa extensão de 1.417 km.

No rio Tocantins navega-se de Miracema do Norte (Goiás) a Marabá (Pará), passando por centros importantes, como Pedro Afonso, Carolina, Pôrto Franco e Imperatriz.

No rio Araguaia, a navegação é feita a partir de Barra das Garças e Araguacema. O rio Parnaíba é navegável a partir de Santa Filomena, e o rio São Francisco dispõe de um pôrto na região, a cidade de São Romão, abaixo de Pirapora; seus afluentes Paracatu, Urucuia e Grande são também navegáveis em pequena escala.

c. Aéreo

A navegação aérea é desenvolvida e tomou rápido impulso com a mudança da Capital. Várias linhas internacionais cortam o território da região em tôdas as direções. Há aeroportos importantes nas cidades de Brasília, Goiânia, Anápolis, Campo Grande e Corumbá.

V — FATÔRES POLÍTICOS

1. Evolução do Número de Municípios

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	1963	1965	1.º SETEMBRO 1968
Mato Grosso	81	84	84
Goiás	227	222	221
Distrito Federal	1	1	1
REGIÃO	309	307	306
BRASIL	4.235	3.956	3.972

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)

2. Representação Política

O quadro mostra a evolução, a situação política e eleitoral da área:

NI DADE DA FEDERAÇÃO	REPRESENTAÇÃO POLÍTICA 1968				ELEITORES INSCRITOS		VARIAÇÃO %
	SENADOR		DEPUTADO		1960	1968	
	ARENA	MDB	ARENA	MDB			
Mato Grosso	2	1	6	2	203.984	316.011	54,9
Goiás	1	2	5	13	407.667	649.355	59,28
Distrito Federal	—	—	—	—	23.564	88.707	276,45
REGIÃO	3	3	11	15	635.215	1.054.073	65,93
BRASIL	47	19	274	140	15.618.340	23.385.300	49,72

Fonte: Dados do Superior Tribunal Eleitoral

VI — CONCLUSÃO

O General FLAMARION BARRETO, ao estudar a mudança da capital, dizia em 1962 o que bem cabe como conclusão ao estudo da Região Centro-Oeste.

1. "A Nova Capital"

a. Localização

Situa-se a nova Capital no Planalto Central, que representa a estrutura física da unidade do Território Nacional, e na área

dispersora de águas das três grandes bacias hidrográficas: Amazonas, Prata e São Francisco. A área do atual Distrito Federal, por sua posição central, equidistante das fronteiras, terrestre e marítima, por estar na região natural de ligação entre as cinco grandes regiões naturais do território brasileiro, corresponde à "area cuore" do Brasil, cuja significação transcende o âmbito nacional para adquirir características da "Terra Central" da América do Sul, com tôdas as conseqüências a ela atribuídas pelos geopolíticos.

b. Influências Políticas

Desde o seu descobrimento, a vida do Brasil tem sido dirigida para o mar. Ainda hoje, na faixa litorânea, de 400 a 500 km de largo, concentram-se cêrca de 95% da população e 85% da potencialidade econômica. O interior, que corresponde a 75% do território, continua quase completamente desconhecido, com regiões ainda por desbravar. A sede do Govêrno localizada na orla marítima e mais voltada para o sul agravou o desequilíbrio existente entre o litoral e o interior. As áreas geo-econômicas mais favorecidas atraíram a quase totalidade da atenção governamental, em prejuízo de outras regiões. O desequilíbrio entre os Estados componentes da Federação é flagrante. Enquanto determinadas regiões atingiram um surto de progresso comparável aos mais adiantados centros mundiais, outras permaneceram ainda num estágio colonial. Conspira tal desequilíbrio contra a Unidade Nacional e constitui um imperativo de ordem política corrigir tal situação. As populações do interior dispersas, desamparadas e ressentidas do poder central poderiam constituir-se em uma fôrça desagregadora e comprometer essa Unidade Nacional. Um dos objetivos da interiorização da Capital era o desenvolvimento equilibrado da Nação.

O Govêrno se transplanta para junto das áreas do país que reclamam atualmente suas maiores atenções. As duas grandes "áreas-problemas", a Amazônia e o Nordeste, com a mudança da sede do Govêrno para o Planalto Central, poderão encontrar um forte incentivo para sua incorporação efetiva à unidade econômica do País. A ação governamental, fazendo sentir-se equânimemente em todo o território e com certo privilégio para regiões menos favorecidas, integrará na comunidade nacional a população do interior, elevando-lhe os níveis culturais e econômicos, fixando-a ao solo, fazendo-a enfim participar efetivamente da vida brasileira.

Por outro lado, os órgãos de poder da Nação, afastados das injunções e atrações dos grandes centros econômicos, que per-

turbam as diretrizes de uma política verdadeiramente nacional, terão em Brasília maior segurança, mais tranqüilidade e liberdade de ação, aliviando-se também de preocupações decorrentes dos problemas de uma grande cidade como o Rio de Janeiro.

O Distrito Federal, situando-se em posição mais próxima das fronteiras terrestres, dará ao govêrno central maiores facilidades para incentivar o desenvolvimento da faixa de fronteira, a fim de não só garantir a posse efetiva da periferia do território, como também impedir que influências, contrárias ao sentimento nacional, atraiam para outras órbitas a população fronteiriça. A nova Capital poderá exercer, por sua posição, uma influência favorável na vivificação de nossas fronteiras.

c. Influências de ordem econômica

Se a mudança da Capital para Brasília era uma exigência da Unidade Nacional, com mais forte razão era um imperativo de ordem econômica. Adquirirá, neste particular, a nova Capital, o caráter de uma frente pioneira de colonização. O interior, até hoje, não teve os estímulos econômicos que condicionaram o progresso de outras regiões do País. A ausência de vias de transporte tem entravado o aproveitamento de suas riquezas. A valorização econômica da Amazônia e da Bacia do São Francisco, apesar do que já se tem feito, ainda constitui problema, cuja solução tem desafiado a capacidade dos governantes. Estas duas áreas correspondem a cêrca de 60% do Território Nacional.

Com a interiorização da Capital, abrir-se-á no "hinterland" do País um nôvo centro desbravador e incentivador do progresso. A valorização das terras, a atração de novos contingentes populacionais, o aumento de capitais darão nova feição à economia daquelas áreas. A existência da Sede do Govêrno no interior está condicionada a um sistema de vias de transporte, ligando a Capital a tôdas as regiões do País. A rêde de transporte, já montada para atender às necessidades da administração, incorporará à economia nacional regiões de grande potencialidade econômica estimulando a produção, a circulação de riquezas e abrindo novos centros consumidores. O aproveitamento dos dois grandes troncos fluviais, o Tocantins e o São Francisco, e a valorização da Amazônia, com a abertura de uma frente pioneira oficial, contígua às bacias, tomará nôvo surto. As providências que os órgãos federais "in loco" poderão tomar na recuperação daquelas duas grandes bacias propiciarão uma valorização mais rápida que a verificada até aqui. Sob rigorosa fiscalização, impedir-se-á que interêsses políticos estranhos desvirtuem a verdadeira finalidade dos órgãos incumbidos da exe-

cução daquele planejamento. É de se esperar que a mudança da Capital atraia para o interior interêsses econômicos de vulto, dentro de algum tempo, ao contrário do verificado anteriormente, quando o govêrno central foi deslocado para o Rio de Janeiro. O Brasil então, harmônicamente desenvolvido, poderá irradiar, para onde se fizer necessário, do centro do continente, onde se concentrará o potencial da Nação, a influência de sua política, de sua economia e de sua cultura.

d. Influência da Mudança da Capital na Posição do Brasil no Prata

O deslocamento da Capital, para a nascente do principal formador do Prata, aproximará o poder político do Brasil das fronteiras com o Paraguai e a Bolívia. Atualmente, a Argentina é o País de maior influência na Bacia do Prata. A orientação das vias de transporte fêz da Argentina, ou melhor, de Buenos Aires, o centro de atração dos países ribeirinhos, Paraguai e Bolívia. A tradicional política brasileira tem-se manifestado, sempre, no sentido do estabelecimento, nesta parte do Continente, do equilíbrio político, e tem-se orientado para atenuar as influências unilaterais. A aproximação do centro político brasileiro das cabeceiras do Paraná virá vivificar essa tradicional política. A nova Capital, criando no interior da América do Sul, próximo aos países platinos, um nôvo foco de atração, propiciará um estreito intercâmbio político, econômico e cultural com aquêles povos, representando a abertura de novos mercados consumidores para seus produtos industriais, bem como acesso por linhas interiores às fontes de energia e matérias primas carentes em seu território e existentes no oriente boliviano.

O aumento da densidade demográfica — o desenvolvimento econômico e dos transportes na faixa fronteiriça poderão futuramente modificar as idéias atuais sôbre o planejamento da Segurança Nacional. Regiões hoje consideradas de nenhum valor militar poderão amanhã constituir-se em áreas de significação militar.

Brasília, situada na "Terra Central" do Continente, terá influência decisiva sôbre as áreas atlânticas dos países Hispano-Sul-Americanos, Bolívia, Paraguai e Peru, reforçando uma tradicional política de quase dois séculos, orientada para manter o equilíbrio político e econômico das Nações Sul-Americanas".

b. Ação Governamental

A 25 de abril de 1968, o Govêrno Federal criou a SUDECO (Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste), nos

moldes da SUDENE, sem contudo aplicar-se, no caso, o mecanismo dos incentivos fiscais. Com sede em Brasília e abrangendo os Estados de Mato Grosso — Goiás e Território de Rondônia terá, a nova Superintendência, relevante papel na integração do Centro-Oeste, como instrumento positivo para o deslocamento das fronteiras econômicas do País, no sentido de fazê-las coincidir, tanto quanto possível, com as linhas demarcatórias da soberania política nacional.

A ela caberá o desempenho de tarefas específicas e o cumprimento de missões que podem ser assim sintetizadas:

a) procurar conhecer de fato os recursos naturais da área, no sentido de aproveitá-los regionalmente e industrializá-los, mediante hábil e capaz política especial para aproveitamento dêsses recursos;

b) procurar exercer influência benéfica junto aos Estados e Municípios, no sentido de integrar suas despesas num sistema de planejamento regional amplo e integrado:

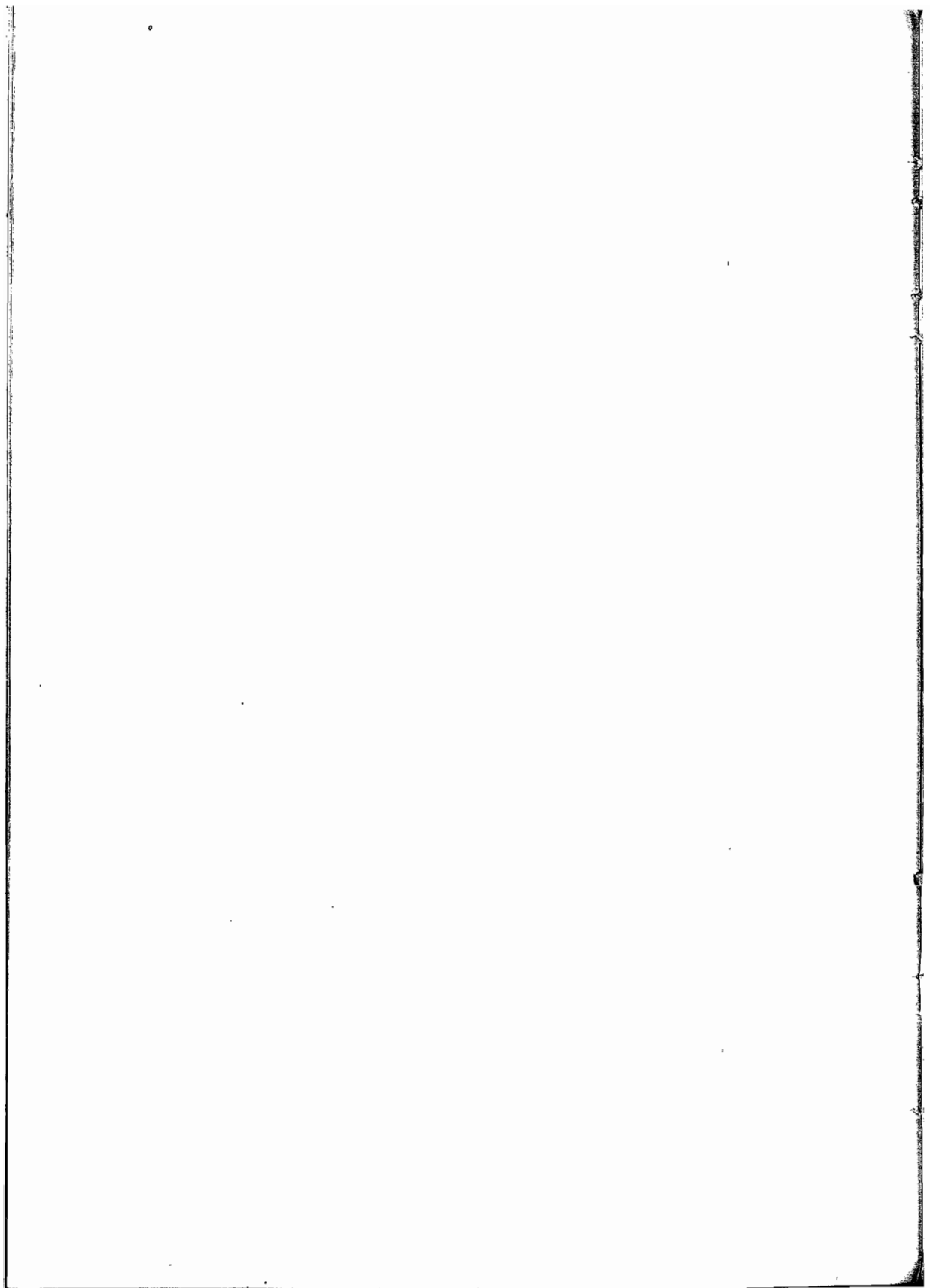
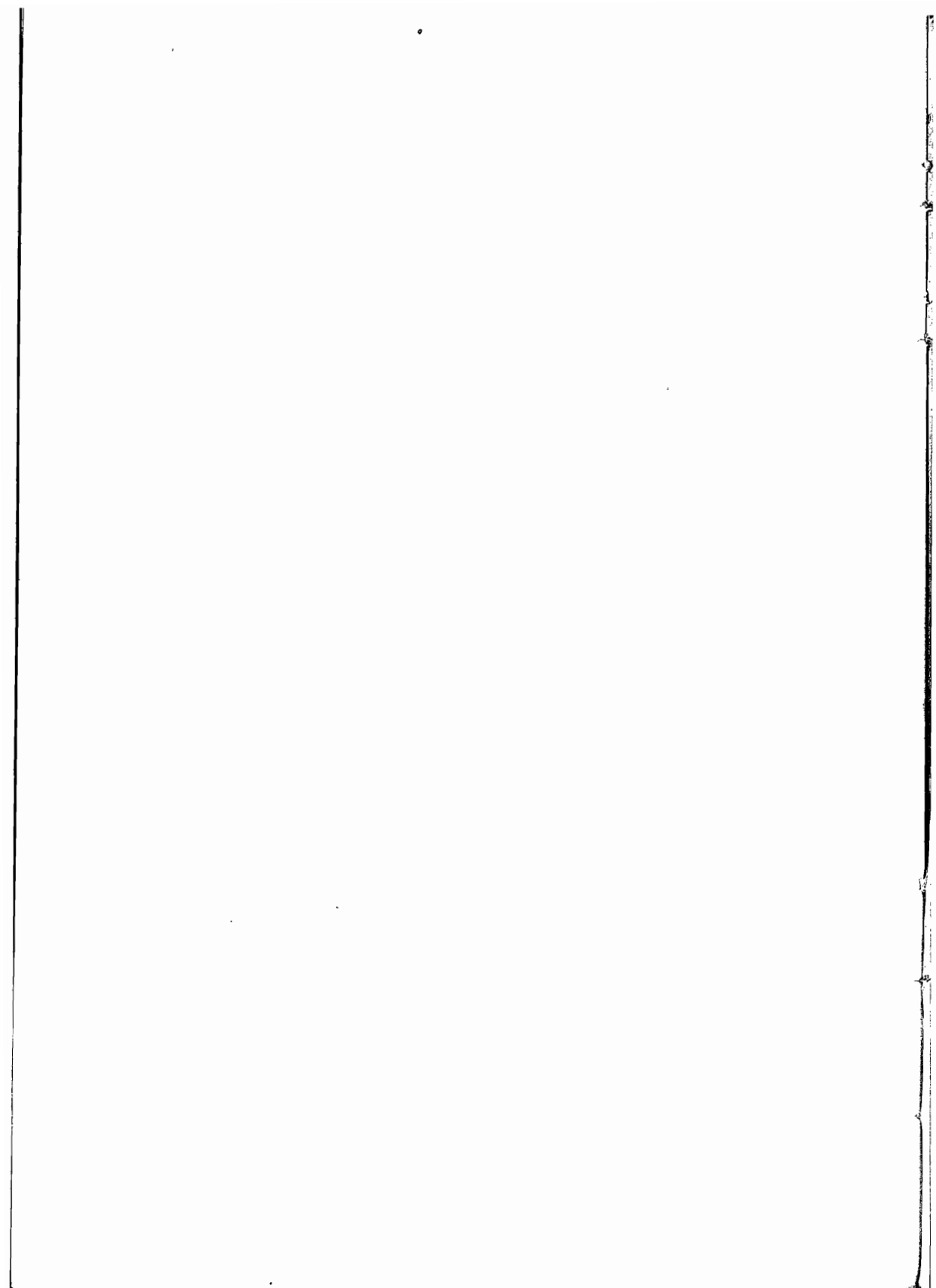
c) estabelecer um programa de atividades regionais e de órgãos regionais do Govêrno Federal inclusive no que se refere aos programas de trabalho:

d) desenvolver o programa de urbanização, procurando compatibilizar as ações dos organismos federais do Ministério do Interior: DNOS, SENAM, SERFHAU, BNH, de modo a dar unidade de ação ao planejamento de tais atividades;

e) procurar obter a participação mais ativa do capital nacional ou estrangeiro, ou de ambos, para a montagem de indústrias, dentro do conceito nacional de desenvolvimento:

f) estudar os espaços econômicos suscetíveis de desenvolvimento planejado e capazes de induzir o crescimento de áreas vizinhas, diante dos escassos recursos disponíveis e maior eficácia dos dispêndios;

g) procurar racionalizar e fortalecer as instituições regionais, pelo estabelecimento de programas de trabalho e de treinamento para os planejadores regionais e administradores públicos;

h) promover a procura de dados objetivos e reais capazes de permitirem a elaboração de um diagnóstico regional e conseqüentemente o estabelecimento dos respectivos programas de desenvolvimento, sem hiatos nem distorções.

REGIÃO SUL

GRANDE REGIÃO SUL

I — CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

1. Definição

Compreende os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Atendendo, entretanto, aos limites das regiões naturais, devem ser dela excluídas a parte paulista do relêvo da serra da Mantiqueira, do alto e médio vale do rio Paraíba, bem como o litoral adjacente, os quais se ligam mais à Região Este.

2. Superfície

825.621 km², correspondente a 9,7% da do País.
É a menor em extensão territorial.

3. População

16.975.293 em 1950. Recenseada em 1960: 24.848.194, correspondente a 34,07% do Brasil. Densidade: 26,70 por km². É a primeira região do País em efetivo demográfico e em densidade de população. Em 1969: estima-se que a população atinja 34.427 mil habitantes, o que significará 37% da do País e representará mais de 41 hab/km².

4. Forma

Tem a forma de um paralelogramo, com o comprimento cêrca de duas vêzes maior do que a largura. Longilínea.

5. Posição

Situa-se entre 20º e 33º de latitude sul, e os meridianos de 47º e 58º longitude O, estando quase tôda na zona temperada sul (subtropical). Na imagem de Reclus é "fragmento de planalto disposto em grande curva entre duas linhas paralelas do litoral oceânico e do curso do Paraná" e parte do Uruguai. Limita-se ao norte com os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais: ao sul faz fronteira com o Uruguai; a este com o oceano Atlântico; e a oeste com Mato Grosso, e tem fronteira com Paraguai e Argentina.

Está muito afastada dos centros de poder nos Estados Unidos e na Europa e das rotas comerciais que ligam êsses Continentes. A cidade de Windbec no sudoeste africano defronta com a de São Paulo. e a de Cabo, na União Sul-Africana com a do Rio Grande.

6. Apreciação

É a região de menor área territorial do País, mas nela se estabeleceu um têrço de sua população total, conferindo-lhe o primeiro lugar em densidade de ocupação.

Nela se encontram as fronteiras de maior vivacidade no País e um litoral afastado das grandes correntes do comércio mundial.

II — FATÔRES FISIOGRÁFICOS

1. Geologia

O planalto é em grande parte recoberto por formações sedimentares da era primária, no seu primeiro patamar e no segundo por arenito de rocha eruptiva (trapp do Paraná). A este aflora o "complexo brasileiro", formado por rochas arqueanas e as algonquianas de série São Roque.

O litoral não tem constituição geológica uniforme. Em São Paulo e Paraná é de formação quaternária e pouco arenoso; em Santa Catarina predominam os terrenos arqueanos; no Rio Grande do Sul é quaternário arenoso e de formação marinha.

2. Relêvo

Está bastante ligado à estrutura geológica e pode ser definido como uma série de planaltos constituídos de rochas, sobretudo sedimentares, dispostas em camadas horizontais e que têm como embasamento (aflorando a leste) as formações do complexo brasileiro (granitos, gnaisses).

Formam séries de patamares sucessivos que descem em direção à calha do Paraná, envolvendo, no relêvo, planaltos e vales talhados nas rochas moles.

As chamadas serras são degraus ou rebordos de planaltos.

A Serra Geral, que é o segundo degrau do planalto brasileiro (a Serra do Mar é o primeiro), começa no Rio Grande do Sul (Coxilha Grande), atravessa os Estados de Santa Catarina e Paraná, constituindo, nesse último, três patamares ou terraços:

— o Ocidental ou de Guarapuava;

— o Central ou de Ponta Grossa (Campos Gerais); e
— o Oriental ou de Curitiba.

3. Hidrografia

De modo geral, a região tem dois níveis de base para sua hidrografia, a este, o oceano Atlântico e a oeste, o rio Paraná. Na planície riograndense correm os rios meridionais tributários das lagoas e os afluentes do rio Uruguai que em épocas recuadas já tiveram conexões íntimas. Os rios principais são:

— Paraná que corre em direção de NE-SW e serve, em parte, de limite da região com o Paraguai. Sôbre seu curso e nessa área se encontra a Cachoeira de Sete Quedas.

— Uruguai formado pelos rios Pelotas e Canoas, descreve grande curva e vai desaguar no estuário do rio da Prata, antes balizando a fronteira entre o Brasil e a Argentina. De seus afluentes destaca-se o Quaraí, limite com a República do Uruguai.

Os dois principais da vertente atlântica direta são:

— o Ribeira do Iguape, que deságua na Baía Paulista do Iguape;
— o Itajaí, resultante da junção dos rios Itajaí do Norte e Itajaí do Sul.

O Jacuí, o Camaquã e o Jaguarão, tributários das lagoas dos Patos e Mirim.

4. Clima

O clima da região, que se estende do trópico de Capricórnio até latitudes de 33º, também a caracteriza. Sua quase totalidade, segundo a classificação Morize-Delgado, pertence ao clima temperado-brando, excetuando-se pequena porção do Estado de São Paulo, que faz parte da zona de clima subtropical.

Podemos distinguir três subtipos climáticos:

a) o superúmido do litoral meridional (Serra do Mar);

b) o semi-úmido das latitudes médias, das planícies do interior do sul;

c) o semi-úmido das localidades de grandes altitudes.

A região da Serra do Mar ainda apresenta características de um clima tropical. Suas médias anuais são superiores a 20º e as chuvas caem abundantemente, em virtude da própria topografia, distribuindo-se, porém, regularmente no decorrer do ano. Nas planícies do interior do sul, já encontramos o caráter de clima temperado, mais acentuado; as temperaturas médias anuais,

em geral, são inferiores a 18º, embora não costume ir abaixo de 16º. As chuvas são mais ou menos regulares durante todo o ano.

Nas altitudes elevadas o clima também possui caráter temperado (em virtude da própria altitude). As estações do ano são bem definidas. As temperaturas médias oscilam entre 15º e 20º, sendo que, em alturas mais elevadas, os mínimos são mais exagerados, chegando a apresentar o espetáculo incomum da queda de neve.

Os ventos são irregulares, sendo os mais fortes o minuano e o pampeiro.

5. Vegetação

A Região Sul oferece diferentes paisagens botânicas. Na região litorânea temos os manguezais. A zona da Serra do Mar é coberta pela chamada mata Atlântica, hoje bastante devastada. Na região do planalto aparecem as matas densas, sobretudo no vale do Paraná, e finalmente a floresta da araucária ou mata dos espinhais, a mais característica da região.

Ao lado dessas regiões florestais encontramos as zonas de campo, que no extremo sul-riograndese denominam-se "campanhas", revestidas de vegetação rasteira e arbustiva.

6. Litoral

O litoral da Região Sul é constituído de rochas do arqueano que resistiram ao avanço do mar ou de terrenos quaternários formados por regressões marinhas. Como principais acidentes encontramos:

O litoral paulista, além das baías de Ubatuba e Caraguatatuba, possui algumas ilhas: São Sebastião, de origem eruptiva, São Vicente e Santo Amaro; mais ao sul encontram-se Comprimidas, de Cananéia e do Cardoso

No Paraná o litoral consiste quase exclusivamente na baía de Paranaguá que comporta as bacias secundárias de Guaraquessaba e de Antonina, com as ilhas das Pedras, do Mel e Cotinga.

A costa catarinense é das mais variadas. Principia ao norte com a triangular ilha de São Francisco, separada do Continente pelo canal de Babitonga. Ao sul da foz do Itajaí projeta-se para o mar a península de Pôrto Belo, que protege a baía das Tijucas. Em frente ao estreito estende-se a ilha de Santa Catarina ; é hoje ligada a Florianópolis por uma ponte. Antes dos cabos de Santa Marta, a ponta Imbituba inicia uma península que separa do mar as lagunas Imaruí e Mirim que se comunicam com o mar pela barra de Laguna.

Depois da costa retilínea do Araranguá e de pôrto de Torres, principia o litoral baixo e arenoso do Rio Grande do Sul. Nas vizinhanças do mar sucedem-se uma série de lagoas que se abrem na língua de terra (Estreito de Pernambuco) antes de se abrir a barra do Rio Grande que dá acesso à lagoa dos Patos, onde pelo Guaíba deságuam os rios da bacia de sudoeste. Mais ao sul, uma outra língua de terra, o Albardão, separa o mar da lagoa dos Patos. Finalmente, o arroio Chuí com a sua característica instabilidade, marca a linha sulina do Brasil.

7. Apreciação

Segundo o professor Azevedo dos Santos, distinguem-se na Região Sul as seguintes regiões naturais:

— O litoral.

— O alto da Serra do Mar ou Planalto Brasileiro.

— O primeiro planalto sedimentar ou intermediário.

— O segundo planalto sedimentar ou do oeste.

— As campinas meridionais.

A serra costeira, escarpada, aparece sempre como uma frente de planalto. Êste se estende para oeste em peneplanícies cristalinas e morros ondulados, apenas quebrados pelas frentes e encostas ("cuestas") de vales aprofundados. A inclinação geral do planalto é para oeste, drenado pelos afluentes do Paraná. O "trapp" responsável pela "terra roxa", um dos mais ricos solos do Brasil, é também uma característica da região pela abundância do derrame e extensão do relêvo.

Nessa área encontram-se os rios mais encachoeirados, destacando-se grandes cataratas como as do Iguaçu. Apesar da suavidade do relêvo, conseqüente dos "trapp" e dos arenitos triássicos, os rios são cheios de corredeiras, apresentando apenas alguns trechos navegáveis, prejudicando assim a circulação.

III — FATÔRES PSICOSSOCIAIS

1. Antecedentes

Com exceção da faixa litorânea até Laguna (SC) e a metade oriental do atual Estado de São Paulo, o território da Região estava fora do meridiano de Tordesilhas. Daí os motivos por que o povoamento da maior parte do seu território se caracterizou por lutas, que duraram mais de um século, inicialmente, entre bandeirantes e aldeiamentos indígenas (jesuítas espanhóis) e depois entre espanhóis e portuguêses.

O núcleo primitivo foi São Vicente, fundado por Martim Afonso em 1532; a seguir, surgiram Iguape, Itanhaém e Cananéia.

Em 1515, os portuguêses exploraram a Ilha de Santa Catarina; no século XVII, fundaram Laguna e no século XVIII, Pôrto Belo e São Francisco.

Em 1737, foi levantado o forte de São Miguel e no mesmo ano o Brigadeiro Silva Paes fundou o forte do Rio Grande, núcleo primitivo da atual cidade do mesmo nome, o qual, em 1745, foi transferido para o ancoradouro. Viamão foi fundada em 1741.

"A colonização foi levada pelo Jacuí até a fundação do Triunfo (1757) e da Cachoeira. Durante as guerras espanholas serviu Viamão de capital ao Govêrno rio-grandense (1762-1773), sendo, em seguida, transferida esta capital para o Pôrto dos Casais. As povoações do Rio Grande, recuando diante dos espanhóis, deram origem a Pelotas, fundada na doação de M. Carvalho de Souza; Bagé e Cruz Alta já datam do princípio do século seguinte".

Enquanto o povoamento da parte oriental é de origem portuguêsa, a parte ocidental foi povoada pelo movimento platino que sobe o rio Uruguai. "As missões espanholas e os colonos espanhóis são os elementos que formaram as populações atuais das margens do Uruguai, São Borja, Itaqui, Uruguaiana, São Luís, São Nicolau etc.".

"Um movimento paralelo à costa é realizado no século XVIII pelo interior do planalto. Já em 1654 tinham os paulistas fundado Curitiba, nos campos descobertos, em 1531, por uma expedição de Cananéia, pelo "trilho da Serra". Mais para o sul estabeleceram-se paulistas em terras ubérrimas e altas, formando o povoado onde, em 1771, foi fundada a vila de Lajes. A estrada estratégica de São Paulo ao Rio Grande deu grande impulso à colonização desta última região. Durante a segunda metade do século XVIII foi o Rio Grande teatro de todos os conflitos coloniais entre espanhóis e portuguêses, o que muito atrasou seu desenvolvimento.

O século XIX é caracterizado pelo importante elemento de colonização formado por afluxo estrangeiro. Em São Paulo, a lavoura do café transforma a economia nacional; zonas novas são abertas à atividade dos fazendeiros; os três municípios de Piracicaba, Mogi-Mirim e Itapetininga multiplicam-se, formando o primeiro Araraquara, Limeira, São Carlos, Jabuticabal, Descal-

vado etc.; o segundo Casa Branca, São Simão, Palmeiras e Ribeirão Prêto; o terceiro, mais tarde Lençóis, Avaré, São Manuel, etc. No Paraná forma-se a colonização dos campos ao redor de Curitiba e no oeste (Guarapuava); em Santa Catarina formam-se os centros alemães de Blumenau e Joinville; o Rio Grande vê povoar-se sua zona serrana, Caxias, São Leopoldo, Santa Cruz, Nôvo Hamburgo.

2. Estudo da População

Quatro fatos básicos devem ser considerados para compreensão da população da Região Sul:

1º) Foi a região de contato — Choque entre as colonizações portuguêsa e espanhola.

2º) Foi a região de importantes missões jesuítas que segregavam os indígenas.

3º) Foi uma região de pequeno contingente negro.

4º) Pela posição geográfica, foi a região preferida pelas grandes correntes imigratórias dos séculos XIX e XX e a que sofreu menos as agressões européias no período colonial.

O primeiro fato provocou a formação do tipo de povoamento sentinela da fronteira, na qual devia ficar enraizado o sentimento belicoso e prevenido contra as ações expansionistas espanholas. Não era possível evitar a reciprocidade de influências culturais e, como a cultura espanhola já era mais sólida na área, vemos ainda hoje sua influência em costumes e linguagem, sofrida pelas populações brasileiras.

Vamos, assim, criando um tipo humano fronteiriço bastante branco, mas com características culturais resultantes do aceitamento de expressões idiomáticas e usos dos povos vizinhos. É imperioso que não deixemos diluírem-se as influências de fundo que caracterizam o povo brasileiro. Infelizmente, as organizações educacionais brasileiras não cuidam de tais aspectos, abraçando programas, que devem ser cumpridos de forma idêntica em todos os pontos do País, como se tivessem em todo o território um povo já unificado nas suas tendências psicológicas. A

segunda observação — das reduções jesuítas — explica o pequeno contingente indígena nas populações litorâneas.

Perseguidos pelos colonos espanhóis foram os índios tupis e os jesuítas para o interior do sertão, onde viveram por algum tempo em paz. Atacados, novamente, transferiram-se muitos para os lados do Paraguai e da Bolívia e muitos outros foram dizimados. Assim, os indígenas apareceram na população da Região Sul em pequena escala e quase nos limites do oeste. Tendem a anular-se cada dia com as penetrações dos novos contingentes litorâneos, representados principalmente por brancos.

A terceira observação referente aos negros é simples.

Na fase colonial, os negros encontravam mercados compradores mais próximos, no nordeste ou no leste. Poucos chegaram a São Paulo e muito poucos ao sul, nos contingentes militares. Sendo o surto econômico do sul posterior à Independência, vemos que os contingentes negros foram provenientes de movimentos internos: negros da Região Leste, correndo para os trabalhos abundantes em São Paulo.

Ainda hoje é um fato o afluxo de negros para a capital paulista.

Mais para o sul, não sendo tipo mais antigo, encontrou o negro mais dificuldades para a miscigenação com os brancos; para isso concorreu o fato de, no Sul, a corrente portuguêsa estar sendo submergida por outros grupos europeus para tornar mais complexa a formação do tipo sulista. Homens de tôdas as procedências da Europa, da Ásia Menor e até do Extremo Oriente (chineses e japonêses) vieram participar da grande mistura.

Não temos ainda, nem teremos por muito tempo, o homem sulista típico da Região. Temos justamente nisso uma característica atual: a heterogeneidade de elementos a misturar, que continuam e continuarão a chegar. Nisso difere a Região Sul das do Norte e Nordeste no momento.

Temos caso de homens típicos dentro da Região Sul, mas são diferenças ditadas por alguns costumes externos: vestimentas e vida econômica de gaúcho dos pampas, o grupo alemão do vale do Itajaí ou de São Leopoldo, os japonêses de São Paulo

etc. É preciso notar que êsses estrangeiros são tipos próprios, porque ainda não tiveram tempo, oportunidade e estímulo para a mistura geral. Infelizmente não se cuida de estudo orientado da absorção dêsses grupos, o que pode provocar situações difíceis para o futuro.

Cuida-se, apenas, de estimular os cruzamentos de nacionais com os estrangeiros para "nacionalizar". É preciso estudar-se os elementos culturais que devem ser fixados e os meios para transferi-los às misturas.

Na Região Sul não podemos ainda falar em tipo físico regional. Estamos na fase de recepção de grupos estranhos e iniciando a fusão descontrolada entre êles.

Quando muito, podemos falar em tipos humanos em função de atividades econômicas. Aí temos o tipo urbano, o agricultor, o madeireiro, o criador, o pescador, etc.

A população, em 1968, estava assim distribuída:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA TERRESTRE	POPULAÇÃO RECENCEADA			ESTIMATIVA (1969)	
		TOTAL	% URBANA	DENSIDADE	POPULAÇÃO	DENSIDADE
São Paulo	247.898	12.974.699	68,8	52,34	17.186.000	69,32
Paraná	199.554	4.278.000	32,0	21,43	7.723.000	38,70
Santa Catarina	95.985	2.146.909	32,4	22,48	2.790.000	29,06
Rio Grande do Sul	282.184	5.448.823	44,8	20,37	6.728.000	23,84
REGIÃO	825.621	24.848.431	50,9	30,47	34.427.000	41,69
BRASIL	8.511.965	70.967.185	46,2	8,38	92.282.000	10,83

Fonte: Anuário Estatístico do Brsil 1968 (IBGE)

3. Condições de Saúde

a. Nutrição

A Região Sul caracteriza-se por elevado padrão alimentar. Essas condições resultam da abundância de alimentos variados, como arroz, batata, feijão, milho, carne, verduras e da influência de hábitos alimentares introduzidos por colonos estrangeiros. São Paulo é o Estado que apresenta melhor padrão alimentar, baseado no trigo e no consumo de saladas verdes.

No Rio Grande do Sul predominam a carne, o mate e o chimarrão.

Apesar da boa alimentação, os grupos ainda não possuem a resistência orgânica que seria de desejar. Estão sujeitos a várias doenças, das quais as de maior morbidade são: o bócio endêmico, a tracoma, a brucelose, a doença de chagas, a malária e a hidatidose.

b. Padrões

O quadro abaixo mostra os principais índices a respeito das populações da área:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	NATALIDADE POR 1.000 HAB.	MORTALIDADE POR 1.000 HAB.	VIDA MÉDIA (anos)	RENDA PER CAPITA (3)		
				1950 NCr$	1960 NCr$	1965 NCr$
São Paulo	38	8,6	49,3	7,79	48,5	557,5
Paraná	43	11,3	43,1	4,86	30,2	296,2
Santa Catarina	44	9,9	49,4	3,47	24,3	234,9
Rio Grande do Sul	38	10,6	43,0	4,62	32,7	384,9
REGIÃO	40,5	—	(2) 60,0	5,56	33,9	368,3
BRASIL	42,8	—	54,8	4,13	27,5	309,3

(1) Dados do Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)
(2) Dados (EPEA) — 1964
(3) Dados da (FGV)

4. Condições de Instrução

É muito importante a vida cultural da região. O ensino superior é representado pelas Universidades de São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná.

O ensino industrial e agrícola é também desenvolvido, sendo representado pelas Escolas Industriais de São Paulo e Florianópolis, Escola de Agronomia do Paraná, Escola Superior Luiz de Queiroz, além de outras de menor importância.

São centros culturais importantes o Museu Ipiranga, Instituto Agronômico de Campinas, Bibliotecas, Editôras, Institutos de Biologia em São Paulo e Paraná.

A situação de escolaridade é a seguinte:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	% ESCOLARIZAÇÃO 7 A 14 ANOS (31-10-64)	% ALFABETIZADO 10 ANOS E MAIS (1950)	MATRÍCULA EFETIVA (no início do ano)							
			PRIMÁRIO (2)	GINASIAL (2)	COMERCIAL (1)	INDUSTRIAL (1)	AGRÍCOLA (1)	NORMAL (1)	COLEGIAL (2)	SUPERIOR (3)
São Paulo	73,6	65,4	2.120.476	578.856	104.255	32.838	1.741	67.111	198.178	71.084
Paraná	63,5	52,7	833.751	131.253	12.279	2.847	1.131	24.712	37.432	16.567
Santa Catarina	70,4	64,2	442,564	67.081	6.183	2.891	687	25.749	16.218	4.140
Rio Grande do Sul	77,8	65,8	989.297	181.700	31.263	7.856	3.125	21.244	64.082	29.893
REGIÃO	71,3	73,3	4.386.088	958.890	153.980	46.432	6.684	138.816	315.910	121.684
BRASIL	66,3	60,5	11.182.746	2.126.033	306.308	91.621	14.410	265.626	690.407	258.303

(1) Dados 1966 — Anuário Estatístico do Brasil 1967 (IBGE)
(2) Dados 1967 — Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)
(3) Dados 1968 — Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)

5. Apreciação

Històricamente, houve na ocupação da área desvantagem decorrente de sua posição, de que resultou um retardo em seu desenvolvimento. Sòmente nos fins do século XIX apreciável corrente de imigrantes estrangeiros começou a fluir para a região, procedente das mais diversas áreas do globo, salientando-se os italianos, alemães e japonêses. Disso resultou uma grande percentagem de estrangeiros e seus descendentes no efetivo demográfico da região e reflexos muito vantajosos em suas atividades econômicas e desenvolvimento geral.

Na região situam-se São Paulo e alguns Municípios vizinhos a essa cidade, onde se concentrou o maior parque industrial da América do Sul, criando uma população proletária numerosa e organizada e muito influenciável por ideologias estranhas à tradição política da Nação.

IV — FATÔRES ECONÔMICOS

1. Indústria Extrativa Vegetal

Há duas fontes principais de riquezas: as madeiras de marcenaria e construção e o alimento, sobressaindo-se o pinho do Paraná e a erva-mate.

O pinho atinge 80% do total de madeiras exportadas pelo País, encontrando-se as principais áreas em exploração nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

Além do pinho extraem-se na região outras madeiras de expressão econômica.

Intimamente ligada à mata de araucária surge a erva-mate, que já constituiu importante produto de exportação, estando hoje em plano secundário.

2. Indústria Extrativa Mineral

A indústria extrativa mineral é relevante no que concerne à extração de carvão mineral em Santa Catarina (2.9504031 ton.) R. G. Sul (794.045 ton.), Paraná (3.60.044 ton.), significando tôda a produção nacional, em 1967; minério de cobre no Rio Grande do Sul (118.000 ton.), 99% da produção do Brasil; apatita em São Paulo (448.612 ton.), 89% do total brasileiro; minério de chumbo, em São Paulo (4.486 ton.), no Paraná (90.718 ton.), correspondendo a 32% da produção nacional.

3. Agropecuária, Caça e Pesca

a. Produção Agrícola

Nessa região, a terra é em grande parte tratada por métodos agrícolas modernos, notando-se grande progresso na agricultura.

Para isso contribuíram muito os colonos estrangeiros seja diretamente, introduzindo máquinas e processos racionais de cultura da terra, seja pelo exemplo que oferecem aos demais agricultores.

(1) São Paulo

Distingue-se dos demais Estados sulinos por sua variada e volumosa produção agrícola.

Na planície litorânea destaca-se a produção de bananas, aparecendo na baixada de Itanhaém sob a forma de "plantation". Ainda no litoral, o vale da Ribeira destaca-se pela produção de arroz e de chá.

No planalto, o que se destaca é a lavoura do café, algodão e cana-de-açucar; existem cafezais em todo o Estado, mas as áreas de maior cultivo se localizam no planalto ocidental e nas encostas da Mantiqueira.

Enquanto o café se localizou nos espigões, o algodão se estendeu pelos solos mais pobres e, contrastando com a grande monocultura de café. encontra-se a policultura, em pequenas propriedades.

A cultura da cana-de-açúcar está ligada às usinas de açúcar e se estabeleceu, particularmente ,nas áreas de Piracicaba, Araraquara e Ribeirão Prêto.

Merecem ainda referência os cereais, destacando-se o milho e o arroz. A zona de maior produção do último é o vale do rio Grande, onde a cultura ocupou áreas antigamente entregues ao pastoreio. O milho é principalmente uma lavoura de subsistência, associada à criação de suínos e aves, encontrando-se as áreas principais de cultivo nos limites entre São Paulo e Minas Gerais.

Há, ainda em tôrno de São Paulo, uma importante produção de hortaliças e frutas, além de batatas ,feijão, mandioca, cujas áreas de cultivo estão próximas das grandes cidades ou em regiões pioneiras.

(2) Paraná:

As ricas terras do N e NW do Estado atraíram os agricultores paulistas que levaram para aquela área, sua técnica, seu capital e seu elevado desejo de produzir. As matas foram queimadas e os cafèzais se desenvolveram, apresentando colheitas enormes, que proporcionaram ao Paraná o título de maior produtor nacional.

À medida que as terras se esgotavam os cafèzais cediam a área para outras culturas e iam ocupar o lugar da floresta mais

para oeste. Deixavam em seu rastro um rosário de cidades com estruturas agrícolas montadas. O Paraná é hoje o celeiro do Brasil ,onde grande parte dos cereais é produzida.

A erradicação dos cafèzais inadequadamente cultivados estimulou a diversificação da agricultura paranaense e hoje o Estado é também grande produtor de feijão, milho, amendoim, algodão, etc...

O milho é muito cultivado ao sul e SW e geralmente está associado à criação de suínos.

O trigo vem sendo plantado experimentalmente no planalto de Ponta Grossa, apresentando esperança de grandes colheitas.

(3) Santa Catarina

Vem tomando grande impulso a triticultura, bem como a fumicultura. Contudo no Estado já existe uma desenvolvida mentalidade agrícola, métodos modernos são empregados e precauções são tomadas para a preservação da fertilidade das terras.

No W catarinense a cultura do milho e mandioca é muito desenvolvida, propiciando destaque ao Estado no cenário nacional.

(4) Rio Grande do Sul

A produção agrícola no Rio Grande do Sul tem tido grande incremento, mercê de um melhor aproveitamento das terras e aperfeiçoamento dos métodos de cultivo. Graças à influência de colonos europeus, vem-se desenvolvendo o cultivo do trigo, centeio cevada, que tem contado com o apoio do Govêrno. O arroz que ocupa lugar de importância é proveniente, em quase sua totalidade, de lavouras irrigadas. A fruticultura e, em particular, a viticultura, tem tido grande desenvolvimento, nas regiões de cultivo da vinha com a presença do colono italiano, particularmente nos Municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi, Caxias do Sul.

Outra cultura importante é a do fumo que, a partir de 1947, suplantou a produção da Bahia. Desenvolveu-se graças à influência da colonização alemã e é quase tôda empregada no fabrico de cigarros.

As zonas de produção mais importantes são as de Santa Cruz do Sul e a do vale do rio Uruguai.

Além dos produtos citados, destacam-se ainda o feijão, o milho e a mandioca.

No ano de 1967 a Região destacou-se no cenário nacional produzindo:

PRODUTOS	SÃO PAULO	PARANÁ	SANTA CATARINA	R.G. DO SUL	REGIÃO	BRASIL
Amendoim (t)	576.380	73.574	2.433	9.279	661.666	693.863
Arroz (t)	719.176	402.591	78.251	390.813	1.590.831	4.291.147
Aveia (t)	—	4.020	2.165	21.465	27.650	27.650
Batata-Doce (t)	2.270	24.896	34.540	37.395	99.100	185.030
Batata-Inglêsa (t)	51.504	40.551	22.241	63.576	177.872	217.423
Café em Côco (t)	831.000	1.179.547	3.059	—	2.013.606	2.791.650
Cana-De-Açúcar (t)	496.287	40.926	40.322	51.661	629.232	1.680.763
Cebola (t)	9.425	6.996	3.364	17.198	36.983	48.363
Centeio	—	13.123	6.660	2.514	22.298	22.297
Cevada (t)	—	1.083	2.638	38.039	41.760	41.760
Feijão (t)	257.373	651.257	113.162	253.219	1.275.011	3.650.568
Mandioca (t)	98.358	110.646	119.730	270.744	599.478	1.914.439
Milho (t)	1.302.161	1.338.191	488.007	1.608.875	4.737.234	9.256.321
Soja (t)	27.669	82.942	7.342	490.870	608.823	612.115
Trigo (t)	4.520	89.217	77.401	658.289	829.427	830.869
Banana (cachos)	40.528	8.388	6.967	10.563	66.446	255.634
Laranja (frutas)	72.233	5.902	2.783	16.471	97.389	166.660
Tomate (t)	13.712	1.388	645	947	16.692	41.319
Uva (t)	8.993	2.233	5.320	46.399	62.945	64.515
Algodão	447.163	270.652	14	—	717.829	3.719.805
Fumo	1.292	6.616	31.586	113.576	153.070	260.768
Mamona	56.771	25.904	—	96	82.771	360.622

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)

b. Pecuária

A pecuária constitui atividade econômica predominante nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tanto pela extensão da área ocupada, como pelo valor comercial.

(1) São Paulo

A criação do gado apresenta-se, do ponto de vista técnico, bastante desenvolvida, encontrando-se áreas de criação em todo o Estado, com predominância no planalto ocidental.

As áreas criadoras do oeste paulista distinguem-se pela densidade do rebanho e pelo uso de pastagens artificiais, havendo importantes áreas de invernadas em Barretos e Olímpia. O gado leiteiro instalou-se em antigas fazendas de café e desenvolveu-se em função das vias de transportes e do crescente aumento de população dos centros urbanos. O uso de pastagens artificiais, sal e certas tortas é generalizado na alimentação dêsse tipo de gado.

(2) Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul

Embora constitua predominantemente atividade dos campos, a criação extensiva de gado desenvolveu-se também nas áreas agrícolas da região. A criação nos campos é caracterizada pelo gado de corte e nas áreas agrícolas o que se observa é a associação entre a criação e agricultura. O gado destina-se principalmente à produção de leite e à industrialização. Em conseqüência há uma distribuição dos estabelecimentos industriais; no campo predominam os frigoríficos e as charqueadas enquanto nas áreas agrícolas a predominância é das indústrias de laticínios e banha.

A criação de porcos tem maior expressão nos planaltos. Aparece associada às plantações de milho. As áreas principais de criação são encontradas no NW do Rio Grande do Sul, no norte do Paraná, no planalto de Curitiba e no vale do Itajaí.

No ano de 1966, o rebanho da Região Sul tinha o seguinte efetivo: (em milhares de cabeças).

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	BOVINOS	EQUINOS	ASININOS	MUARES	SUINOS	OVINOS	CAPRINOS
São Paulo	11.327	837	11	678	5.143	147	482
Paraná	3.470	663	17	321	7.915	304	771
Santa Catarina	1.910	411	3	73	5.359	270	214
Rio Grande do Sul	11.238	1.258	16	140	7.064	11.785	219
REGIÃO	27.945	3.169	47	1.212	25.481	12.506	1.686
BRASIL	90.153	9.082	2.873	4.760	61.728	22.102	13.957

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE).

c. Caça

Não tem expressão esta atividade na região. Apenas alguma caça ao porco-do-mato, capivara, gato-do-mato e veado é realizada nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

d. Pesca

A pesca constitui atividade básica dos habitantes do litoral do sul. As principais áreas produtoras são do litoral de Santos, do centro-sul de Santa Catarina e do sul do Rio Grande do Sul.

Em 1967 a atividade produziu conforme o quadro:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PEIXES (*t*)	CRUSTÁCEOS (*t*)	MOLUSCOS (*t*)	MAMÍFEROS AQUÁTICOS (*t*)	QUELÔNIOS (*t*)	NÃO ESPECIFICADO (*t*)
São Paulo	55.782	3.852	197	—	—	118
Paraná	2.512	357	443	—	—	—
Santa Catarina	35.875	14.345	26	40	—	—
Rio Grande do Sul	52.837	1.304	—	—	—	—
REGIÃO	117.006	19.858	666	40	—	118
BRASIL	361.688	55.564	4.698	6.844	280	348

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)

4. Indústria

a. Energia Elétrica

Dados de 1967.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POTÊNCIA INSTALADA		PRODUÇÃO	CONSUMO	ÍNDICES KWH/hab/ano	
	MW	W/hab	1000 KWH	1000 KWH	PRODUÇÃO	CONSUMO
São Paulo	2.514.619	158,06	11.403.978	12.838.783	716,82	807,01
Paraná	246.042	36,77	908.415	992.195	135,77	148,30
Santa Catarina	250.714	96,70	644.930	486.485	248,76	187,64
Rio Grande do Sul	247.502	55,10	1.524.714	1.238.526	241,78	196,40
REGIÃO	3.358.887	106.64	14.482.037	15.557.989	459.77	493,93
BRASIL	7.779.150	89,8	33.496.984	27.111.403	386.90	313,1

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)

A capacidade instalada cêrca de 3.400 mw, representa 43% da do Brasil. Suas principais usinas fornecedoras são: Henry Borden, Piratininga, Bariri, Barra Bonita, Euclides da Cunha, Graminha, Figueira, Capivari, Charqueada, Osvaldo Aranha, Candiota, etc...

Está programado o funcionamento ou acréscimo até 1970 das seguintes unidades: Bariri (mais 1 x 41 mw), Ibitinga (3 x 39 mw), Jupiá (6 x 100 mw), Xavantes (3 x 400 mw), Guaracicanã (1 x 15 mw), Capivari-Cachoeira (2 x 62,5 mw), Foz do Chopim (2 x 22 mw), Jacui (3 x 28 mw), Térmica de Pôrto Alegre (3 x 8 mw), Charqueada (mais 1 x 18 mw). Acrescentando 1.370 mw à potência instalada. Além disto, grandes usinas encontram-se em diferentes estágios de construção, devendo operar a partir de 1971: Ilha Solteira com potência final de 3.200 mw; Passo Real com 250 mw e Passo Fundo com 220 mw.

b. Indústria Siderúrgica

Na grande Região Sul é praticada com destaque a metalurgia do ferro e aço, bem como dos seguintes metais, cujo rendimento em 1967 foi:

São Paulo — Aço em lingotes (808.024 ton), ferro gusa (478.143 ton), chapas finas a frio (76.737 ton), alumínio calcinado (37.773 ton), alumínio em lingotes (18.438 ton), laminados de alumínio (27.094 ton).

O Paraná e Rio Grande do Sul trabalham os metais com alguma perfeição, porém em menor volume.

c. Indústria Química

É exatamente nesta Região, onde estão localizados os principais empreendimentos da indústria brasileira, que desabrocha também a indústria química.

Recentemente, a Refinaria União com a participação da Petroquisa, apresentou projeto para a implantação da Petroquímica no Brasil. Trata-se de projeto que objetiva construir o maior conjunto petroquímico da América do Sul e atenderá o mercado interno no que se refere aos produtos básicos. Deverá estar implantado em 1972.

d. Indústria de Transformação

O desenvolvimento do parque industrial paulista é aspecto relevante do panorama econômico do País. Abrangendo São Paulo e seus subúrbios e os municípios de São Caetano, Santo

André e São Bernardo do Campo, estende-se pelas cidades de Jundiaí, Sorocaba e Campinas.

As indústrias têxtil e de alimentos destacam-se em São Paulo bem como as químicas, de papel, automobilística, metalúrgica e de cimento. Merecem também referências as refinarias de Cubatão e Capuava, bem como as fábricas de armamento e munições. Em Curitiba são as indústrias relacionadas com as madeiras, que assumem maior significação além das derivadas da criação do gado. O vale do Itajaí, em Santa Catarina, concentra a maior atividade industrial, salientando-se as indústrias de alimentação, têxtil e de cigarros. No extremo sul, o maior desenvolvimento industrial vem sendo assinalado pela Zona Colonial do Rio Grande do Sul e Grande Pôrto Alegre, acentuando-se a produção de banha, vinhos, tecidos, alimentos, metalurgia, couros, etc. A mão-de-obra, constituída pelo imigrante europeu, tem sido fator importante no desenvolvimento industrial desta região.

5. Comércio

A Região Sul, em virtude da sua grande atividade econômica, possui um comércio muito ativo e importante, tanto interno, quanto externo. É não só uma região de exportação, como também de importação. Na exportação ocupa o primeiro lugar o café, seguindo-se outros produtos, tais como: vinho, algodão, madeiras, frutas, lã, carne-sêca, carne congelada, couros, etc.

Importa matérias-primas para suas indústrias, produtos manufaturados, maquinárias, combustíveis.

Durante o ano de 1967, o comércio exterior e de cabotagem teve o desenvolvimento que o quadro demonstra:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO (PRINCIPAL PORTO)	COMÉRCIO EXTERIOR (t)		VALOR (NCr$ 1,00)		COMÉRCIO INTERIOR E CABOTAGEM (t)		VALOR (NCr$ 1,00)	
	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO
São Paulo (Santos)	2.121.602	8.870.327	1.475.952	2.059.720	189.829	3.475.981	67.097.846	102.071.919
Paraná (Paranaguá)	707.898	27.788	655.998	20.713	105.706	795.251	3.570.143	144.272.336
Santa Catarina (Itajaí)	115.331	21.283	30.835	8.387	607.603	291.194	50.247.064	46.115.796
R. Grande do Sul (Pôrto Alegre)	284.564	216.688	94.285	176.377	154.474	913.616	66.737.284	152.557.343
REGIÃO	3.229.395	9.136.086	2.257.070	2.265.197	1.147.612	5.476.042	187.652.237	445.017.394
BRASIL	21.128.718	19.041.844	4.265.501.333	4.291.938.728	12.293.330	12.293.330	1.247.890.949	1.247.890.949

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)

6. **Transportes e Comunicações**

O Plano Nacional de Telecomunicações atribui a São Paulo o centro de convergência dos: Tronco de Microondas Sul (São Paulo, Curitiba, Blumenau, Pôrto Alegre) em funcionamento desde 1968; Tronco Oeste de Microondas (São Paulo, Campo Grande), devendo operar em 1970; Tronco de Microondas Brasília-São Paulo que operará em 1970; Tronco Rio-São Paulo já operando com 900 canais telefônicos, deverá dobrar a capacidade até 1970.

a. Terrestre

É a Grande Região a melhor servida de estradas de ferro e rodovias e na qual a gama de meios de comunicações é mais variada, regular e constante.

(1) Ferroviário

O sistema ferroviário se desenvolve segundo o quadro:

SIGLA	SIGNIFICAÇÃO	REGIME DE ADMINISTRAÇÃO	EXTENSÃO km	ESTADOS
EFCJ	Estrada de Ferro Campos do Jordão	Estadual	47	SP
EFPP	Estrada de Ferro Perus-Pirapora (3)	Particular	21	SP
RVPSC	Rêde Viação Paraná-Santa Catarina	RFFSA	3.055	PR-SC
EFDTC	Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina	RFFSA	272	SP
EFSCT	Estrada de Ferro Santa Catarina	RFFSA	180	SC
VFRGS	Viação Férrea do Rio Grande do Sul	RFFSA	3.359	RS
CMEF	Companhia Mogiana de Estradas de Ferro	Estadual	1.477	SP
EFSJ	Estrada de Ferro Santos-Jundiaí (2)	RFFSA	139	SP
EFBr.	Estrada de Ferro Bragantina	Estadual	54	SP
CPEF	Companhia Paulista de Estradas de Ferro (1)	Estadual	1.531	SP
EFNOB	Estrada de Ferro Noroeste do Brasil	RFFSA	1.632	SP
EFS	Estrada de Ferro Sorocabana	Estadual	2.014	SP
EFV	Estrada de Ferro Votorantim	Particular	15	SP
EFSPM	Estrada de Ferro São Paulo-Minas	Estadual	167	SP-MG
EFA	Estrada de Ferro Araraquara (1)	Estadual	431	SP

(1) Tôda em bitola de 1.60m — (2) Parte em bitola de 1,60m — (3) Bitola menor de 1,00m
Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)

As EFCB, EFSJ, CPEF e EFA, em seus trechos de bitola 1,60m, são as que maior volume de carga movimentam. O TPS

que ligará Brasília a Pôrto Alegre em bitola estreita já tem muitos trechos construídos, devendo operar em 1969, com grande rendimento, além de encurtar o percurso em mais de 700 km.

Mais de 50% da rêde ferroviária brasileira se desenvolve na área da Região Sul.

Os trilhos do sistema atingem a fronteira uruguaia em Jaguarão, Livramento e Quaraí e a fronteira argentina nas localidades de Uruguaiana, Itaqui e S. Borja.

(2) Rodoviário

Densa rêde rodoviária corta a Região em tôdas as direções ligando as áreas produtoras aos mercados e portos de exportação.

Em 1º Jan. de 1968 a rêde rodoviária tinha a seguinte extensão e distribuição:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	FEDERAL (até 1.º Jul. 68) km			ESTADUAL (até 31 Dez. 67) km			MUNICIPAL (até 31 Dez. 67) km			TOTAL GERAL km	FEDERAL (previsto de 1-7-68 a 31-12-70) km	
	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO	TOTAL	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO	TOTAL	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO	TOTAL		NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO
São Paulo....	186	2.347	2.533	5.985	8.667	14.652	120.000	—	120.000	137.185	—	86
Paraná.....	1.056	1.571	2.627	6.911	933	7.844	73.936	—	73.396	83.867	434	386
S. Catarina...............	863	479	1.342	5.243	200	5.443	25.044	—	25.044	31.829	340	415
Rio Grande do Sul................	1.665	1.246	2.911	8.899	713	9.612	158.156	103	158.259	170.782	806	740
REGIÃO..................	3.770	5.643	9.413	27.038	10.513	37.551	376.596	103	376.699	423.663	1.580	1.627
BRASIL..................	24.331	15.639	39.970	88.026	17.167	105.193	758.133	405	758.538	903.701	8.788	6.603

Fonte: Ministério dos Transportes

A rêde rodoviária regional corresponde a 48% de tôda a extensão de rodovias do País. No Brasil, para cada 98 habitantes corresponde 1 km de estrada; na Região Sul para 38 habitantes há 1 km de rodovia.

Também quanto à categoria das estradas nota-se que a Região se adianta às demais, pois, enquanto o País tem cêrca de 32.000 km de estradas pavimentadas, o Sul tem 16.000 km.

b. Aquátil

A navegação fluvial não tem grande importância no Brasil meridional. Apenas pequenos trechos dos rios Paraná, Itajaí e da bacia do Jacuí são aproveitados. É mais desenvolvida no Rio Grande do Sul. Já o tráfego marítimo é de grande interêsse, pois, além de pôr em contato os Estados da região, liga-os também com o resto do Brasil e com o mundo.

Possui alguns dos melhores portos brasileiros, tais como. Santos, Rio Grande, Pôrto Alegre, São Francisco do Sul, Pelotas, Paranaguá, Laguna e Antonina.

c. Aéreo

Quanto à navegação aérea, a Região Sul é servida por várias companhias, entre as quais as principais são:

VARIG
Cruzeiro do Sul
VASP
Sadia

V — FATÔRES POLÍTICOS

1. Fronteiras

É bem verdade que essas áreas defrontam terras paraguaias e argentinas ainda subdesenvolvidas. Mas, não é menos certo que as suas correspondentes em território brasileiro o estão ainda mais e não acompanham, como deviam, o desenvolvimento que o país tem tido nos últimos anos.

Êsse fato confere ao problema operacional na Região Sul um caráter eminentemente logístico, pondo em evidência a importância das vias de transporte terrestres longitudinais, que funcionam como sua coluna vertebral, e da manutenção do tráfego marítimo além de Laguna.

No caso de um conflito extracontinental, em que se envolva o Brasil, a Região Sul desempenhará também função de relêvo, embora sejam mínimas as possibilidades de ser diretamente atingida por êle. Ainda nesse caso, caber-lhe-á desempenhar uma

função logística vital, dados os recursos humanos e econômicos de que dispõe e as grandes distâncias, que a separam do teatro de operações provável. Nessa hipótese, como já ocorreu em outras épocas, o problema da população estrangeira poderá exigir medidas de vigilância importantes e outras providências adequadas em áreas do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, visando particularmente à contra-informação e à sabotagem.

2. Evolução do Número de Municípios

Em 1º Set 1968 a divisão estadual em municípios era:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	1963	1965	1.º SETEMBRO 1968
São Paulo	502	573	573
Paraná	260	275	288
Santa Catarina	186	194	197
Rio Grande do Sul	186	234	232
REGIÃO	1.134	1.276	1.290
BRASIL	4.235	3.956	3.972

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1968 (IBGE)

3. Representação Política

O eleitorado da Região vem evoluindo conforme o quadro:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	REPRESENTAÇÃO POLÍTICA 1968				ELEITORES INSCRITOS		VARIAÇÃO %
	SENADOR		DEPUTADO				
	ARENA	MDB	ARENA	MDB	1960	1968	
São Paulo	2	1	32	27	3.412.611	5.353.703	56.87 %
Paraná	3	—	20	5	885.418	1.573.314	77.69 %
Santa Catarina	3	—	11	3	581.358	808.259	39.02 %
Rio Grande do Sul	3	—	14	15	1.409.310	2.030.706	44.09 %
REGIÃO	11	1	77	50	6.288.697	9.765.982	55.29 %
BRASIL	47	19	247	140	15.618.340	23.385.300	49.72 %

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

VI — CONCLUSÃO

É a Região a mais desenvolvida do País. Os índices econômicos, psicossociais e políticos são semelhantes aos dos países chamados desenvolvidos.

BIBLIOGRAFIA

> Êste trabalho foi baseado em estudo do Gen. FLAMARION BARRETO LIMA, sôbre o mesmo assunto.

— Geografia do Brasil (Trabalho) .... Maj. JOAQUIM AUGUSTO MONTENEGRO

— Geografia do Brasil .... IBGE

— Atlas do Brasil .... IBGE

— Trabalhos de levantamento das diferentes áreas .... Oficiais da ECEME

— Anuário Estatístico do Brasil .... IBGE

— Geografia Física .... AROLDO DE AZEVEDO

— Ação Coordenada do Govêrno Federal na Amazônia .... MPCG

— IV Plano Diretor da SUDENE .... MI

— Programa Estratégico de Desenvolvimento MPCG

— Mapa Geológico do Brasil .... MA

— Mapa do Brasil .... CNG